

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COMPARADA - UFRJ

ANO 18
VOLUME 18
NÚMERO 2



Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2024

Ano 18

Volume 18

Número 2



Revista de História Comparada (2024) – Ano 18 – Volume 18 – Número 2 – ISSN: 1981-383X
Copyright© by Thaina Schwan Karls, Daniel de Pinho Barreiros, Rafael Pinheiro de Araújo e Paulo Duarte Silva
(editores) *et alii*, 2024.



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 18, v. 18, n.2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2024.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: (21) 3938-0333

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Thaina Schwan Karls e Daniel de Pinho Barreiros

Assistência Editorial:

Camila Almeida Belarmino
Isis Fonseca Sá
Jerrison Patu de Melo Alves
Maria Sarah do Nascimento Brito

Montagem e projeto gráfico:

Camila Almeida Belarmino
Isis Fonseca Sá
Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

GRASSET-SAINT-SAUVEUR, Jacques. [Lictor romano portando fasces]. In: L'Antique Rome ou Description historique et pittoresque de tout ce qui concerne o povo romano... Paris: s.n., s.d. Ilustração digitalizada. Gallica – Bibliothèque nationale de France. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86264841/f306.item>
Acesso em: 03 dez. 2025.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

Ano 18 – Volume 18 – Número 2 – dezembro/2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto de Andrade Medronho

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretora: Norma Cortes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

Coordenadora: Raissa Brescia dos Reis

EDITORES RESPONSÁVEIS

Thaina Schwan Karls (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Daniel de Pinho Barreiros (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Rafael Pinheiro de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Dilton Cândido dos Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil)
Fábio de Sousa Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Iamara da Silva Viana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Beatriz dos Santos da Silva (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Camila Almeida Belarmino (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Henrique Pedro Bresolin Montoza (Doutorando-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Isis Fonseca Sá (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Jerrison Patu de Melo Alves (Doutorando-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Larissa Fernandes Nogueira (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Luisa Amado Monteiro (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Sarah do Nascimento Brito (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

Sumário

DOSSIÊ TEMÁTICO

- APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “FASCISTAS, POPULISTAS, AUTORITÁRIOS E EXTREMISTAS DE DIREITA: UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL E COMPARATIVA”** 8
Luis Alberto Alves
Karl Schurster
- A HERANÇA TRADICIONALISTA DA ULTRADIREITA: UMA AMEAÇA À SEGURANÇA ONTOLÓGICA OCIDENTAL** 15
THE TRADITIONALIST LEGACY OF THE FAR-RIGHT: A THREAT TO WESTERN ONTOLOGICAL SECURITY
Rebeca Souza Rabêlo
André Mendes Pini
- ENTRE O POPULISMO E O AUTORITARISMO: O BOLSONARISMO COMO MANIFESTAÇÃO DO FASCISMO** 44
BETWEEN POPULISM AND AUTHORITARIANISM: BOLSONARISM AS A MANIFESTATION OF FASCISM
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Célia Rejane Araújo Negreiro
- HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO: O CASO OLGA BENÁRIO PRESTES** 56
PUBLIC HISTORY, MEMORY AND REPAIR: THE OLGA BENÁRIO PRESTES CASE
Helena Ragusa Granado
Márcio José Pereira
Cyntia Simioni Franca
- O POTENCIAL DOS MANUAIS DE HISTÓRIA NA PREVENÇÃO DA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA** 85
THE POTENTIAL OF HISTORY TEXTBOOKS IN PREVENTING THE RISE OF THE FAR RIGHT
Sara Dias Trindade
Cláudia Pinto Ribeiro
- ARTIGOS LIVRES**
- A EXCEÇÃO E A REGRA? PANAMÁ E HAITI DESDE O FIM DA GUERRA FRIA** 111
THE EXCEPTION AND THE RULE? PANAMA AND HAITI SINCE THE END OF THE COLD WAR
Fabio Luis Barbosa dos Santos
- MODELOS Y DESVÍOS: EL ECO DEL FASCISMO ITALIANO EN ESPAÑA Y GRAN BRETAÑA** 144
MODELS AND DEVIATIONS: THE ECHO OF ITALIAN FASCISM IN SPAIN AND GREAT BRITAIN
Stefano Simini

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “FASCISTAS, POPULISTAS, AUTORITÁRIOS E EXTREMISTAS DE DIREITA: UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL E COMPARATIVA”

Organizadores:

Luis Alberto Alves*
Universidade do Porto

Karl Schurster*
Universidade de Vigo/
Universidade de Pernambuco

Quando em 2024 fizemos a proposta de lançar o desafio para um Dossiê sob o tema - **Fascistas, populistas, autoritários e extremistas de direita: uma perspectiva transnacional e comparativa** – havia a vontade de nele “veicular artigos resultantes de pesquisas originais que abordassem o fenômeno dos “novos” fascismos, populismos, autoritarismos e extremistas de direita sob uma perspectiva transnacional e comparativa”. Na sequência da reedição (2022) do “Dicionário Crítico do Pensamento da Direita”, coordenado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schursrter e Dilton Maynard e do relatório intitulado “A Extrema Direita no Brasil”, publicado em 2024 por Christina Vidal e Michel Gherman, a definição das “novas direitas” era um enfoque onde urgia ouvir os investigadores que, trabalhando em diferentes latitudes sobre o tema, acrescentassem densidade de conhecimento ao debate. O propósito era demonstrar como a análise comparativa pode constituir uma ferramenta essencial para a compreensão dessas dinâmicas políticas como um fenômeno global.

A resposta foi convincente e novos dados, novas leituras, novas perspectivas, focando casos do Brasil, de Espanha e de Portugal, mas incorporando nas suas análises comparações com outras realidades, trouxeram uma riqueza conceitual, teórica e prática que podemos hoje partilhar no número desta revista.

*Professor associado da Universidade do Porto. Doutor em História pela Universidade do Porto. Docente na Faculdade de Letras, no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais, nos cursos de Licenciatura em História, no Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do EB e ES, no Mestrado em História Contemporânea e no Doutoramento em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7242-9880>

*Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação. Doutoramento em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ com estágio de pesquisa na Freie Universität Berlin. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1363-119X>

de pensar, criando derivas desmemoriadas que não apenas colocam em causa princípios e ideias que julgávamos irrefutáveis e consensuais [Applebaum (2022) - *O Crepúsculo da Democracia. O Fracasso da política e o Apelo Sedutor do Autoritarismo* ou Levitsky e Ziblatt (2024) - *Como Morrem as Democracias*], como reclamam a nossa maior atenção para a nova fase política em que estamos a ficar submersos [Valentim (2024) - *O Fim da Vergonha. Como a Direita radical se normalizou*].

Paralelamente trazem-nos comparações para pessoas, ideias e processos que pensávamos varridos da História [Edição em português em setembro de 2025 da obra de Gunter Anders (de seu verdadeiro nome Gunter Stern) - *Nós, Filhos de Eichmann*].

Todos os contributos, sobretudo sustentados em investigações transnacionais (veja-se o caso do SolRem - *A Necessary Past: Remembering Solidarity and Resistance against Authoritarianism in Europe* - <https://solrem.npo.one/>) são fundamentais para, em conjunto, refletirmos sobre o antídoto a utilizar e, enquanto educadores, partilhar o maior e mais diversificado volume de informações com os nossos interlocutores (estudantes), para lhes fornecer ferramentas ao nível do pensamento e dos argumentos que permitam lidar com estas situações.

Todas as estratégias para atingir diferentes públicos são importantes desde a alegoria da árvore, à revisão de autores que nos podem emprestar uma riqueza terminológica e analítica que credibilize os nossos discursos, até aos pontos de vista que os autores dos artigos deste dossiê nos trazem dos espaços científicos e geográficos onde se situam.

Começemos pela alegoria que Scurati (2025, p. 25) partilha conosco para melhor apreendermos o que está em causa:

Uma árvore de alto porte. É assim que estamos habituados a pensar a democracia. Imaginamo-la como um carvalho, um pinheiro, um choupo. Fomos levados a pensar que só podia ser abatida por um machado ou por um raio. A democracia é, contudo, mais parecida com a videira e, tal como ela, pede amor e devoção. A videira tem de ser enxertada, podada, regada, protegida dos parasitas e atada aos seus esteios por mãos gentis e fortes. É um trabalho quotidiano, o trabalho de uma vida inteira [e de várias gerações]. Só então esta planta frágil e maravilhosa dará o doce e inebriante vinho [néctar] da democracia.

A perspectiva obriga-nos a repensar posturas de indiferença, posições de alheamento, silêncios comprometedores ou, simplesmente, falsas percepções da realidade.

Aqui entra o contributo deste número da Revista que hoje divulgamos, selecionando, à laia de Prólogo, algumas das ideias que os autores resolveram evidenciar. São vários os pilares onde assenta este contributo.

Uma primeira constatação coloca-nos perante a **realidade do problema**. Não vale a pena pensarmos que é um fenómeno passageiro ou um problema objetivo dos outros. São claros os sintomas que percorrem diferentes latitudes e que se apresentam com diferentes roupagens.

Num segundo vetor, os artigos aqui incluídos remetem-nos para uma **preocupação internacional**. Não sendo localizado, é mais difícil delimitá-lo. Mas sendo verdadeiro em diferentes geografias, a partir de diferentes regimes, protagonizados por diferentes personalidades, a sua dimensão passa a preocupar, mas, simultaneamente, é possível retirar ilações de posturas diferenciadas. O quadro comparativo ajuda a validar o essencial e secundarizar algumas nuances ou especificidades.

Em terceiro lugar elegemos a necessidade de uma **precisão e rigor conceitual** que ajude a validar as propostas que poderemos avançar. Revisar autores, sedimentar conteúdos da terminologia usada, incorporar contributos de diferentes áreas científicas, mas em particular das ciências sociais, será importante para nos ajudarem a perceber o que está em causa, desde o contexto filosófico e ideológico às repercussões sociológicas e políticas.

Numa quarta vertente, os artigos evidenciam **aspectos comuns**, caminhos semelhantes, **narrativas idênticas**, resultados perfeitamente comparáveis. Mesmo com exteriorizações específicas, essas formas de atuação remetem-nos para objetivos idênticos e repercussões igualmente perigosas. Aceitando uma terminologia esquemática que seja englobante (por exemplo a proposta de Vicente Valentim de “fase de latência, fase de ativação e fase de revelação”) podemos preencher com factos idênticos, os diferentes momentos de ascensão interna da extrema-direita e com terminologia semelhante as narrativas que compõem.

Mas há uma questão que ressalta de forma muito significativa também nos artigos - **como podemos atuar?** Duas vias muito importantes são aqui sugeridas: uma passa claramente por “não esquecer”, “não desvalorizar”, “não protelar”; a outra por ensinar História de forma diferente, não tendo medo dos conteúdos, incorporando-os se for

necessário, mas não deixar passar a oportunidade de insistir numa educação histórica mais comprometida. Como afirma Stanley (2025, p. 134):

Quando os autoritários tentam apagar a história, fazem-no através da educação, purgando determinadas narrativas dos programas ensinados nas escolas e talvez proibindo que sejam transmitidas em casa. Contudo, os autoritários não podem apagar as experiências vividas pelas pessoas nem os seus legados inscritos nos alicerces de gerações. Neste simples facto reside sempre a possibilidade de reclamar perspectivas perdidas.

Nas linhas gerais dos 4 artigos que compõem o Dossiê, é possível identificar aspetos específicos que devemos desde já elencar.

Em “A HERANÇA TRADICIONALISTA DA ULTRADIREITA: UMA AMEAÇA À SEGURANÇA ONTOLÓGICA OCIDENTAL” Rebeca Souza Rabêlo e André Mendes Pini, partindo de fenômenos recentes (Brexit, Trump, Bolsonaro) identificam uma “quarta onda de ultradireita no Ocidente a partir de 2016”. Esclarecem muito bem o significado de “segurança ontológica” e as repercussões que ela pode hoje ter quando posta em causa, seja de forma objetiva ou induzida. Identificam a globalização, a insegurança, as mudanças demográficas, os movimentos migratórios ou influências culturais externas como os catalisadores usados para evidenciar a “insegurança ontológica” construindo os seus autores a partir desses pressupostos um discurso baseado em temas como o nacionalismo, o racismo, a xenofobia, a antidemocracia, o autoritarismo ou o anticomunismo, por exemplo.

O discurso populista assim justificado, visa a divisão da sociedade de forma maniqueísta, explorar um passado nostálgico, restaurar a ordem por eles pensada, defender o tradicionalismo, explorar o medo. Com tudo isto, a ultradireita procura criar e evidenciar uma “insegurança ontológica” surgindo como os “únicos” capazes de repor o equilíbrio social. Todas estas características são naturalmente passíveis de ser identificadas em diferentes países, em diferentes opções políticas, em diferentes contextos sociais. Mas, qualquer que seja o ponto de partida, a pretensão é que à chegada, a direita, extrema-direita ou ultradireita atinja o poder!

“ENTRE O POPULISMO E O AUTORITARISMO: O BOLSONARISMO COMO MANIFESTAÇÃO DO FASCISMO” de Rodrigo Freire de Carvalho e Silva e Célia Rejane Araújo Negreiros, traz-nos esta realidade como uma “manifestação contemporânea do fascismo e da antipolítica” no Brasil. Os seus autores acentuam no discurso populista e

autoritário, a linguagem disruptiva, as promessas simples, a criminalização da política tradicional, com uma retórica de oposição às instituições democráticas e ao *stablishment* político. Inscrevem nas suas propostas: a divisão da sociedade em dois campos irreconciliáveis, a glorificação da força e naturalização da violência e da repressão, a exaltação de uma Nação homogênea e pura, uma intolerância evidente do pluralismo, um anticomunismo primário.

Esta nova postura de direita ultraradical alicerçada numa liderança tida como carismática, procura ainda ir ao sentimento religioso identificar argumentos que ajudem a suportar a sua visão fundamentalista da religião. A afirmação que “as novas direitas, ao reabilitar discursos e símbolos do fascismo, apresentam um fenômeno de “fascismo 2.0”, onde a tecnologia e as redes sociais amplificam a capacidade de disseminação de ideias extremistas” remete-nos naturalmente para a visão de Giuliano da Empoli na sua obra “Os Engenheiros do Caos” onde também aí procura retratar as formas tecnológicas usadas pelos populismos, tomando como exemplos Trump, Boris Johnson, Matteo Salvini e, justamente, Bolsonaro.

Os dois artigos finais, focam formas de atuação perante “passados sensíveis e traumáticos” por um lado, mas também como devemos usar a nossa função educativa para evitar o esquecimento e fornecer ferramentas para um pensamento crítico no presente. Evidenciam também que diferentes podem ser os meios para cumprirmos essa postura crítica: a sala de aula, o sistema judicial, o cinema...

Em “HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO: O CASO OLGA BENÁRIO PRESTES” Helena Ragusa Granado, Márcio José Pereira e Cyntia Simioni Franca, apostam em demonstrar a intemporalidade de temáticas e conceitos, sobretudo porque o esquecimento favorece os discursos de ódio e os negacionismos. Todo o tempo é adequado para revisitarmos erros do passado.

A todo o momento podemos equacionar a “reparação histórica” considerado pelos autores um “conceito fundamental no campo dos Direitos Humanos e da Justiça Transicional”. E acrescentam, na linha de Paul Ricoeur, que essa reparação não deve limitar-se “ao pedido de desculpas oficial, mas deve incluir iniciativas institucionais que garantam a memória dos acontecimentos e impeçam sua repetição”. Esta luta permanente contra a fragilidade da memória histórica, obriga-nos a divulgar o mais possível, a “memória da injustiça” transformando-a numa “memória reivindicativa”.

O exemplo de Olga Benário Prestes, assassinada num campo de concentração com Elisa Berger, por conta de um “erro” da justiça, interpela-nos ainda hoje sobre a responsabilidade transgeracional e sobre o uso destes factos para cumprirmos o nosso papel de interlocutores privilegiados entre o passado e o presente. Aqui, arte como a cinematográfica pode ajudar a fazer chegar a mensagem a novos públicos (ou a um público mais alargado) como foi o caso recente do filme “Ainda Estou Aqui” retratando um outro caso, o de Marcelo Rubens Paiva.

Aceitando que “somente um historiador saberá insuflar no coração dos acontecimentos a centelha de uma esperança” (Benjamin, 1987), um professor de História tem a dupla responsabilidade de, a partir da epistemologia da sua área científica, formar cidadãos que possam lidar de forma consciente e crítica com todos estes (e muitos outros) problemas que habitam nas sociedades em que vivemos.

Nesta linha, o artigo “O POTENCIAL DOS MANUAIS DE HISTÓRIA NA PREVENÇÃO DA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA”, de Sara Dias Trindade e Cláudia Pinto Ribeiro, produto de uma rede de investigação aqui referida já (Solrem) ajuda-nos a estar alerta perante a asserção de Stanley (2025) e do uso da História e da Educação em geral para “apagar a História”. Sendo uma luta contra o tempo, é também uma luta contra as ideias que de modo fácil chegam aos nossos estudantes. Urge reforçar os temas mais esquecidos, os enfoques menos presentes, a similitude entre casos do passado e do presente, desmontando e desconstruindo discursos sedutores.

A transposição didática deve privilegiar a multiperspectiva, o trabalho em grupo à procura de consensos discutidos através de fontes diversificadas, conseguir que ideias substantivas e fundamentadas alicercem um pensamento crítico, mas também proativo, pois, como se pode ver em muitos dos exemplos tratados neste dossier, o papel público da História é evitar o esquecimento, mas também desconstruir o populismo, o discurso vazio e enganoso, os objetivos radicais que subjazem a posturas só aparentemente democráticas.

No ano da morte de Pierre Nora (2 de junho de 2025) procuramos também honrar o autor, que, entre muitas obras, deixou-nos a antologia -“Historien public”- e um desejo: “se servir de l’histoire pour acquérir une meilleure intelligibilité de notre société contemporaine pour pouvoir y agir avec davantage de discernement” (S.H. 2025). Desejamos que a leitura deste Dossiê nos inquiete, mas também nos forneça ferramentas

para um pensamento mais rigoroso, mais atento, mais cívico, porque o nosso futuro também depende do que formos capazes de pensar e fazer no presente.

Referências bibliográficas

ANDERS, Gunter. **Nós, filhos de Eichmann**. Lisboa: Antígona, 2025.

APPLEBAUM, Anne. **O crepúsculo da democracia: fracasso da política e o Apelo Sedutor do Autoritarismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 2022.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da História**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Christina Vital da; GHERMAN, Michel; LEMOS, Beatriz; SANTOS, Lais (coord.). **Extrema direita no Brasil: sujeitos e coletivos pela “restauração nacional”** [relatório eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2024-04/relatorio_extrema_direita_no_brasil_boll_final-1.pdf Acesso em 11/11/2025.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. Lisboa: Gradiva, 2023.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como morrem as democracias**. Lisboa: Vogais, 2024.

SCIENCES HUMAINES. **Sciences Humaines**, n. 381, sept. 2025. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 2025.

SCHURSTER, Karl; *et. al.* **Novo dicionário crítico do pensamento das direitas**. Recife: EDUPE, 2022.

SCURATI, Antonio. **Fascismo e Populismo**. Mussolini hoje. Porto: Edições ASA, 2025.

STANLEY, Jason. **Apagar a História**. Como os fascistas reescrevem o passado para controlar o futuro. Lisboa: Vogais, 2025.

SOLREM. **A Necessary Past: Remembering Solidarity and Resistance against Authoritarianism in Europe**. Projeto n.º 101091335. Europa: Programa CERV, 01 jan. 2023-31 jan. 2025. Disponível em: <https://solrem.npo.one/> Acesso em 11/11/2025.

VALENTIM, Vicente. **O Fim da Vergonha: como a direita radical se normalizou**. Lisboa: Gradiva, 2024

A HERANÇA TRADICIONALISTA DA ULTRADIREITA: UMA AMEAÇA À SEGURANÇA ONTOLÓGICA OCIDENTAL

THE TRADITIONALIST LEGACY OF THE FAR-RIGHT: A THREAT TO WESTERN
ONTOLOGICAL SECURITY

Rebeca Souza Rabêlo*
Universidade Estadual da Paraíba

André Mendes Pini*
Universidade Católica de Brasília

Resumo: Como o Tradicionalismo sustenta a construção pela Ultradireita de uma percepção de ameaça à segurança ontológica dos valores ocidentais? A partir da metodologia histórica comparada, busca-se identificar as influências comuns que o Tradicionalismo de autores como René Guénon e Julius Evola oferece à Ultradireita ocidental. Os marcos teóricos do trabalho exploram o conceito de “segurança ontológica” de modo a identificar narrativas e discursos comuns que enfatizam a construção da Ultradireita como uma resposta necessária às ameaças representadas pela Modernidade frente à Tradição Ocidental. Os resultados do artigo apontam que o Tradicionalismo oferece o alicerce retórico que sustenta as bases reacionárias da Ultradireita ocidental a partir da construção de narrativas de (in)segurança ontológica.

Palavras-chave: Ultradireita; Extrema-Direita; Tradicionalismo; Populismo; Segurança Ontológica.

Abstract: How does Traditionalism support the Far-Right’s construction of a perceived threat to the ontological security of western values? This study employs a comparative historical methodology to identify common influences that Traditionalism, as articulated by thinkers like René Guénon and Julius Evola, exerts on the Western far-right. The theoretical framework explores the concept of "ontological security" to uncover shared narratives and discourses positioning the far-right as a necessary response to perceived threats posed by Modernity to Western Tradition. The findings suggest that Traditionalism provides a rhetorical foundation that upholds the far-right's reactionary bases in the West through the construction of ontological (in)security narratives.

Key words: Far-Right; Extreme Right; Traditionalism; Populism; Ontological Security.

*Cientista de Dados Júnior no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atuando no projeto Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0644-9792>. E-mail: rabelo.rbcar@gmail.com

*Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da American Global Tech University (AGTU) e da Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4038-9607>. E-mail: andrempini@gmail.com

Introdução

A segunda metade da década de 2010 vislumbrou uma flagrante inflexão na política internacional no Ocidente. Estados que, historicamente, lutaram contra o fascismo, passaram a ter sua política tradicional influenciada por ideologias e movimentos radicais que flertam abertamente com essas perspectivas de uma ordem social hierarquizada, de modo geral, em termos raciais e identitários. Em 2016, o Reino Unido votou pela sua retirada da União Europeia, enquanto do outro lado do Atlântico Donald Trump era eleito Presidente dos EUA. Era o início de um novo processo de ascensão da Ultradireita em âmbito global, que reverberou no fortalecimento de diversos atores desse campo político, impactando, inclusive, no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Mudde (2021) argumenta que esse processo se refere a uma “quarta onda” de ascensão da Ultradireita, que pode ser definida como “movimentos – violentos ou não violentos - cujas pautas elencam ao menos três dos seguintes temas: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e autoritarismo” (Mudde, 2000, p. 4). A principal característica dessa “quarta onda” seria justamente a ascensão para o “*mainstream*” de forças ideológicas radicais que, no Ocidente, até então, eram marginalizadas no jogo político tradicional. Apesar de o fortalecimento global da Ultradireita possuir singularidades em cada caso, existe uma herança ideológica comum nesses movimentos que exploram ressentimentos e percepções de ameaça de parcelas da população para consolidar suas agendas radicais no Ocidente.

Esse alicerce comum à Ultradireita Ocidental é oferecido pelo chamado Tradicionalismo, uma corrente ideológica heterogênea liderada por autores como René Guenon e Julius Evola que defende que o Ocidente está em declínio devido às influências iluministas – como o secularismo, o cosmopolitismo e o progressismo de maneira geral - que, supostamente, teriam afastado o Ocidente de sua essência “tradicional”. O presente artigo, portanto, debruça-se sob essa herança comum da Ultradireita, remetendo ao movimento Tradicionalista, demonstrando como essa ideologia explora sentimentos de ameaça à segurança ontológica ocidental.

Os recortes temporal e espacial do artigo são determinados pela chamada “quarta onda” de ascensão da Ultradireita no Ocidente, que é definida por Mudde (2021) como um fenômeno do século XXI e que se consolidou a partir de 2016, com foco particular na

experiência Ocidental. O Ocidente é tomado como referência espacial para se evitar a falácia de generalização da experiência Ocidental como sinônimo de “global”, tendo em vista que o Tradicionalismo evoca justamente uma retórica de declínio do Ocidente para vislumbrar seus argumentos teóricos.

A pergunta de pesquisa que orienta o artigo é “Como o Tradicionalismo sustenta a construção pela Ultradireita de uma percepção de ameaça à segurança ontológica dos valores ocidentais?”. A partir da metodologia histórica comparada, busca-se identificar as influências comuns que o Tradicionalismo oferece à Ultradireita ocidental a partir do conceito teórico de “segurança ontológica”, por meio da identificação de narrativas e discursos comuns. Os resultados do artigo apontam que o Tradicionalismo oferece o alicerce retórico que sustenta as bases reacionárias da Ultradireita ocidental a partir da construção de narrativas de (in)segurança ontológica.

O artigo está dividido em 3 seções. Inicialmente, apresentamos o marco teórico vinculado à segurança ontológica, demonstrando como ele é fundamentado a partir de narrativas e pertinente às dinâmicas políticas do século XXI. A seguir, definimos o que entendemos como Ultradireita e demonstramos como as questões de segurança ontológica se relacionam com esse movimento a partir de suas lideranças e ideologias que compartilham discursos e narrativas. Por fim, exploramos o Tradicionalismo como um dos alicerces da Ultradireita e demonstramos as similitudes e influências comuns que o Tradicionalismo oferece à Ultradireita a partir da exploração de narrativas de (in)segurança ontológica.

O Marco Teórico da Segurança Ontológica

Uma vez que o conceito de “ontologia” pode ser compreendido como o estudo do ser e da existência, falar em “segurança ontológica” envolve explorar a sensação de certeza ou confiança de que existe uma base sólida para a realidade e o seu entendimento. Isso pode se relacionar com a confiança na consistência do mundo físico, nas leis naturais, nas relações interpessoais, ou mesmo na estabilidade de identidades e experiências. Em suma, trata-se da sensação de que o mundo é de alguma forma confiável e estável, fornecendo uma base segura para existência e compreensão do ser humano (Rabêlo, 2024).

O conceito de segurança ontológica foi fundamentado a partir do trabalho de Robert D. Laing (1960), na psicologia, que argumenta que para que o indivíduo tenha sua saúde mental preservada é necessário que também tenha um senso de presença e garantia de vida contínua no mundo. Assim, a percepção de um indivíduo estar ontologicamente seguro o capacita a lidar com os desafios sociais, éticos, espirituais ou biológicos da vida, mantendo uma firme compreensão da sua própria realidade e identidade (Homolar, Scholz, 2019; Laing, 1960).

Anthony Giddens (1991), sob influência de Laing (1960), aplica o conceito de “segurança ontológica” nas ciências sociais. De acordo com Giddens (1991, p. 48, tradução dos autores)¹: “A luta do ser contra o não-ser” é a tarefa perpétua do indivíduo, não apenas para “aceitar” a realidade, mas para criar pontos de referência ontológicos como um aspecto integral do “seguir em frente nos contextos da vida cotidiana”. A ideia central é de que essa segurança deve ser mantida principalmente por meio da rotina e de narrativas sociais que permitam que o indivíduo tenha familiaridade e previsibilidade da vida cotidiana. Entretanto, Giddens (1991) argumenta que, mesmo na modernidade, em que muitos aspectos da vida são mais controlados e previsíveis em comparação às culturas pré-modernas, a segurança ontológica ainda pode ser frágil, pois determinados indivíduos podem sentir algum grau de vulnerabilidade em relação à sua própria existência.

Steele (2008), Kinnvall (2004; 2018), Mitzen (2006), Steele e Homolar (2019) apontam que o conceito de segurança ontológica remete a um senso fundamental de estabilidade e continuidade na existência de um indivíduo. A segurança ontológica é, portanto, a sensação de segurança sobre a ordem e a previsibilidade do mundo ao nosso redor. Essa segurança não está apenas ligada à segurança física, mas também à segurança existencial e à compreensão do significado da própria identidade. Zehfuss (2002), por exemplo, aponta que as ameaças à segurança ontológica, muitas vezes, são construídas socialmente, em vez de serem objetivamente determinadas, sendo assim fruto de uma percepção particular de um ator. No cenário contemporâneo, essas vulnerabilidades podem surgir de várias maneiras, com mudanças inesperadas na política, crises

¹ Do original: “*The ‘struggle of being against non-being’ is the perpetual task of the individual, not just to ‘accept’ reality, but to create ontological reference points as an integral aspect of ‘going on’ in the contexts of day-to-day life* (Giddens, 1991, p. 48).

econômicas, ou devido à percepção de ameaças à estabilidade geral de um ator ou de um recorte particular da sociedade (Rabêlo, 2024).

Desta maneira, é possível argumentar que a segurança ontológica está relacionada à necessidade de garantir não apenas a segurança física, mas também a identidade, valores e existência de um indivíduo inserido em um grupo social, seja ele o Estado, ou uma comunidade religiosa, racial, identitária etc. O cerne das literaturas sobre segurança ontológica aponta perspectivas sobre a segurança do ser (Steele, 2008), a segurança de como ser (Kinnvall, 2004), e a segurança da identidade de quem se é (Mitzen, 2006). Deste modo, a segurança ontológica não deve ser atribuída segurança do corpo, mas sim da identidade, do eu: “[...] o senso subjetivo de quem se é, é o que permite que a pessoa se sinta segura de si mesma, o que permite e motiva a ação e a escolha.” (Mitzen, 2006, p. 344).

O papel das Narrativas e Discursos na Segurança Ontológica

Um ponto em comum abordado nos trabalhos sobre segurança ontológica é o papel da narrativa e da emoção, que desempenham um papel crucial na construção de sentido e estabilidade ontológica (Homolar, 2022). Narrativas coerentes fornecem uma sensação de segurança, enquanto aquelas que desafiam a ordem estabelecida podem desencadear inseguranças (Steele, Homolar, 2019). Kinnvall e Mitzen (2020) destacam a ênfase em narrativas que simplificam emoções para criar uma crença em identidades seguras (segurança como um Estado estável), com atenção especial a narrativas religiosas e nacionalistas em particular.

Neste contexto, é preciso destacar que narrativa faz referência a uma história ou relato estruturado de eventos, enquanto discurso engloba a expressão articulada de pensamentos e ideias. Enquanto a narrativa foca na sequência de eventos, o discurso concentra-se na apresentação e comunicação de informações e argumentos (Stanley, Jackson, 2016; Miller, 2020). Em resumo, a narrativa é uma forma de contar histórias, enquanto o discurso é a expressão verbal ou escrita de pensamentos e conceitos.

Dessa forma, é importante destacar como as emoções e narrativas são trabalhadas no discurso. As emoções se inserem nos discursos, e funcionam de maneira performativa, sendo governadas e memorizadas, ao se tornarem investimentos inconscientes em construções culturais preexistentes, como a ideia de nação, por exemplo (Solomon, 2015;

Koschut *et al.*, 2017). Kinnvall e Mitzen (2020) argumentam que, na busca por manter um *status quo*, o discurso pode apresentar elementos como o medo e a ansiedade. E ambos são aversivos e desconfortáveis ao indivíduo, devido ao fato de que a ansiedade é uma sensação difusa, desagradável e vaga de apreensão que existe antes e relativamente independente de qualquer objeto de ameaça real torna mais difícil manipulá-la (Rabêlo, 2024).

Miskimmon, O'Loughlin e Roselle (2014) desenvolvem argumentos para se pensar em como o discurso tem lugar dentro da segurança ontológica. Segundo os autores, uma história começa com uma situação inicial ou uma ordem estabelecida, porém, logo surge um problema que perturba essa ordem. Assim, a resolução subsequente visa restabelecer a ordem, dando à narrativa uma estrutura distintiva que proporciona significado, dessa forma, há uma intersecção entre narrativa e fantasia, especialmente quando se trata da apresentação de um problema (obstáculo) e da promessa de restabelecer a ordem (alcançar a integridade).

Browning e Joenniemi (2016) ressaltam uma problemática relevante nos estudos sobre segurança, que consiste em tentar reduzir a ideia de segurança ontológica somente à preservação da identidade. Em outras palavras, nos processos de securitização projetados para consolidar e “fechar” uma identidade, a estabilidade resultante do “congelamento” das identidades é percebida como o aumento da segurança ontológica. O que pode ser compreendido, a partir dos estudos de Croft (2012), revelam que o motivo dos processos de securitização clamarem por segurança ontológica e propagarem práticas de insegurança, especialmente por meio de estratégias de discursos antiterroristas ou campanhas políticas, enfatizam a natureza das ameaças. E isso caracteriza a expansão de sistemas de vigilância e responsabilidade em toda a sociedade, visto que destrói a confiança social e intensifica o sentimento de apreensão em toda a população.

Segundo Kaplan (1986) e McBeth *et al.*, (2007) somente a narrativa pode explicar qual será o curso da ação de desejável e o motivo, ou seja, a narrativa se manifesta de forma visível em crenças políticas. As narrativas não apenas auxiliam na interpretação do mundo pelas pessoas, mas também exercem uma influência significativa em sua atuação em determinados cenários políticos (Miller, 2020).

A insegurança ontológica e as dinâmicas políticas do século XXI

Ao enfatizar a (in)segurança como um componente inerente das relações de poder que converge para a necessidade de uma identidade estável e reconfortante, percebe-se que esse processo é intensificado em circunstâncias incertas provocadas por forças estruturais, como a globalização. Para Kinnvall e Mitzen (2020), a globalização introduz dinâmicas complexas que impactam a segurança ontológica, visto que a interconexão crescente entre Estados e culturas pode gerar um sentimento de perda de controle sobre o próprio *self* e sua identidade, o que acaba por contribuir para o surgimento de inseguranças.

De acordo com Brown (2018), a globalização permite o estabelecimento de um clima de medo e insegurança, que permite que nas sociedades ocidentais contemporâneas floresçam sentimentos como desejos e preconceitos oriundos da desrealização e da redefinição dos direitos históricos associados, principalmente, à raça e gênero. A literatura sobre segurança ontológica explora ainda a ideia de que mudanças demográficas, movimentos migratórios e influências culturais externas são potenciais catalisadores de inseguranças ontológicas, na medida em que desafiam a perpetuação estável da identidade nacional e do *self* (Rabêlo, 2024).

Mudanças nas relações de poder, hierarquias e normas globais também desempenham um papel significativo nesse cenário. Eventos como ataques terroristas e extremismos ideológicos contribuem para desafiar diretamente a ideia de segurança ontológica, especialmente quando os alvos incluem aspectos fundamentais da identidade de uma nação ou comunidade. Isso ocorre em razão da resposta a tais desafios ter, de acordo com Solomon (2011), como base manipulação de narrativas emotivas e disseminação de informações falsas, que acabam por minar a confiança na estabilidade ontológica, gerando incertezas e tensões.

Segundo Homolar (2022), a narrativa persuasiva é responsável por desenvolver repertórios que trazem aspectos securitários que dividem o mundo. As reações à insegurança ontológica decorrente da globalização, fundamentadas no nacionalismo e na religião, apresentam uma resistência enraizada na securitização da subjetividade. Dessa forma, as "narrativas estratégicas" são ferramentas empregadas por agentes políticos para influenciar e moldar a política global, exercendo impacto significativo na percepção pública e nas relações entre Estados (Homolar, 2022; Solomon, 2015; Widmaier, 2014).

Além disso, a análise do papel dessas narrativas na construção de identidade destaca a importância do discurso na formação da autoimagem nacional e na definição das relações com outros estados (Campbell, 1992; Hønneland, 2010; Berenskoetter, 2014). Como as histórias que um país conta sobre si e os outros podem moldar as percepções e as atitudes, a compreensão desses processos narrativos é essencial para entender os mecanismos subjacentes às dinâmicas da segurança ontológica.

A Segurança Ontológica e a Ultradireita

A partir das definições teóricas sobre a Segurança Ontológica, é possível identificar uma conexão entre esses marcos teóricos e o contexto de ascensão da Ultradireita, sobretudo em sua dimensão populista radical. A Ultradireita pode ser definida como “movimentos – violentos ou não violentos - cujas pautas elencam ao menos três dos seguintes temas: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e autoritarismo” (Mudde, 2000, p. 4). Em sentido amplo, a Ultradireita compartilha elementos como o nacionalismo, o repúdio ao pluralismo sociocultural e um sentimento contrário às imigrações e às elites do *establishment* político (Minkenberg, 2000; Greven, 2016). A principal característica da Ultradireita é defender uma relação social hierárquica entre grupos de uma sociedade, dividindo *insiders* dos *outsiders* a partir de lógicas étnicas ou raciais. Essa dinâmica impulsiona a identificação de “inimigos” dentro de uma sociedade, que supostamente seriam ameaças à sobrevivência da nação ou à sua integridade cultural (Jüpskas; Leidig, 2020).

No âmbito da Ultradireita situa-se um tipo de populismo radical, que Mudde (2017) define como sendo composto, sobretudo, por elementos nativistas e autoritários. Mudde (2004) define populismo como uma ideologia que considera a sociedade dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos - as “pessoas puras” e “a elite corrupta” – sendo que o populista clama para si a expressão da vontade geral do povo². O nativismo é um fator fundamental a esse populismo de direita radical e ajuda a compreender a conexão da Ultradireita com as questões de segurança ontológica. O nativismo combina

² Ressalta-se que conceito de populismo em si é amplamente discutido no meio acadêmico, sendo que, no presente trabalho, optou-se pela definição de populismo de Mudde (2004), que converge com a abordagem de Laclau (1977 apud Mudde, 2004) e Canovan (1999), sendo considerado o paradigma teórico dominante atualmente quando se aborda a conexão do populismo com a Ultradireita (Moffitt; Tormey, 2014 apud Aslanidis, 2015).

nacionalismo, racismo e xenofobia para defender que um Estado deveria ser composto exclusivamente pelos membros de um grupo nativo específico – a suposta “nação”, definidas em termos étnicos, raciais, religiosos, ou por uma combinação entre esses elementos (Mudde, 2017). Assim, os não-nativos – podendo ser interpretados tanto como inimigos internos quanto externos - seriam uma ameaça a esse Estado-nação homogêneo e, portanto, à segurança ontológica dos cidadãos “legítimos”.

O elemento autoritário vinculado ao populismo de direita radical preza por uma ordem social rígida, tradição, disciplina, lei e ordem, gerando um punitivismo severo a crimes – principalmente quando cometidos por indivíduos considerados não-nativos de um Estado (Mudde, 2017). Ressalta-se, ainda, que existe uma especificidade no populismo associado à Ultradireita, devido ao fato de que, enquanto a legitimidade maniqueísta populista ocorre entre o “povo” (bom) e a “elite” (mau) – ambas podendo fazer parte do grupo “nativo” – no nativismo a distinção é entre os “nativos” (bom) e os “estrangeiros” (mau) (Mudde, 2017). Assim, o recorte populista da Ultradireita estabelece dois filtros distintos para atribuir “legitimidade” à representação política: estrangeiros são excluídos devido ao nativismo, e, mesmo dentro da população nativa, há outro recorte que exclui as supostas “elites”.

Bonikowski e Gidron (2016) apontam que as elites específicas visadas pelas reivindicações populistas são invariavelmente retratadas como tendo traído a confiança pública, pois supostamente serviriam a interesses especiais para ampliar seu próprio poder político e econômico, tornando-se desconectadas e alheias aos problemas cotidianos do “povo legítimo”. Sendo assim, as elites são retratadas como atores nativos não-legítimos, uma vez que foram cooptadas por grupos externos posicionados fora dos limites simbólicos do “povo”.

Vergara (2019) sugere que o consenso acadêmico contemporâneo gira em torno da ideia de que o populismo tem origem em uma crise de representatividade por parte de líderes eleitos democraticamente perante uma parcela da população, assim como a inabilidade, ou falta de vontade, dessa classe política em atender as demandas desse grupo social. Soares (2022) aponta que, de fato, líderes populistas usam narrativas de insegurança como ferramenta para validar suas reivindicações ao poder. Dessa forma, a percepção de falhas no sistema democrático não apenas valida as narrativas populistas

sobre a ineficácia das elites, mas também criam um ambiente propício para a aceitação de propostas de mudanças substanciais na arena política.

A retórica populista clama pelo alívio e redenção de um povo que sofre com frustrações e medo (Kinnvall, Mitzen, 2020). Uma narrativa baseada na insegurança ontológica pode ser contraposta e resgatada por meio de visões de um futuro comum. Assim, existe a necessidade de compreender os discursos e narrativas envolvidos em contextos políticos populistas e a percepção emocional destes (Kinnvall, Mitzen, 2020). Ao adotar uma perspectiva de segurança ontológica sobre o populismo, as emoções e a segurança, é preciso estar atento às razões estruturais e afetivas pelas quais indivíduos e grupos experimentam a insegurança ontológica, bem como as respostas emocionais a esses sentimentos (Rabêlo, 2024).

Acreditar em que há uma insegurança ontológica demanda um “salto de fé”, ou seja, é preciso crer que o futuro ideal apresentado pelo líder populista seja capaz de aliviar o medo e frustrações do indivíduo de sua situação presente (Arfi, 2020; Kinnvall, Mitzen, 2020). Dessa forma, líderes populistas, ao capitalizarem a insegurança percebida, muitas vezes, propõem medidas assertivas como resposta a desafios complexos (Wojczewski, 2020). No entanto, essa abordagem nem sempre é traduzida em soluções eficazes. A tendência de simplificar narrativas complexas de segurança tendem a criar lacunas na compreensão das verdadeiras origens dos problemas, assim, a “urgência por certeza” pode facilitar a ideia de uma falsa segurança ontológica entre o “bem” e o “mal”, a nação e o “outro”, por exemplo (Soares, 2022).

Homolar e Scholz (2019) exploram o argumento que, mediante cenários de crise, há um impulso de restaurar a segurança ontológica, o que cria dinâmicas eleitorais suscetíveis a uma reelaboração retrospectiva que envolve promessas de se restaurar um passado idealizado como estável, previsível e reconfortante. O populismo de direita radical explora justamente a idealização de um passado nostálgico no qual os líderes abordam o medo e os mitos sobre a nação, o povo, as instituições, e justificam nos estrangeiros e imigrantes os males imaginários da sociedade ocidental (Kinnvall, 2018; Wojczewski, 2020).

A retórica populista é caracterizada por narrativas de crise e ameaças existenciais, na busca de preencher o vazio deixado pela perda de instabilidade ontológica (Rabêlo, 2024). Ao identificar grupos externos como responsáveis por desafiar a identidade

nacional ou cultural, líderes populistas oferecem uma promessa de retorno a um passado percebido como mais seguro e coeso (Steele, Homolar, 2019). Esse tipo de narrativa ressoa particularmente em indivíduos que se sentem marginalizados ou preocupados com as rápidas mudanças sociais em seu país (Pini, 2021). Ao abordar questões como imigração, globalização ou transformações culturais, os líderes populistas da Ultradireita apresentam-se como defensores da identidade e valores do *self* que estão sob ameaça (Rabêlo, 2024).

Conforme a perspectiva de Kinnvall (2018), essa estratégia não apenas fornece uma resposta simplificada às complexidades da insegurança ontológica, mas também estabelece uma conexão emocional com os eleitores que buscam um lugar de pertencimento e estabilidade. A busca por esse "lugar perdido" na segurança ontológica torna-se, uma peça central nos discursos populistas (Löfflmann, 2022; Hameleers, 2017). Ao prometer restaurar a ordem, esses líderes oferecem uma narrativa que resgata a sensação de continuidade que resiste as mudanças percebidas como disruptivas (Rabêlo, 2024).

De acordo com Kinnvall (2018), líderes populistas conseguem por meio de um discurso emocionado penetrar no imaginário de seus eleitores, ao buscar por símbolos e memórias de uma nação que perdeu seu orgulho, dando um novo significado político de acordo com as atuais necessidades e objetivos políticos: "Nostalgia, nessas descrições, torna-se um meio de orientar ações futuras, ao mesmo tempo, em que constrói uma ilusão de segurança ontológica no presente" (Kinnvall, 2018, p. 3)³. Assim, são em períodos de tensão e ansiedade acentuadas na sociedade que discursos e histórias populistas parecem encontrar eco em uma audiência buscando garantir sua existência cotidiana.

As narrativas sobre segurança estabelecem uma conexão discursiva crucial ao abordar os interesses nacionais, a identificação de ameaças específicas e os potenciais riscos no ambiente internacional (Homolar, 2022). Segundo Homolar (2022), líderes populistas dividem o mundo entre protagonistas (nós) e antagonistas (eles), ao lidar com as narrativas de segurança em que a dicotomia herói-vilão tem um papel central na persuasão, representando a tragédia e o triunfo.

³ Do original: "Nostalgia, in these accounts, becomes a means to guide future action, while constructing an illusion of ontological security in the present" (Kinnvall, 2018, p. 3).

Os discursos carregados de emoção têm uma forte influência na percepção pública, porém, a simplificação excessiva pode marginalizar grupos diversos e complexos, enquanto a identificação de "inimigos" pode resultar em uma polarização política. Homolar (2022, p. 334) desenvolve o argumento que ao estimular um processo cognitivo-emotivo de diferenciação e identificação, “essas narrativas alcançam a separação emocional do antagonista e a conexão com o protagonista, evocando sentimentos coletivos de agressão e empatia”.

Essa criação de características distintas dos lados opostos (herói ou vilão), faz com que as narrativas populistas orientem sobre o que a sociedade deve considerar, ao comunicar um “código cultural” que molda a interpretação das informações contidas na narrativa (Homolar, 2022). Apesar de serem abstrações não tangíveis, as dualidades proeminentes nessas narrativas estão intrinsecamente ligadas as experiências passadas, tanto individuais quanto coletivas e desempenham um papel crucial ao incitar o público à ação ao provocar uma experiência afetiva intensa.

Em vista disso, líderes populistas frequentemente promovem uma visão simplificada do passado, sugerindo um retorno a uma era percebida como mais segura e autêntica. Essa abordagem pode criar uma narrativa que apela à nostalgia por uma identidade cultural supostamente perdida, reforçando a ideia de uma comunidade homogênea e estável (Steele, Homolar, 2019). A construção de uma "identidade idealizada" busca oferecer aos seguidores uma sensação de continuidade, estabilidade e pertencimento. No entanto, essa busca por segurança ontológica no populismo não é apenas uma estratégia política, visto que pode ter implicações éticas e sociais significativas, ao simplificar a complexidade das identidades individuais e coletivas, o populismo pode promover visões exclusivistas e marginalizar aqueles que não se encaixam na narrativa dominante (Rabêlo, 2024).

De acordo com Steele e Homolar (2019), líderes populistas constroem narrativas que destacam ameaças percebidas à identidade do grupo, muitas vezes representadas por "outros" considerados estrangeiros, imigrantes, elites ou qualquer grupo que possa ser designado como uma ameaça à estabilidade percebida: “As histórias de crise que os agentes políticos contam simultaneamente instilam insegurança ontológica no público e transformam essa ansiedade em confiança na agenda política do narrador como a rota

eficaz de volta à normalidade” (Homolar, Scholz, 2019, p. 346)⁴. Porém, esse tipo de narrativa pode apresentar uma compreensão limitada e distorcida da realidade, pois, essa busca ignora a natureza dinâmica das sociedades modernas, onde a diversidade e a mudança são inevitáveis. Além disso, a polarização resultante dessa “identificação de inimigos” pode minar o diálogo construtivo e a cooperação internacional, essenciais para enfrentar os desafios globais.

Ao utilizar a teoria da segurança ontológica para compreender o populismo, é possível identificar como os líderes, principalmente, de uma vertente de Ultradireita, utilizam narrativas de segurança para construir identidades coletivas, manipular emoções e conquistar eleitores, o que revela as complexidades subjacentes na interseção entre política, segurança e opinião pública. A partir dos estudos de Steele e Homolar (2019), é possível concluir que o populismo associado à Direita Radical é baseado na exploração da busca humana por segurança ontológica, apresentando narrativas que oferecem estabilidade e pertencimento, mas ao custo de uma compreensão mais complexa e inclusiva da diversidade humana.

Narrativas e Discursos da Ultradireita na exploração da (in)segurança ontológica

As questões que envolvem as dinâmicas da segurança ontológica e sua vinculação com fenômenos políticos é recorrente na literatura acadêmica há décadas. Adorno *et al.*, (1950) utilizam argumentos psicanalíticos para a compreensão do que conceituam como “personalidades autoritárias” enquanto uma patologia inerente à modernidade, que enxerga o mundo em termos rígidos, de “preto ou branco”. Lipset (1963), por sua vez, enfatizou a vulnerabilidade à intolerância e suscetibilidade aos ideais extremistas perante uma leitura de classes em meio ao fenômeno da industrialização e urbanização, atribuindo uma maior predisposição a compartilhar desses ideais aos grupos de classes econômicas menores, na tese que ficou conhecida como “autoritarismo da classe trabalhadora”. Scheuch e Klingemann (1967) seguem a linha de Lipset (1963) ao atribuir às sociedades industriais liberais as condições fundamentais de potencialização do apoio

⁴ Do original: “*the crisis stories political agents tell simultaneously instil ontological insecurity within the public and transform this anxiety into confidence in the narrator’s policy agenda as the effective route back to normalcy*” (Homolar, Scholz, 2019, p. 346).

à Ultradireita, o que seria, portanto, uma patologia normal desses modelos de organização política, social e econômica.

De acordo com Löffmann (2022) a construção de segurança populista é capaz de remodelar a identidade nacional por meio de apelos emocionais e narrativas que ancoram essa identidade em questões ontológicas, ou seja, fundamentais à natureza da existência e da realidade. Assim, é possível identificar que os movimentos de Ultradireita procuram criar uma ligação emocional e duradoura entre seus seguidores e a narrativa proposta, como evidência, por exemplo, o caso norte-americano.

Com a ascensão de Donald Trump no cenário político dos EUA, em 2016, é possível destacar a evocação por uma nostalgia de um passado idealizado, em que a busca pela retomada da grandeza da nação era evidente. A retórica centrada em *slogans* simples, como "*Make America Great Again*" (MAGA), proporcionou uma narrativa clara que apelava para a base de apoiadores em busca de uma sensação de continuidade em tempos de mudança. Mais que isso, o MAGA ofereceu aos seus simpatizantes a possibilidade de interpretar a qual passado idealizado Donald Trump se referia, seria os EUA vitoriosos da Guerra Fria? A nação que ajudou a vencer a Segunda Guerra Mundial? Ou talvez a nação dominada por Protestantes, Brancos e Anglo-Saxões (WASP) que construíram a "grande nação" americana com seu esforço individual (omitindo – ou não - o pequeno detalhe de utilização de mão-de-obra escravizada nesse processo).

Dentro desta perspectiva, os discursos de Trump durante a campanha provocaram uma sensação de insegurança existencial que evidenciava uma percepção de perda de supostos privilégios econômicos e culturais e exploraram o anseio por pertencimento. Ao adotar uma postura populista de direita radical, Trump construiu uma narrativa na qual se apresentava como o líder forte e capaz de enfrentar e resolver as supostas ameaças à segurança nacional e ao modo de vida americano, muitas vezes destacando questões como imigração, com um enfoque notável na xenofobia e no nativismo (Mudde, Kaltwasser, 2017; Pini, 2021). Trump retratou os estrangeiros como ameaças à segurança e ao emprego dos americanos, construindo um discurso que ressoou com aqueles que se sentiam afetados pelas mudanças econômicas e culturais.

Segundo Soares (2022), a busca pelo processo de securitização de Trump teve como base os discursos referentes à segurança ontológica que tanto ele quanto seus eleitores entendiam como identidade, valores e direitos da sociedade americana. A

narrativa de Trump, embora simplificada, atendia à necessidade de determinados indivíduos por uma compreensão estável de identidade, pertencimento e significado. Ao construir a visão do passado como um período de estabilidade e autenticidade, Trump capitalizou na busca por segurança ontológica de seus apoiadores.

A identificação do “outro” como ameaça é uma característica intrínseca ao Populismo de Direita Radical. Trump focou em questões como imigração, promoveu a polarização entre “nós” e “eles”, exacerbando as divisões sociais ao evocar a ferida de um privilégio perdido, conseguindo personificar uma ameaça (Steele, Homolar, 2019; Pini, 2021). A simplificação de mensagens complexas, a desconfiança em relação às elites estabelecidas e a oposição a narrativas globalistas também foram estratégias utilizadas para consolidar o apoio popular. Dessa forma, ao concorrer uma eleição desencadeada por uma certa insegurança ontológica incutiu no eleitor que havia uma necessidade de escolher um líder forte para proteger a nação. Assim, as declarações de Trump durante a campanha tiveram um peso político e simbólico que apelavam por políticas de exceção que foram de encontro a uma base eleitoral que não se identificavam mais com os políticos mais tradicionais (Rabêlo, 2024).

A construção da identidade própria e do outro torna-se um meio de estabelecer categorias de seres “superiores” e “inferiores”. De acordo com Campbell (1992), a questão da identidade, a articulação do perigo, a especificação da diferença e a configuração do “outro” como inimigo fazem parte da história da construção política dos Estados Unidos. Por exemplo, durante a Guerra Fria, a identidade americana foi fortemente definida em oposição ao “outro” soviético, moldando políticas internas e externas. Conforme explica Homolar (2022), a busca por segurança ontológica de uma pessoa ou grupo, por meio de mitos e traumas nacionalistas e religiosos, tende a diminuir a segurança daqueles que não estão incluídos no discurso.

Esse processo pode ser observado na retórica pós-11 de setembro, em que a construção de uma identidade nacional em torno da luta contra o terrorismo muitas vezes marginalizou comunidades muçulmanas, tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos. A criação de narrativas exclusivas pode, assim, levar à exclusão e à vulnerabilidade de grupos que não se encaixam na identidade dominante, gerando um ciclo de insegurança e conflito. Sendo assim as narrativas populistas de crise estão intrinsecamente ligadas à ideia de segurança ontológica, visto que a política do medo racionaliza a ação política

governamental por meio de apelos à segurança, e tais apelos ressoam profundamente em um público já ansioso (Homolar, Scholz, 2019).

O Tradicionalismo e a Ultradireita

A partir da compreensão estabelecida nas seções anteriores de que a Ultradireita fundamenta sua retórica e sua narrativa política na construção de ameaças à segurança ontológica de uma parcela da sociedade, busca-se demonstrar o que se compreende como um dos alicerces fundamentais desse processo: o Tradicionalismo.

O Tradicionalismo é um movimento ideológico pouco estruturado, sem lideranças formais e que comumente é referenciado como “Tradicionalismo Guénoniano” ou “Tradicionalismo Integral”. René Guénon é um dos fundadores de uma das correntes do Tradicionalismo, uma espécie de “esoterismo religioso” conservador, que preza pela manutenção de práticas antigas e “tradicionais” que teriam supostamente sido substituídas ao longo da Modernidade (Sedgwick, 2004).

Teitelbaum (2020) define o Tradicionalismo como uma escola filosófica e espiritual *underground*. Essa corrente se apega a tradições, conhecimentos e práticas passadas de geração em geração desde suas concepções por autoridades divinas, e considera que o Ocidente moderno teria se afastado desse passado e dificultado a transmissão dessas tradições (Sedgwick, 2004). Seu apego religioso se refere a uma suposta religião “Tradicional”, cujos valores e conceitos teriam se perdido, sobrando apenas fragmentos de sua concepção original, considerado um emaranhado de práticas e crenças que variam desde o Hinduísmo ao paganismo Europeu pré-cristão (Teitelbaum, 2020).

O pensamento de Guénon é, de fato, um dos poucos alicerces que sustentam esse conjunto de pensamentos e ideologias heterogêneas, cujas influências prévias advém, por exemplo, de Oswald Spengler e sua obra principal *The Decline of the West*, de 1918 (Sedgwick, 2004). O objetivo fundamental de Guénon seria “reestabelecer no Ocidente uma civilização tradicional” (Green, 2017, p. 6), incorporando supostas verdades espirituais que foram perdidas pelo Ocidente devido ao secularismo inerente à Modernidade. A Modernidade é, de fato, um dos catalisadores do suposto declínio ocidental na visão Tradicionalista, uma vez que teria sido o momento de retrocesso da religião pública em detrimento da razão e do secularismo (Teitelbaum, 2020).

As concepções ideológicas de Guénon, que influenciam o Tradicionalismo como um todo, o levaram a defender uma percepção temporal cíclica, que enxerga eventos como a destruição dos Cavaleiros Templários em 1312 e a Paz de Westfália em 1648 como os marcos do declínio espiritual ocidental, em uma trajetória apocalíptica que interpreta que o Ocidente estaria se aproximando de uma era final, na qual as tradições ancestrais seriam totalmente esquecidas e a sociedade estaria totalmente afastada de seus laços sagrados (Green, 2017). Essa exploração de um elemento apocalíptico é um dos fatores-chave que permitem a associação do Tradicionalismo com a teoria da segurança ontológica.

Os ciclos temporais do Tradicionalismo seriam marcados por períodos de colapso, seguidos de regeneração, sendo a Modernidade inserida num ciclo de degeneração responsável pelo enfraquecimento do “simbólico” em detrimento do “literal”, e um declínio contínuo no interesse pela espiritualidade a partir de uma lógica materialista, do consumo em massa, da produção industrial, da padronização da sociedade e do progresso (Teitelbaum, 2020).

Se, para o Tradicionalismo, a contemporaneidade é marcada por uma “Era das Trevas”, qualquer avanço vinculado à modernidade na realidade é um retrocesso. Aqui reside o fator que conecta o Tradicionalismo à Ultradireita. Para o Tradicionalismo, quaisquer ideias vinculadas a ideais Modernos, como o Iluminismo, por exemplo, ou a movimentos emancipatórios, como a luta por direitos civis e o feminismo, seriam, na realidade, grandes retrocessos para o Ocidente (Teitelbaum, 2020). Essa é a base da chamada “teoria da inversão”, desenvolvida por Guénon, que considera que qualquer componente da Modernidade considerado bom, na realidade é ruim, qualquer mudança considerada como progresso, na realidade é um regresso, qualquer ato de justiça, na verdade, é opressão (Teitelbaum, 2020). Essas ideias reverberaram de maneira bastante impactante na Ultradireita global principalmente ao longo do final do século XX, mas, principalmente, no século XXI, ajudando a consolidar sua dimensão reacionária.

Sedgwick (2004) aponta que a obra de Guénon repercutiu ao longo da década de 1930, influenciando o fascismo na Europa, e se consolidando, assim, como uma das bases filosóficas da Ultradireita (Sedgwick, 2004). Uma das principais influências de Guénon se deu nas obras do italiano Julius Evola, que se consolidou como seu sucessor, embora sua

versão do Tradicionalismo apresente diferenças com relação ao de Guénon (Teitelbaum, 2020).

O Tradicionalismo, na concepção de Evola, seria universal e perene, tendo natureza transcendente, e, sendo assim, todas as visões de mundo metafísicas e as religiões seriam derivadas dessa origem divina (Hakl, 2019). Se o Tradicionalismo advém do sagrado, seria a autoridade final, não podendo ser questionado ou alterado, sendo assim, todos os aspectos da vida social devem estar subjugados a ele (Hakl, 2019).

O mundo Moderno, na forma da civilização Ocidental, representaria a total oposição a essa Tradição integral de Evola, tendo em vista a materialidade de seus princípios e de sua tecnologia (Hakl, 2019). Para Evola, o Catolicismo Medieval seria o último suspiro da Tradição, sendo a Renascença e a Revolução Francesa os marcos da nova Era das Trevas de declínio (Hakl, 2019). O fator reacionário das ideias de Evola ficam explícitos, portanto, o que é corroborado pela concepção de que “uma verdadeira restauração da tradição só seria possível após o colapso total do mundo moderno” (Hakl, 2019, p. 61).

Evola segue o ideal geral do Tradicionalismo de Guénon, como a busca pela transcendência espiritual e a crença nos ciclos temporais da Era de Ouro à Era das Trevas. No entanto, estabelece, em sua versão do Tradicionalismo, que os princípios hierárquicos das sociedades estariam voltados às identidades raciais, como a cor da pele, o que reverberaria, conseqüentemente, em ideias nativistas, antissemitas e misóginas, privilegiando a raça ariana masculina como superior (Teitelbaum, 2020). Não à toa o Tradicionalismo de Evola interessou a Mussolini, que se interessou pela noção de um “racismo espiritual” como contrapeso ao racismo científico proposto pelos Nazistas alemães (Hakl, 2019). Percebe-se, portanto, a conexão estabelecida por Evola com ideologias de Ultradireita, a partir da identificação de que “castas superiores” deveriam, de fato, serem dominantes.

Compreende-se que o Tradicionalismo é uma das correntes ideológicas fundacionais da Ultradireita historicamente. Suas ideias influenciaram autores vinculados à Ultradireita tanto nos EUA quanto na Europa. Alain de Benoist, Alexander Dugin, Dominique Venner e Jonathan Bowden são representativos da chamada Nova Direita Europeia (NDE) cuja influência do Tradicionalismo é flagrante (Bar-On, 2019). As influências advindas dos EUA são vinculadas ao “realismo racial” de autores do

nacionalismo-branco, como Samuel Francis, Kevin MacDonald, Jared Taylor, Wilmot Robertson, Paul Gottfried e Richard Lynn, além do fascismo de Francis Parker Yockey (Heikkila, 2017; Bar-On, 2019). Com efeito, extremamente representativos da influência do Tradicionalismo na ideologia da Ultradireita são os casos de atores relevantes na consolidação contemporânea de plataformas políticas de Ultradireita nos EUA e no Brasil: Steve Bannon e Olavo de Carvalho, respectivamente (Pini, 2021).

O Tradicionalismo, portanto, oferece um alicerce ideológico reacionário e apocalíptico que permite à Ultradireita desenvolver sua visão de mundo hierarquizada e racista a partir da exploração de uma percepção de ameaça à segurança ontológica de parcelas da sociedade. Ao defender que o Ocidente vivencia um declínio moral e um afastamento de valores espirituais, o Tradicionalismo oferece um suporte filosófico fundamental à construção de plataformas reacionárias típicas da Ultradireita que almejam resgatar um passado idealizado por meio do enfrentamento a políticas seculares oriundas da Modernidade, como o cosmopolitismo, as pautas feministas, os direitos LGBTQIA+ e etc.

O Tradicionalismo e a Segurança Ontológica

A partir da compreensão de que a segurança ontológica é a sensação de segurança sobre a ordem e a previsibilidade do mundo ao nosso redor, ligada não somente à segurança física, mas também à segurança existencial e à compreensão do significado da própria identidade, percebemos a maneira pela qual o Tradicionalismo oferece um alicerce ideológica fundamental para a Ultradireita. Ao compreender que as ameaças à segurança ontológica, muitas vezes, são construídas socialmente, sendo, portanto, fruto de percepções particulares, identificamos que existem grupos específicos da sociedade vulneráveis a discursos que exploram mudanças políticas e sociais, crises econômicas, e outros temas que ameaçam a “estabilidade” da sociedade a partir de retóricas nacionalistas, racistas, xenofóbicas e autoritárias.

Para a construção da segurança ontológica de um ator como o Estado, pode-se explorar a necessidade de estabelecimento de uma identidade estável e uma sensação de “normalidade” e “rotina saudável” dos indivíduos que compõem uma sociedade. Esses processos podem ser construídos - e desconstruídos - por discursos que explorem inclusão e exclusão de determinados atores que ameaçam a identidade desse processo

considerado “normal” e “estável” (Rossdale, 2015; Mitzen, 2006). O Tradicionalismo permite que a Ultradireita explore essas questões por meio do questionamento de princípios inerentes à modernidade, como a igualdade, e explore hierarquias sociais, raciais, identitárias e religiosas, sobretudo mediante o populismo de direita radical e suas concepções nativistas.

O termo “insegurança ontológica” refere-se a um estado de desordem no qual indivíduos ou grupos de pessoas perderam sua âncora estabilizadora, ou seja, seu sentimento de segurança, bem como a capacidade de manter uma narrativa coerente e responder a questões sobre ações e existência (Kinnvall, Mitzen, 2020; Brown, 2018). A partir disso, a segurança ontológica fornece uma alternativa às explicações subjacentes aos dilemas de segurança e conflitos tradicionais na política mundial (Browning, Joenniemi, 2016; Mitzen, 2006; Rossdale, 2015), pois os indivíduos também têm um papel dentro dos Estados, precisando construir um sentimento de segurança em relação a quem são e à sua identidade. O “eu” do Estado é formado e preservado por meio de uma narrativa que dá vida a ações previsíveis nas suas ações políticas. Essas narrativas podem ser perturbadas quando um Estado percebe que suas ações narrativas não refletem mais, ou não são mais refletidas pela sua autopercepção (Rabêlo, 2024).

Steele e Homolar (2019) argumentam que narrativas coerentes fornecem uma sensação de segurança, enquanto aquelas que desafiam a ordem estabelecida podem desencadear inseguranças. Kinnvall e Mitzen (2020) destacam a ênfase em narrativas que exploram dimensões religiosas e nacionalistas para criar uma crença em identidades seguras. A Ultradireita, ao explorar a narrativa apocalíptica do Tradicionalismo, coloca em xeque a segurança ontológica desses atores por meio de discursos que promovem o medo e a ansiedade, tornando-os vulneráveis a agendas políticas que resgatem esse sentimento de estabilidade e pertencimento a uma comunidade – supostamente – homogênea e coesa.

Kinnvall e Mitzen (2020) argumentam que a exploração do medo, que é composto por um objeto específico que gera uma percepção de insegurança, o torna politicamente atraente, uma vez que para lidar com esse sentimento pode-se recorrer a uma ação urgente para responder àquela ameaça: “A partir daqui os líderes têm uma resposta: podem prometer uma cura total erradicando o perigo conhecido”. (Kinnvall, Mitzen, 2020, p. 244). Assim, quando indivíduos buscam escapar de um estado de insegurança ontológica, eles podem acabar por tentar securitizar a subjetividade. Esse ponto é

explorado pela Ultradireita de maneira flagrante, utilizando o Tradicionalismo como alicerce para construção dessa narrativa. O medo é gerado pela percepção de um declínio que supera a dimensão individual: É um declínio coletivo, do Ocidente. Para além disso, é um declínio que transcende a esfera moral e ética, atingindo o plano metafísico e – supostamente – desconectando a sociedade ocidental de uma Tradição divina e espiritual. Essa narrativa corrompe fundamentos importantes da segurança ontológica Ocidental, e a ação urgente para se retomar os princípios de estabilidade são vinculados ao apoio à cartilha reacionária da Ultradireita: Combate aos valores progressistas, reestabelecimento de hierarquias sociais etc.

Retomamos o argumento de Miskimmon, O’Loughlin e Roselle (2014), que argumentam que para se pensar em como o discurso tem lugar dentro da segurança ontológica deve-se identificar na narrativa: 1. uma situação inicial ou uma ordem estabelecida, 2. um problema que perturba essa ordem; 3. A resolução subsequente que visa restabelecer a ordem. Assim, a ordem estabelecida – fonte de segurança ontológica – é a sociedade Ocidental “Tradicional”, construída no discurso populista da direita radical sob alicerces fantasiosos e em referência a um passado idealizado. O obstáculo-problema que perturba a ordem – e é, portanto, a fonte de insegurança ontológica – é o mundo Moderno, o cosmopolitismo, o multiculturalismo, as pautas progressistas, a ciência, as imigrações, ou seja, tudo aquilo que se afasta da “Tradição”. E, por fim, para se alcançar a integridade e se restabelecer a ordem deve-se recorrer às pautas, ideias, agendas, políticas e partidos que englobam a Ultradireita.

Pode-se argumentar, a partir das reflexões de Rosdalle (2015), que essa dinâmica revela não apenas os esforços para encontrar estabilidade subjetiva, mas também como tais esforços são moldados por contextos mais amplos de poder e influência. O resultado desse processo é que a conquista da segurança ontológica de um grupo social ocorre às custas do estabelecimento de uma relação de alteridade conflituosa com os “outros”: “A construção de um “outro” abjeto torna-se um meio de securitizar a subjetividade, pois, reduz a ansiedade (e o medo) e aumenta a segurança ontológica” (Kinnvall, 2004, p. 753). O abjeto torna-se, assim, um fator importante na formação da identidade coletiva da Ultradireita quando o “estranho” é repentinamente reconhecido como uma ameaça potencial à segurança ontológica de um grupo “nativo”.

Kinnvall (2004), destaca como a construção e reconstrução de símbolos históricos, mitos e traumas escolhidos oferecem crenças alternativas para lidar com a insegurança diária, porém, observa também que quanto mais inclusivas essas crenças são, mais tendem a excluir indivíduos ou grupos não abrangidos por sua definição. Não à toa, a Ultradireita recorre a um passado imaginário e glorioso para fundamentar sua construção de Nação. A América que precisa ser grande novamente. O Ocidente que se afastou da “Tradição” e agora caminha em direção ao apocalipse.

Conclusão

A partir da pergunta de pesquisa “Como o Tradicionalismo sustenta a construção pela Ultradireita de uma percepção de ameaça à segurança ontológica dos valores ocidentais?”, utilizou-se a metodologia histórica comparada para identificar as influências comuns que o Tradicionalismo oferece à Ultradireita ocidental a partir do conceito teórico de “segurança ontológica”. Demonstrou-se, ao longo do artigo, que, por meio da identificação de narrativas e discursos comuns, o Tradicionalismo oferece o alicerce retórico que sustenta as bases ideológicas reacionárias da Ultradireita ocidental a partir da construção de narrativas de (in)segurança ontológica.

Demonstrou-se que o marco teórico da segurança ontológica permite a avaliação da percepção do sentimento de segurança de distintos atores – desde indivíduos até o Estado – como uma variável que vai além da dimensão física, englobando o sentimento de pertencimento a uma sociedade ou a uma comunidade que ofereça um esteio social para a manutenção de um sentido de perenidade e estabilidade. Esse processo é uma construção social que depende de narrativas e percepções particulares acerca de como os indivíduos se inserem em determinados grupos. Essa questão é fundamental para se compreender que a segurança ontológica é um fator comumente colocado em xeque por narrativas que exploram emoções negativas, como o medo e a ansiedade.

A literatura utilizada no artigo trabalha com a ideia de que o sentimento de insegurança ontológica vem sendo recorrente em meio às vicissitudes da sociedade contemporânea globalizada. A partir dessa percepção, exploramos a maneira pela qual o processo de reemergência da Ultradireita na política ocidental contribui com a construção narrativa de ameaça à segurança ontológica de parcelas representativas da população ocidental, culminando no sucesso recente – do ponto de vista social e até mesmo eleitoral

– da Ultradireita desde a segunda metade da década de 2010, como demonstraram, por exemplo, Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil.

A partir da compreensão de que a Ultradireita do Ocidente vislumbra uma sociedade pautada por dinâmicas hierárquicas – em particular, associadas à raça, religião e nacionalidade – e elementos como racismo e xenofobia, vislumbrou-se a evidente conexão desse movimento radical com narrativas que exploram o sentimento de insegurança ontológica de parcelas da sociedade ocidental. Demonstrou-se, em especial, como os elementos populistas da Ultradireita se utilizam de narrativas nativistas para segmentar a população em membros legítimos e ilegítimos, tornando esses *outsiders* – sejam eles vinculados à uma suposta elite corrupta do grupo nativo ou mesmo a imigrantes, minorias étnicas, raciais ou religiosas, comunidade LGBTQUIA+, dentre outros – uma flagrante ameaça à segurança ontológica dos *insiders*.

O elemento original do presente artigo reside na compreensão do Tradicionalismo como o alicerce principal que permite à Ultradireita explorar narrativas de insegurança ontológica. Demonstrou-se que, o Tradicionalismo, a partir de uma construção narrativa apocalíptica que remete ao declínio ocidental, representa uma herança intelectual que ajuda a Ultradireita contemporânea a despertar sentimentos – como o medo e a ansiedade – e ressentimentos associados aos processos de consolidação – e ameaça – da segurança ontológica ocidental. A partir da compreensão da Modernidade como fator-chave para o suposto declínio espiritual do Ocidente, o Tradicionalismo constrói uma narrativa negativa acerca dos principais fundamentos da Era Moderna: as ideias de igualdade, cosmopolitismo, multiculturalismo e progressismo de modo geral, oferecendo à Ultradireita um alicerce reacionário fundamental: A necessidade de retomada de uma suposta “Tradição” vinculada a um passado glorioso do Ocidente, que está em xeque devido às forças do progresso.

O Tradicionalismo, portanto, atua diretamente no enfraquecimento da percepção de segurança ontológica de diversos atores – do indivíduo ao Estado – ao propor um declínio do Ocidente como um todo, oferecendo um conjunto de princípios metafísicos como catalisadores de estabilidade que batem de frente com a construção racional da Modernidade. Ao se afastar da “Tradição”, o Ocidente fica exposto e vulnerável a atores *outsiders* dispostos a enfraquecer a – suposta – coesão e homogeneidade do Ocidente em termos raciais, nacionais e religiosos. A Ultradireita, portanto, surge como a solução

necessária para resgatar a segurança ontológica sob ameaça, propondo ideias, ações e políticas destinadas a confrontar todos os atores que colocam em xeque os valores ocidentais “Tradicionais” e, assim, resgatar a segurança ontológica ocidental.

A presente pesquisa busca oferecer um suporte comparativo entre o fenômeno de re-ascensão da Ultradireita no século XXI com o marco teórico da segurança ontológica a partir de uma base histórica vinculada ao Tradicionalismo. Permite-se, assim, o desenvolvimento futuro de agendas de pesquisa que busquem analisar de maneira mais profunda a construção narrativa de processos de insegurança ontológica em casos específicos, a partir do argumento explorado no presente artigo que o Tradicionalismo oferece o alicerce retórico que sustenta as bases ideológicas da Ultradireita ocidental a partir da construção de narrativas de (in)segurança ontológica.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T; FRENKEL-BRUNSWIK, W.; LEVINSON, E.; SANFORD, D. **The authoritarian personality**. Nova Iorque: Harper and Row, 1950.

ARFI, Badredine. Security qua existential surviving (while becoming otherwise) through performative leaps of faith. **International Theory**, v. 12, n. 2, p. 291-305, 2020. DOI:10.1017/S1752971920000123.

ASLANIDIS, Paris. Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective. **Political Studies**, Nº64, Vol. 1, 2015. Disponível em [<https://doi.org/10.1111/1467-9248.12224>]. Acesso em 14/10/2024.

BAR-ON, Tamir. Richard B. Spencer and the Alt Right. In SEDGWICK, Mark (ed.) **Key Thinkers of the Radical Right: behind the new threat to liberal democracy**. Londres: Oxford University Press, 2019.

BERENSKOETTER, Felix. Parameters of a national biography. **European journal of international relations**, v. 20, n. 1, p. 262-288, 2014. DOI <https://doi.org/10.1177/1354066112445290>.

BONIKOWSKI, Bart. GIDRON, Noam. The Populist Style in American Politics: Presidential Campaign Discourse, 1952–1996. **Social Forces**, Vol. 94, Nº 4, 2016. Disponível em [<https://doi.org/10.1093/sf/sov120>]. Acesso em 15/11/2023.

BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018.

BROWNING, Christopher s; JOENNIEMI, Pertti. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. **Cooperation And Conflict**, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 31-47, 11 jul. 2016. SAGE Publications. DOI <http://dx.doi.org/10.1177/0010836716653161>.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. University of Minnesota Press, 1992.

CANOVAN, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, Vol. 2, Nº 16, 1999. Disponível em [<https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>]. Acesso em 14/10/2024.

CROFT, Stuart. **Securitizing Islam**: identity and the search for security. Cambridge University Press, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and Self Identity**: self and society in the late modern age. Cambridge, England: Polity Press, 1991.

GREEN, Joshua. **Devil's Bargain**: Steve Bannon, Donald Trump, and the Nationalist Uprising. Londres: Penguin Books, 2017.

GREVEN, Thomas. The rise of right-wing populism in Europe and the United States. A comparative perspective. **Perspective Friedrich Ebert Stiftung**, 2016. Disponível em [https://www.fesdc.org/fileadmin/user_upload/publications/RightwingPopulism.pdf]. Acesso em 08/11/2023.

HAKL, Thomas H. Julius Evola and Tradition. In SEDGWICK, Mark (ed.) **Key Thinkers of the Radical Right**: behind the new threat to liberal democracy. Londres: Oxford University Press, 2019.

HAMELEERS, Michael. The populism of online communities: Constructing the boundary between “blameless” people and “culpable” others. **Communication Culture & Critique**, v. 12, n. 1, p. 147-165, 2017. DOI <https://doi.org/10.17645/pag.v8i1.2478>.

HEIKKILÄ, Niko. Online Antagonism of the Alt-Right in the 2016 Election. **European journal of American studies**, vol. 12, n. 2, 2017. Disponível em [<http://journals.openedition.org/ejas/12140>]. Acesso em 29/01/2024.

HØNNELAND, Geir. **Borderland Russians: Identity, narrative and international relations**. Springer, 2010.

HOMOLAR, Alexandra; SCHOLZ, Ronny. The power of Trump-speak: populist crisis narratives and ontological security. **Cambridge Review Of International Affairs**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 344-364, 20 mar. 2019. Informa UK Limited. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2019.1575796>.

HOMOLAR, Alexandra. A call to arms: Hero-villain narratives in US security discourse. **Security dialogue**, v. 53, n. 4, p. 324-341, 2022.

JÜPSKAS, Anders Ravik; LEIDIG, Eviane. **Knowing what's (far) right**: a compendium. Oslo: Center for Research on Extremism, 2020.

KAPLAN, Thomas J. The narrative structure of policy analysis. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 5, n. 4, p. 761-778, 1986. DOI <https://doi.org/10.1002/pam.4050050406>.

KINNVALL, Catarina. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. **Political Psychology**, [S.l.], v. 25, n. 5, p. 741-767, 3 set. 2004. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00396.x>.

KINNVALL, Catarina. Ontological insecurities and postcolonial imaginaries: The emotional appeal of populism. **Humanity & Society**, v. 42, n. 4, p. 523-543, 2018. DOI <https://doi.org/10.1177/0160597618802646>.

KINNVALL, Catarina; MITZEN, Jennifer. Anxiety, fear, and ontological security in world politics: thinking with and beyond Giddens. **International theory**, v. 12, n. 2, p. 240-256, 2020. DOI:10.1017/S175297192000010X.

KOSCHUT, Simon; HALL, Todd H.; WOLF, Reinhard; SOLOMON, Ty; HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Discourse and Emotions in International Relations. **International Studies Review**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 481-508, 1 set. 2017. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/isr/vix033>. Disponível em: <https://academic.oup.com/isr/articleabstract/19/3/481/4049174?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LAINING, R. D. **The Divided Self**: an existential study in sanity and madness. London: Pelican, 1960.

LIPSET, Seymour M. **Political man**. Nova Iorque: Mercury Books, 1963.

LÖFFLMANN, Georg. 'Enemies of the people': Donald Trump and the security imaginary of America First. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 24, n. 3, p. 543-560, 2022. DOI <https://doi.org/10.1177/13691481211048499>.

MCBETH, Mark K. SHANAHAN, Elizabeth A.; ARNELL, Ruth J.; HATHAWAY, Paul L. The intersection of narrative policy analysis and policy change theory. **Policy Studies Journal**, v. 35, n. 1, p. 87-108, 2007. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2007.00208.x>.

MILLER, Hugh T. Policy narratives: the perlocutionary agents of political discourse. **Critical policy studies**, v. 14, n. 4, p. 488-501, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/19460171.2020.1816483>.

MINKENBERG, Michael. The renewal of the radical right: between modernity and antimodernity. **Government and Opposition**, v. 32 n. 2, p. 170-198, 2000.

MISKIMMON, Alister; O'LOUGHLIN, Ben; ROSELLE, Laura. **Strategic narratives: communication power and the new world order**. Routledge, 2014.

MITZEN, Jennifer. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. **European journal of international relations**, v. 12, n. 3, p. 341-370, 2006. DOI <https://doi.org/10.1177/1354066106067346>.

MITZEN, Jennifer; LARSON, Kyle. Ontological security and foreign policy. **Oxford research encyclopedia of politics**, 2017. DOI <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.458>

MUDDE, Cas. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, vol. 39, n. 4, 2004. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>

MUDDE, Cas. The Trump phenomenon and the European populist radical right. **Washington Post**, v. 26, 2015.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: a very short introduction**. Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas (ed.). **The Populist Radical Right: a reader**. London: Routledge, 2017, p. 859.

MUDDE, Cas. **The far right in America**. Routledge, 2018.

MUDDE, Cas. **La ultraderecha hoy**. Barcelona: Paidós, 2021.

PINI, André Mendes. **Desinformação e Populismo de Radical de Direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016**. 2021. 302 f. **Tese (Doutorado)** - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43448/1/2021_Andr%C3%A9MendesPini.pdf. Acesso em: 5 jun 2024.

RABÊLO, Rebeca Souza. **O Populismo de Trump: a utilização do twitter para a construção de uma plataforma política de direita radical (2015- 2016)**. 2024. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2024.

ROSSDALE, Chris. Enclosing Critique: the limits of ontological security. **International Political Sociology**, [S.L.], v. 9, n. 4, p. 369-386, 20 nov. 2015. Oxford University Press (OUP). DOI <http://dx.doi.org/10.1111/ips.12103>.

SCHEUCH, E. K; KLINGEMANN, H. D. Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften. **Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts- und Gesellschaftspolitik**, v. 12, p. 11-29, 1967.

SEDGWICK, Mark. **Against the Modern World**: traditionalism and the secret intellectual history of the twentieth century. Londres: Oxford University Press, 2004.

SOLOMON, Ty. **The politics of subjectivity in American foreign policy discourses**. University of Michigan Press, 2015.

SOLOMON, Ty. 'I wasn't angry, because I couldn't believe it was happening': affect and discourse in responses to 9/11. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 38, n. 4, p. 907-928, 1 set. 2011. Cambridge University Press (CUP). DOI <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210511000519>.

STANLEY, Liam; JACKSON, Richard. Introduction: Everyday narratives in world politics. **Politics**, v. 36, n. 3, p. 223-235, 2016. DOI <https://doi.org/10.1177/026339571665342>. STEELE, Brent J. **Ontological security in international relations**: Self-identity and the IR state. Routledge, 2008.

STEELE, Brent J.; HOMOLAR, Alexandra. Ontological insecurities and the politics of contemporary populism. **Cambridge Review Of International Affairs**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 214-221, 9 abr. 2019. Informa UK Limited. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2019.1596612>.

SOARES, Bruna B. "America First": pensando enquadramentos discursivos da segurança ontológica na era Trump. **Nupri Working Paper**, São Paulo, p. 1-12, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/81843>. Acesso em: 30 set. 2023.

SOARES, Bruna Bandeira. **Build the wall!**: policymaking through affect in the trump era. 2024. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=659. Acesso em: 10 jun. 2024.

TEITELBAUM, Benjamin R. **War for Eternity**: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers. Nova Iorque: Dey Street Books, 2020.

VERGARA, Camila. Populism as plebeian politics: Inequality, domination, and popular empowerment. **Journal of Political Philosophy**, v. 28, n. 2, p. 222-246, 2019. DOI <https://doi.org/10.1111/jopp.12203>.

WIDMAIER, Wesley. **Presidential Rhetoric from Wilson to Obama**: constructing crises, fast and slow. Routledge, 2014.

WOJCZEWSKI, Thorsten. 'Enemies of the People': Populism and the Politics of (In) security. **European Journal of International Security**, v. 5, n. 1, p. 5-24, 2020. DOI <https://doi.org/10.1017/eis.2019.23>

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in international relations: the politics of reality**. Cambridge University Press, 2002.

Recebido: 31/10/2024

Aprovado: 22/10/2025

ENTRE O POPULISMO E O AUTORITARISMO: O BOLSONARISMO COMO MANIFESTAÇÃO DO FASCISMO

BETWEEN POPULISM AND AUTHORITARIANISM: BOLSONARISM AS A MANIFESTATION OF FASCISM

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva*
Universidade Federal da Paraíba

Célia Rejane Araújo Negreiro*
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este artigo examina o bolsonarismo enquanto manifestação contemporânea do fascismo e antipolítica. O objetivo é explorar como esse movimento desafia a democracia liberal, contextualizando-o dentro de um cenário global de ascensão do autoritarismo e da crise da democracia liberal, explorando os fundamentos teóricos e históricos, as intersecções entre bolsonarismo, populismo, fascismo e antipolítica, situando o caso brasileiro no contexto do autoritarismo que desafia os princípios democráticos. Foi utilizada a análise bibliográfica e qualitativa, com suporte teórico em autores como Laclau, Weber, Eco e Arendt. Concluiu-se que o bolsonarismo utiliza um discurso populista e autoritário que, ao rejeitar a política institucional e fomentar a polarização, se configura como uma ameaça à democracia. Ao discutir o papel do carisma, da violência simbólica e literal, e da antipolítica, o artigo contribui para compreender as dinâmicas que sustentam a ascensão de ideologias autoritárias na política contemporânea

Palavras-chave: Fascismo; Populismo; Antipolítica; Autoritarismo

Abstract: This paper examines Bolsonarism as a contemporary manifestation of fascism and antipolitics. The objective is to explore how this movement challenges liberal democracy, contextualizing it within a global scenario of rising authoritarianism and the crisis of liberal democracy. It explores the theoretical and historical foundations, the intersections between Bolsonarism, populism, fascism, and anti-politics, situating the Brazilian case within the context of authoritarianism that challenges democratic principles. Bibliographical and qualitative analysis was used, with theoretical support from authors such as Laclau, Weber, Eco, and Arendt. It concludes that Bolsonarism uses a populist and authoritarian discourse that, by rejecting institutional politics and fostering polarization, constitutes a threat to democracy. By discussing the role of charisma, symbolic and literal violence, and antipolitics, the article contributes to understanding the dynamics that sustain the rise of authoritarian ideologies in contemporary politics.

Keywords: Fascism; Populism; Anti-politics; Authoritarianism

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPR / UFPB). Doutor em Ciências Sociais - Estudos Comparados das Américas pela Universidade de Brasília . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1409-6368>

* Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vem experimentando a ascensão de um fenômeno político que desafiou as normas tradicionais da democracia liberal: o bolsonarismo. Caracterizado por uma retórica de oposição às instituições democráticas e ao establishment político, o bolsonarismo se insere dentro de um espectro mais amplo de movimentos populistas e autoritários que ganharam força em diversas partes do mundo. Inspirado por elementos do fascismo, pela antipolítica e pela lógica populista, o bolsonarismo configura-se como uma expressão contemporânea da crise da democracia liberal, levando o debate político brasileiro para o centro de discussões globais sobre o ressurgimento de ideologias reacionárias e autocráticas. Este artigo tem como objetivo explorar as intersecções entre bolsonarismo, populismo, fascismo e antipolítica, situando o caso brasileiro no contexto de uma crescente onda de autoritarismo que desafia os princípios democráticos.

Para fundamentar o presente artigo, partimos de uma leitura crítica da realidade apoiados em revisão bibliográfica guiada por uma abordagem qualitativa. O estudo revisa conceitos e dados históricos a partir do diálogo com os principais autores do cânone da ciência política e de outros pensadores relevantes para o pensamento político ocidental, permitindo-nos compreender fatos políticos contemporâneos que norteiam os posicionamentos autoritários da extrema-direita no país.

O bolsonarismo pode ser entendido, em primeiro lugar, como um movimento reacionário que se apropria do discurso da antipolítica. Esse discurso, que ganha força em momentos de crise de representatividade, visa deslegitimar as instituições democráticas e promover a ideia de que a política tradicional está corrompida e distante dos interesses do povo. Ao se colocar como o "outsider" que desafia o sistema, Jair Bolsonaro personificou esse movimento no Brasil, consolidando-se como a figura central de uma nova direita que rejeita a mediação política e a construção de consensos (Bucci, 2022). A antipolítica, neste contexto, é a negação da política institucional e da própria ideia de pluralismo. Ela coloca em xeque o papel das instituições democráticas e cria um ambiente propício para a emergência de lideranças autoritárias, que reivindicam uma suposta legitimidade direta com o "povo", em detrimento da política representativa tradicional.

A relação entre bolsonarismo e populismo é central para compreender o fenômeno. De acordo com Ernesto Laclau (2013), o populismo não é uma ideologia em si, mas uma lógica política que opera através da criação de uma dicotomia entre o "povo" e seus inimigos. Essa construção dualista é característica dos regimes populistas e foi amplamente utilizada por Bolsonaro, que, ao longo de sua campanha e durante seu governo, promoveu uma narrativa de "nós contra eles". No bolsonarismo, o "povo" é definido como uma entidade homogênea, composta por cidadãos comuns, patriotas e trabalhadores, enquanto os inimigos são as elites políticas, a imprensa, as universidades e os movimentos sociais. A estratégia populista de dividir a sociedade em dois campos irreconciliáveis facilita a concentração de poder em uma liderança carismática que se coloca como única capaz de representar a verdadeira vontade popular (Laclau, 2013).

A liderança carismática é outro ponto central na análise do bolsonarismo como um fenômeno populista. Weber (1999) define o carisma como uma qualidade extraordinária de uma liderança, reconhecida e valorizada por seus seguidores. Jair Bolsonaro, com seu discurso simplificado e direto, conseguiu mobilizar milhões de brasileiros que viam nele uma alternativa radical ao status quo político. Sua popularidade baseia-se na sua habilidade de explorar ansiedades sociais, especialmente em relação à segurança pública, moralidade e corrupção, temas caros ao imaginário conservador brasileiro. A confiança depositada nele por seus eleitores, muitas vezes incondicional, reflete o que Weber descreve como a legitimação carismática, onde o líder é visto como alguém que possui poderes excepcionais, capaz de romper com a normalidade institucional para restaurar a ordem e a justiça.

No entanto, o bolsonarismo não pode ser compreendido apenas como um populismo de direita. Ele também carrega traços de fascismo, particularmente na sua relação com a violência e com a negação da política. O fascismo, como foi amplamente discutido por autores como Umberto Eco (1995) e Robert Paxton (2004), é caracterizado pela glorificação da força, pela exaltação de uma nação homogênea e pela intolerância ao pluralismo. Embora o bolsonarismo não possa ser classificado como fascismo em sua forma clássica, ele adota práticas e discursos que ecoam elementos fascistas. A violência, seja simbólica ou literal, está no cerne do bolsonarismo, que promove um discurso de combate implacável aos "inimigos da nação", justificando medidas autoritárias em nome da segurança e da ordem. O culto à masculinidade, à ordem militar e à repressão de

opositores políticos são traços que aproximam o bolsonarismo de movimentos fascistas do passado (Eco, 1995).

Além disso, o bolsonarismo se fundamenta em uma lógica de negação da política, que se aproxima daquilo que Hannah Arendt (1963) descreveu como a "banalidade do mal" nos regimes totalitários. Arendt argumenta que, em regimes autoritários, a negação da política e do debate público leva à naturalização da violência e da repressão, esvaziando o espaço público de qualquer possibilidade de dissenso. No caso do bolsonarismo, essa negação se manifesta na rejeição ao diálogo com outros poderes da República, na tentativa de silenciar a imprensa e na constante polarização e radicalização do debate político. Essa postura é reforçada por uma base de apoio mobilizada por discursos incendiários, que tratam a política como um campo de batalha moral e não como um espaço de mediação de interesses divergentes (Arendt, 1963).

O bolsonarismo, assim, não só desafia os princípios da democracia liberal, mas também se articula como uma resposta às crises sociais e econômicas do Brasil. A promessa de um retorno à ordem, à moralidade e à segurança, elementos centrais do discurso bolsonarista, ressoa entre setores da população que se sentem desamparados e ameaçados pelas transformações sociais recentes. O movimento, no entanto, ao invés de propor soluções políticas para os problemas que identifica, prefere a lógica do embate e da destruição, características que o conectam ao fascismo e à antipolítica.

Portanto, ao investigar as interseções entre bolsonarismo, populismo, fascismo e antipolítica, este artigo pretende lançar luz sobre as dinâmicas que sustentam a ascensão da extrema-direita no Brasil, situando o fenômeno dentro de um contexto histórico mais amplo de desestabilização das democracias liberais e de fortalecimento de ideologias autoritárias. A análise das contribuições de autores como Laclau, Weber, Eco e Arendt é essencial para a compreensão do bolsonarismo como um fenômeno complexo, que combina traços de populismo e fascismo com a negação da política institucional, e que representa um dos maiores desafios contemporâneos para a democracia brasileira.

Metodologia

O presente artigo utiliza uma abordagem qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica para analisar o fenômeno do bolsonarismo no Brasil e suas interseções com o fascismo, o populismo e a antipolítica. O objetivo é contextualizar o bolsonarismo dentro

de um cenário global de ascensão do autoritarismo e da crise da democracia liberal, explorando seus fundamentos teóricos e históricos, explorando as intersecções entre bolsonarismo, populismo, fascismo e antipolítica, situando o caso brasileiro no contexto de uma crescente onda de autoritarismo que desafia os princípios democráticos.

Para isso, este artigo revisita conceitos e teorias consagrados no campo das ciências políticas e sociais, apoiando-se nas contribuições de autores como Ernesto Laclau, Max Weber, Umberto Eco e Hannah Arendt, entre outros. A partir da análise dessas obras, são examinadas as características centrais do bolsonarismo enquanto fenômeno político reacionário e autoritário, incluindo o papel do carisma, o discurso de antipolítica e a relação com a violência.

O estudo utiliza uma metodologia crítica para revisar e reinterpretar dados históricos e teorias políticas relevantes, adotando um foco analítico que considera tanto o contexto nacional quanto as tendências transnacionais contemporâneas. Por meio dessa análise comparativa e interpretativa, o artigo busca compreender as implicações do bolsonarismo para o sistema democrático brasileiro e para os valores da política liberal.

O Bolsonarismo e a Política da Antipolítica

O bolsonarismo emerge como a epítome da política da antipolítica, caracterizando-se por uma estratégia que busca modular comportamentos e atitudes sociais através da força e da disciplina, fundamentada em uma lógica de conflito permanente. A análise de Bucci (2022) destaca que a “barulheira incendiária” que sustenta o bolsonarismo não é apenas um ruído político, mas uma ferramenta para manter a sociedade em um estado contínuo de convulsão, onde a coerência e os fatos perdem relevância. Essa crise de confiança nas instituições brasileiras, acentuada durante a operação Lava Jato, colocou a pauta moral acima das políticas públicas, preparando o terreno para a ascensão do bolsonarismo. A desilusão com o sistema político tradicional foi catalisada por uma narrativa que promovia uma moralização da política, enquanto corroía as bases institucionais da democracia. Como observa Schwarz (2019), “o lavajatismo promoveu um discurso de moralização da política ao mesmo tempo em que corroía as bases institucionais da democracia”. Sem o fenômeno do lavajatismo, é provável que o bolsonarismo não tivesse encontrado as condições necessárias para se estabelecer como uma força eleitoral viável.

O conceito de populismo reacionário, conforme explorado por Cristian Dunker, Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro, oferece uma importante lente analítica para entender o bolsonarismo e suas características. Dunker (2020) argumenta que o populismo reacionário representa uma resposta psíquica às angústias sociais e culturais, especialmente em tempos de crise. No Brasil, essas angústias foram exacerbadas pela insegurança, pelo medo de um colapso moral e pela percepção de uma ameaça às tradições. O discurso bolsonarista soube capitalizar esses temores, apresentando Bolsonaro como um líder carismático capaz de restaurar a ordem social e moral. Lynch e Cassimiro (2022) discutem o populismo reacionário no contexto da democracia iliberal, onde há uma centralização do poder nas mãos de um líder e a eliminação de inimigos internos e externos da nação. Segundo Lynch e Cassimiro, “o bolsonarismo combina elementos conservadores e reacionários, que não apenas questionam a legitimidade das instituições democráticas, mas buscam ativamente destruí-las em nome de uma ordem imaginária e passada” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 69). Essa perspectiva permite compreender o bolsonarismo não apenas como um fenômeno político, mas como uma ameaça à própria ideia de democracia pluralista.

Além disso, o bolsonarismo pode ser interpretado como uma manifestação do pós-fascismo, que descreve regimes políticos autoritários que operam dentro das regras democráticas, mas visam subvertê-las. Luis Felipe Miguel (2018b) argumenta que o anticomunismo é um dos pilares fundamentais dessa nova direita, sendo o “fantasma do comunismo” frequentemente evocado por Bolsonaro e seus apoiadores. Frases como “minha bandeira jamais será vermelha” tornaram-se símbolos dessa retórica anticomunista e autoritária. Géraldine Schwarz (2019) destaca o risco representado pela fragilidade da memória histórica no Brasil, onde o processo de rememoração da ditadura militar foi inadequado. Essa lacuna permitiu que figuras como Bolsonaro reabilitassem o discurso autoritário, celebrando os crimes do passado e utilizando-os como base para uma nova forma de autoritarismo político (Schwarz apud Eichenberg, 2019). Nesse contexto, a democracia brasileira torna-se especialmente vulnerável, uma vez que o bolsonarismo se alimenta da falha em confrontar adequadamente o legado ditatorial.

O bolsonarismo insere-se em um contexto global de ascensão das novas direitas, que mesclam ultraliberalismo, neoconservadorismo e fundamentalismo religioso. Esses grupos utilizam as fake news como arma política, criando uma “máquina de propaganda

azeitada” que manipula emoções e anula a razão (Wardle, 2021). A manipulação da verdade e a criação de uma realidade alternativa foram cruciais para a campanha eleitoral de 2018, permitindo a Bolsonaro polarizar a disputa com o PT e eclipsar o PSDB como a principal força de oposição. A linguagem disruptiva, as promessas simplistas e a criminalização da política tradicional foram centrais para o sucesso do bolsonarismo. Aarão (2020) observa que a estratégia de Bolsonaro consistiu em “ampliar alianças com o capital financeiro, as igrejas evangélicas e as forças conservadoras, consolidando-se como o centro de uma ampla frente de direita que transcendeu as fronteiras da extrema-direita tradicional” (Aarão, 2020). Essa nova configuração política não só redefine as alianças estratégicas no Brasil, mas também exemplifica a intersecção entre práticas autoritárias e discursos populistas que permeiam a política contemporânea.

Populismo, Fascismo e a ascensão da extrema-direita

A ascensão do bolsonarismo também reflete uma tendência global de fortalecimento do populismo e da extrema direita, fundamentada em uma retórica antiestablishment que deslegitima as instituições democráticas e demoniza opositores. Para Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo é uma ideologia que se posiciona na intersecção de outras ideologias, caracterizando a sociedade como dividida em duas classes opostas: o "povo puro" e a "elite corrupta". O discurso bolsonarista se insere nessa lógica, apresentando-se como a voz do povo contra uma elite percebida como opressora e corrupta.

O fascismo compartilha características fundamentais com o bolsonarismo, especialmente na promoção de uma identidade nacionalista e na construção de um inimigo comum. O conceito de fascismo abrange regimes que aspiram à totalidade do poder, muitas vezes à custa das liberdades individuais. Segundo Paxton (2007), o fascismo fundamenta-se na concepção de uma nação grandiosa que necessita de purificação, frequentemente através da exclusão ou eliminação daqueles considerados "não puros". Essa retórica é visível no discurso bolsonarista, que frequentemente evoca a necessidade de proteger o Brasil de ameaças internas e externas, alimentando um clima de insegurança e divisão.

A relação entre o populismo reacionário e o autoritarismo é igualmente intrínseca, uma vez que ambos buscam minar os fundamentos da democracia em nome da ordem e

da segurança. A crítica à corrupção é utilizada como um pretexto para justificar medidas autoritárias e a centralização do poder. Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que um dos indicativos mais evidentes de erosão democrática é a aceitação da noção de que a democracia pode ser comprometida em prol da segurança. No caso do bolsonarismo, essa ideia é articulada através da retórica da luta contra o crime e da defesa da moralidade pública, servindo para legitimar práticas que vão contra os princípios democráticos.

Assim, o bolsonarismo se revela não apenas como uma resposta a crises políticas e sociais, mas como parte de um fenômeno mais amplo que caracteriza a política contemporânea: a ascensão do populismo reacionário, do autoritarismo e da extrema direita, uma intersecção de ideologias e práticas que redefine a política brasileira.

O Fascismo e suas repercussões no contexto do bolsonarismo

O fascismo, como ideologia política autoritária, apresenta características que podem ser observadas na ascensão do bolsonarismo no Brasil. O bolsonarismo utiliza uma retórica populista, nacionalista e anti-institucional, que ecoa elementos do fascismo, como a deslegitimação das instituições democráticas e a construção de uma identidade nacional homogênea. Essa relação se torna mais evidente ao analisarmos aspectos centrais de ambos, como a antipolítica, o culto à personalidade e a promoção de um discurso que deslegitima adversários.

O bolsonarismo se caracteriza como uma manifestação da antipolítica, buscando modular comportamentos sociais através do medo e da disciplina, frequentemente promovendo um estado de conflito contínuo. Esse ambiente de instabilidade assemelha-se ao uso de crises pelo fascismo para consolidar seu poder, criando um cenário onde a lógica democrática é substituída por uma ordem autoritária.

O anticomunismo é um dos pilares fundamentais do bolsonarismo, com o "fantasma do comunismo" sendo constantemente evocado. Frases como "minha bandeira jamais será vermelha" ilustram essa retórica anticomunista e autoritária (Miguel, 2018b). Esse discurso não só divide a sociedade em categorias de amigos e inimigos, mas também cria um clima de violência e repressão contra qualquer forma de oposição.

Géraldine Schwarz (2019) destaca que a fragilidade da memória histórica no Brasil, resultante de uma rememoração insuficiente da ditadura militar, possibilitou a reabilitação do discurso autoritário. A falta de um confronto adequado com o legado da

ditadura contribuiu para a vulnerabilidade da democracia brasileira, tornando-a um terreno fértil para a ascensão de um novo autoritarismo, onde o bolsonarismo encontra espaço para prosperar.

O Fascismo e as novas direitas

A ascensão das novas direitas no contexto contemporâneo é marcada por um discurso que ressoa com elementos históricos do fascismo, refletindo características comuns que desafiam as bases democráticas. Umberto Eco, em seu ensaio "Eternal Fascism" (1995), fornece uma análise perspicaz sobre o que constitui o fascismo, identificando uma série de traços que se manifestam em diferentes contextos históricos. Entre esses traços, Eco destaca a nostalgia por um passado glorioso, a deslegitimação do inimigo e a construção de um "povo puro", que se encaixam na narrativa do bolsonarismo. Essa retórica não apenas busca reviver ideais nacionalistas, mas também cria uma base para justificar a exclusão de grupos considerados "outros" (Eco, 1995).

As novas direitas, ao reabilitar discursos e símbolos do fascismo, apresentam um fenômeno de fascismo 2.0, onde a tecnologia e as redes sociais amplificam a capacidade de disseminação de ideias extremistas. Para Eco, o fascismo é um fenômeno que nunca desapareceu completamente; ele apenas se transforma e se adapta às novas circunstâncias. Essa ideia é corroborada por Luis Felipe Miguel (2018b), que argumenta que o fascismo contemporâneo, ao se entrelaçar com o populismo, utiliza o medo e a desconfiança como instrumentos de controle social (Miguel, 2018b).

O discurso bolsonarista, por exemplo, incorpora a narrativa do "perigo comunista", resgatando o anticomunismo como uma estratégia central. O "fantasma do comunismo" é frequentemente utilizado para mobilizar a base eleitoral, promovendo um clima de inimizade e desconfiança em relação a opositores políticos e sociais. Isso ecoa a ideia de Eco sobre a construção de um inimigo comum que deve ser combatido em nome da pureza nacional (Eco, 1995).

Além disso, a relação entre a nova direita e o autoritarismo é intrínseca. O bolsonarismo não apenas se nutre do ressentimento popular, mas também utiliza as fragilidades da democracia para avançar sua agenda. A crítica ao sistema democrático, a deslegitimação das instituições e a promoção de uma ordem moral rígida são elementos que refletem a essência do fascismo, conforme discutido por autores como Mudde e

Kaltwasser (2017), que analisam como o populismo se posiciona como uma ideologia que contesta as normas estabelecidas em nome do "povo" (Mudde; Kaltwasser, 2017).

A intersecção entre o fascismo e as novas direitas é ainda mais evidenciada na forma como essas ideologias manipulam a verdade. Wardle (2021) observa que a disseminação de fake news e desinformação tem sido uma estratégia eficaz para desestabilizar a oposição e moldar a percepção pública. Esse processo é essencial para a construção de uma realidade alternativa, onde as narrativas do bolsonarismo prevalecem sobre a verdade factual, uma tática que Eco identifica como característica de regimes fascistas (Wardle, 2021).

A retórica nacionalista e a idealização de um passado perdido são também centrais para as novas direitas. Eco argumenta que a nostalgia é uma ferramenta poderosa que mobiliza emoções, e essa mobilização é frequentemente utilizada para justificar políticas que vão contra os princípios democráticos. O desejo de retorno a um "tempo melhor" é um apelo que ressoa profundamente em sociedades em crise, fornecendo um terreno fértil para a ascensão de ideologias autoritárias (ECO, 1995).

Conclusão

A análise das interseções entre fascistas, populistas, autoritários e extremistas de direita sob uma perspectiva transnacional e comparativa revela um padrão preocupante que desafia a democracia contemporânea. O fascismo, como uma ideologia política que busca a totalidade do poder e a eliminação de dissidências, manifesta-se nas novas direitas globais, que reconfiguram o autoritarismo e a retórica nacionalista à luz das ansiedades sociais modernas.

Os discursos populistas, como os vistos no bolsonarismo, aproveitam-se da desilusão com as instituições democráticas e a insatisfação popular, posicionando-se como alternativas "puras" em oposição a uma "elite corrupta". Essa dinâmica é apoiada por estratégias de comunicação que utilizam fake news e desinformação, criando realidades alternativas que visam deslegitimar o debate democrático e fomentar a polarização social. Como observam Mudde e Kaltwasser (2017), essa configuração acentua a divisão da sociedade, pondo em risco a convivência pluralista.

Além disso, a fragilidade da memória histórica, evidenciada pela incapacidade de confrontar adequadamente legados autoritários, como os regimes militares na América

Latina, contribui para a normalização de discursos e práticas que reabilitam o autoritarismo. A falta de um debate crítico sobre esses passados sombrios alimenta uma cultura política em que o populismo reacionário pode prosperar sem contestação significativa. Isso é apoiado por autores como Schwarz (2019), que destaca como a rememoração insuficiente da ditadura militar permite que novas formas de autoritarismo ganhem terreno.

Assim, a ascensão de figuras políticas que evocam o passado autoritário, como Bolsonaro no Brasil, não deve ser vista isoladamente, mas como parte de um fenômeno global que reconfigura a política contemporânea. É vital que a sociedade civil, as instituições e os movimentos progressistas permaneçam vigilantes e mobilizados para resistir a essas tendências, defendendo as conquistas democráticas e promovendo um espaço político que priorize a pluralidade, a diversidade e a inclusão. O desafio atual é garantir que as lições do passado sejam efetivamente aprendidas, e que as sociedades contemporâneas não repitam os erros que levaram à erosão da democracia em diversos países. A luta pela preservação dos direitos civis e das liberdades individuais é, portanto, um imperativo moral e político em face do ressurgimento de discursos e práticas que ameaçam os fundamentos da democracia.

Referências Bibliográficas

AARÃO, Daniel. A extrema-direita brasileira no século XXI. In: SINGER, André; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 48-73.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BUCCI, Eugênio. **O que resta da política: conversas com quem pensa a política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUNKER, Christian. **A arte da quarentena para principiantes: crônicas do isolamento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ECO, Umberto. **Eternal Fascism: Fourteen Ways of Looking at a Blackshirt**. In: *Ur-Fascism*. New York: Houghton Mifflin, 1995.

EICHENBERG, Fernando. **A ascensão da extrema direita no Brasil e na Europa.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-ascensao-da-extrema-direita-no-brasil-e-na-europa/>. Acesso em: 30 out. 2025.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVISTKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo e o fascismo: um debate sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Alameda Editorial, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: luta de classes e sistema político no Brasil pós-2013.** São Paulo: Boitempo, 2018a.

MIGUEL, Luis Felipe. **A nova direita no Brasil: uma análise do fenômeno contemporâneo.** São Paulo: Editora Unesp, 2018b.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SCHWARZ, Géraldine. **Os amnésicos: memórias de um nazismo oculto.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

WARDLE, Claire. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Action.** New York: Data & Society Research Institute, 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Recebido: 31/10/2024

Aprovado: 22/10/2025

HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO: O CASO OLGA BENÁRIO PRESTES

PUBLIC HISTORY, MEMORY AND REPAIR: THE OLGA BENÁRIO PRESTES CASE

Helena Ragusa Granado*
Universidade Estadual de Londrina

Márcio José Pereira*
Universidade Estadual do Paraná

Cyntia Simioni Franca*
Universidade Estadual do Paraná

Resumo: A expulsão de Olga Benário Prestes do Brasil a mando de Getúlio Vargas é um tema bastante explorado pelos estudos históricos e em outros espaços interessados na divulgação desse passado. O que este artigo pretende é discutir o pedido de desculpas recomendado por Carmem Lúcia Antunes Rocha, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sobre uma das maiores injustiças históricas de nosso tempo. Se há uma forma de lidar com os passados sensíveis traumáticos da história de nosso país, talvez sejam os caminhos que levam a uma reparação histórica por meio de uma História Pública edificante que nos conecta a um passado que não passa, ao mesmo tempo, em que nos conecta a um presente em que democracia, cidadania, liberdade e direitos humanos, civis e políticos têm recorrentemente sido colocados à prova.

Palavras-Chave: História Pública; memória; reparação.

Abstract: The expulsion of Olga Benário Prestes from Brazil at the behest of Getúlio Vargas is a subject that is widely explored by historical studies and in other spaces interested in publicizing this past. The purpose of this article is to discuss the apology recommended by Carmen Lúcia Antunes Rocha, Minister of the Federal Supreme Court (STF) and President of the Superior Electoral Court (TSE), about one of the greatest historical injustices of our time. If there is a way to deal with the sensitive, traumatic past in our country's history, it may be the paths that lead to a historical reparation through an edifying Public History that connects us to a past that does not go away, while at the same time connecting us to a present in which democracy, citizenship, freedom and human, civil and political rights have repeatedly been put to the test.

Keywords: Public History; memory; repair.

*Doutora em História pela UEM. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Realizou estágio Pós-Doutoral em História Pública na Universidade Estadual do Paraná. Email: helenaragusagranado@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4719-8523>

*Doutor em História pela UFPR. Professor do Colegiado de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em História Pública. Pesquisador do Grupo Direitos Humanos e Políticas de Memória. Email: marcio.pereira@unespar.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9519-3797>

*Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Colegiado de História, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em História Pública. Líder do Grupo de Pesquisa Odisséia. Email: cyntiasimioni@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1812-3696>

Introdução

A dama loura... Hontem, foi ella mais uma vex interrogada. Chegou Olga Benario ou Maria Prestes à Polícia Central com um sorriso triste bailando nos seus lábios finos. Sem chapéo e com os cabellos á ingleza, puxados para traz — penteado que da maior relevo ao seu perfil de israelita (Memorial..., 2017, p. 1).

“Página trágica na história do tribunal brasileiro”, assim definiu Cármen Lúcia Antunes Rocha, ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), ao referir-se ao processo que culminou, em setembro de 1936, na deportação de Olga Benário Prestes (1908-1942), também conhecida como Maria Prestes, para a Alemanha de Hitler (Lopes, 2022).

A fala ocorreu em agosto de 2022, mês em que se comemora o dia do Advogado no Brasil, quando um evento organizado pelo Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), instituição ligada ao Tribunal Regional Federal, no Rio de Janeiro, transmitia numa sessão fechada – aberta somente para convidados¹ e jornalistas – um debate sobre a histórica decisão tomada em 1936 pela Corte Suprema dos Estados Unidos do Brasil, nome que o Supremo Tribunal Federal recebeu pela Constituição de 1934, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 26.155, impetrado pelo advogado Heitor Lima em favor de Olga Benário Prestes.

A ministra, que hoje ocupa o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fez o pronunciamento sugerindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) pedisse perdão pela extradição de Olga:

Uma das questões enfrentadas pelo STF à época dizia respeito à possibilidade de aplicação ao nascituro da garantia que impede a extradição de cidadão brasileiro. O nascituro, em questão, era o filho que Olga Benário gestava, fruto de sua relação com o líder político brasileiro Luís Carlos Prestes (Costa Filho, 2023, p. 1).

Debatido no mesmo salão em que os ministros decidiram o destino de Olga, a ministra reforçou em seu discurso a ideia de que “ainda que seja ineficaz do ponto de vista humano ou jurídico, o Supremo precisa pedir perdão” e lembrou que ditaduras são

¹ Estavam presentes: Anita Leocádia Prestes; Silvia Oliveira Campos de Pinho, Coordenadora do Arquivo Histórico do Museu da República/IBRAM; Gustavo José Setton Mizrahi, Vice-presidente da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro; Cesar Oiticica Filho, diretor artístico do Centro de Arte HO; Gleise Cruz, que arquivista do Museu da República; Cármen Lúcia, ministra do STF (depoimento gravado); e Paulo Celso Corrêa, cientista social, mestre em Ciência Política, técnico do Museu da República/IBRAM.

“pródigas em promover desumanidades”. “É bom que se lembre sempre disso” (Franco, 2022, p. 1).

Mas o que teria movido o pedido de reparação histórica por parte da ministra Carmem Lúcia? Qual o contexto e por qual razão somente agora? Dificilmente conseguiríamos responder a tais questões, ao menos para esse momento, mas podemos conjecturar, uma vez que o contexto nos parece cada vez mais contaminado pelos esforços da “nova direita” e da nostalgia fascista que nos parece desde 2016, quando do fatídico *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, no país se instaurou.

Foi nesse mesmo cenário bastante conturbado que a ministra assumiu o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo como profunda preocupação a forma como o sistema prisional brasileiro é conduzido dentro do direito penal. Disse que “nossa população carcerária tem inúmeras pessoas que praticaram crimes menores e que saem piores do que entraram, porque tiveram que aguentar as condições precaríssimas, cruéis muitas vezes, das prisões” (Leitão, 2022, p. 37).

A situação da população carcerária feminina, em especial as presas grávidas, “é uma prioridade que vou levar no colo” (Vasconcelos, 2016, p. 1), dizia a ministra. Isso talvez ajude a compreender o movimento sensível de Carmem Lúcia em direção ao fatídico dia em que foi negada a Maria Prestes ou Olga Benário, como é chamada no *Habeas Corpus* nº 26.155/1936 (Brasil, 1936), a manutenção de sua prisão no Brasil.

A inquietude diante da ideia de que “nenhuma criança deve nascer numa penitenciária” (Brasil, 2018, p. 1) fez com que, no ano de 2017, a juíza propusesse que “os estados colocassem em funcionamento centros de referência da presa grávida, aos quais as detentas fossem encaminhadas no sétimo mês de gestação” (Vasconcelos, 2018, p. 1). No ano de 2018, por sua determinação, o CNJ criou um cadastro nacional de presas grávidas e lactantes e a elaboração de um protocolo de recomendações ao sistema prisional para cuidados padronizados à saúde das detentas gestantes, das lactantes e de seus recém-nascidos nas prisões (Migalhas, 2018).

Não podemos afirmar que o pedido de reparação histórica feito por Carmem Lúcia no dia 19 de agosto de 2022 ao STF tenha uma relação direta com o que aqui descrevemos quanto à sua atuação enquanto ministra desde que ocupa o cargo, mas “na onda da urgência da memória”, o ressentimento surge enquanto

Uma virtude moral, um protesto moral, contra toda e qualquer forma de submissão às agendas políticas que muitas vezes pressupõem o perdão e a reconciliação como prioridade moral e como condição de estabilidade da ordem social. O ressentimento, sobretudo quando se tratam de crimes inomináveis, como é o caso dos crimes do holocausto, é o sentimento lógico que resulta da consciência do que é inextinguível, ou seja, do que não é passível de perdão (Grin, 2012, p. 132).

Numa transmissão em vídeo para os membros da sessão, a ministra considerou trágico não só para a história do país, mas para o próprio STF e para a história do *habeas corpus* frente à negativa de jurisdição, ao desconsiderar na época do ocorrido a Constituição, e, principalmente, por não ter, segundo ela, “considerado uma questão de humanidade, que é cara à ideia de justiça, que é essencial à ideia de dignidade humana” (CCJF, 2022, 01h03min44s).

Velhas feridas, novas batalhas: considerações acerca da aspiração nazista em território nacional ontem e hoje

A deportação de Olga Benário para a Alemanha, “extrapolou a postura anticomunista do governo Vargas, devendo ser compreendida como um ato de colaboracionismo com a Alemanha nazista e expressão do antissemitismo político brasileiro” (Carneiro, 2012, p. 83-84).

Mas como pensar o nazismo no Brasil? Bem, numa primeira percepção sobre como ele adentra em nosso território, é possível dizer que até o advento da chamada *World Wide Web*, principalmente a *Web 2.0* com o *boom* dos ambientes virtuais no início do século XXI, com suas transformações intensas, “sentidas e extensas” (Barros, 2022), as expressões antidemocráticas que antecedem esse período, como é o caso do nazismo, a negação do Holocausto e o antissemitismo eram no mínimo, mais rastreáveis, tinham rosto e nome.

Os novos enquadramentos da memória e que nem sempre seguem em direção a uma “História Pública que queremos”, pelo contrário, muitas das vezes têm se mostrado perversas, tem colocado a ciência histórica, e não só ela, mas também toda a ciência em xeque.

“O historiador trabalha com a sensibilidade de seu tempo. Seu instrumento também é contemporâneo” diz o professor e pesquisador Karl Schurster (2016, p. 39), em seu estudo acerca do *fenômeno nazi e seu impacto na historiografia do tempo presente*, esse que vem tomando força nos estudos historiográficos, mas popularmente ainda é pouco

conhecido, ao menos no território nacional. No entanto, faz um alerta importante a um historiador desavisado: o cuidado de não tratarmos esse tipo de História com “obviedades”.

Ao adentrar no campo da teoria da história e da historiografia do tempo presente, Schurster (2016), lança mão do método comparativo ao compreender que “toda História é História Comparada” e justifica, “comparar no tempo e no espaço é configurar o fenômeno histórico como um processo, dando a ele sua complexidade” (Schurster, 2016, p. 41).

Sabemos que o que temos hoje é “o velho nazismo acondicionado em uma nova sociedade e aplicado em grupos de extrema direita” (Klug, 2023, p. 1); contudo, uma análise mais retida sobre a questão, amplia as possibilidades de compreensão acerca de como chegamos até aqui. Enquanto historiadores, primeiramente é de bom tom que reconheçamos nosso lugar político e social de fala, depois, as disputas e os usos ou melhor, a “instrumentalização política desse passado” (Schurster, 2024, p. 1), além da disseminação e adesão às ideias nazistas que numa velocidade desleal em relação àquilo que na academia se tem produzido, ocorre.

É o recuo ao passado, aquele capaz de torná-lo “legível” algo que buscaremos fazer, afinal, a deportação de Olga é a comprovação de que aqui, o nazismo alemão encontrou espaço, o que ainda carece de debate e reconhecimento.

Antes mesmo da criação da Ação Integralista Brasileira em 1932 e de Getúlio Vargas promover o golpe de Estado colocando todos os partidos políticos na ilegalidade, a experiência histórica nazista no Brasil inicia ao final da década de 1920, quando nasce a primeira célula do Partido Nazista fora da Alemanha, no interior de Santa Catarina², estudo esse desenvolvido por Ana Maria Dietrich (2007) e que traz de forma bastante detalhada como se deu o estabelecimento do partido nazista na região, mas não só, para além dela a autora também, inclui Paraná e Rio Grande do Sul, avançando, para as regiões sudeste com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e também Norte, Nordeste e por último, a região Centro-Oeste, essas últimas com menor expressividade.

² Atualmente o estado de Santa Catarina lidera o avanço do neonazismo no Brasil, com mais de 300 células neonazistas entre os anos de 2021 e 2022, com destaque para a região de Blumenau conforme relatório apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) (PRSC, 2023).

Mesmo reconhecendo os desafios sobre sua empreitada, afinal, como bem pontua em suas percepções tratava-se de um “Brasil rural” mas que já revelava nas grandes cidades um potencial dado a sua “importância nacional” (Dietrich, 2007, p. 371), a autora explora o que chama de *tropicalização do nazismo* com suas nuances, diferenças e semelhanças dadas as realidades específicas que aborda sem perder de vista os perigos das sementes de um passado cheio de maldades que na atualidade vimos com medo e preocupação germinarem.

Fazendo um recuo ainda maior, importantes marcos historiográficos que direcionam para as aspirações nazista no Brasil, Maria Luiza Tucci Carneiro (2012, p. 82) apresenta em um de seus estudos 3 três obras que na década de 1980 teriam segundo ela, ‘marcado espaço, por denunciarem o “fascismo” e a violência institucionalizada sustentada pelo governo Vargas’, são elas: *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig* (Dines, 1981); *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas* (Morais, 1985); e *O inimigo eleito: judeus, poder e o anti-semitismo*, de (Chiavenatto, 1985).

A própria autora encontra-se no rol das pesquisas em torno da temática. Carneiro, manteve-se na Universidade de São Paulo (USP) onde também se formou, e atuou como coordenadora do LEER, atualmente, “laboratório de estudos sobre diversidade cultural, intolerância étnica, política e direitos humanos” (Leer, 2025, p. 1), onde desenvolve o projeto *Arqshoah – vozes do Holocausto* (Arqshoah, 2020). Suas produções tiveram o judeu como protagonista e o período varguista é tema principal dos estudos desenvolvidos tanto no que se refere aos projetos de pesquisa por ela coordenados como também em suas publicações, destaque para *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)* (Carneiro, 2001), fruto de sua tese de doutorado defendida no ano de 1987³.

Polêmica ou não⁴, ao trazer para a esfera pública questões até então silenciadas, como o antissemitismo presente nas primeiras circulares secretas editadas pelo governo

³ Publicada primeiramente em 1988 e depois, numa versão mais ampliada no ano de 2001 pela Editora Perspectiva.

⁴ O sentido do termo polêmico atribuído ao estudo de Tucci Carneiro seria em relação ao quanto o antissemitismo de fato teria exercido influência na vida dos judeus que para cá vieram como podemos encontrar nas análises realizadas pelo brasilianista Jeffrey Lesser (1995) ou também, nos estudos de Roney Cytrynowicz (2002). Ambos reconhecem a existência de restrições e medidas impostas pelo Estado Novo

Vargas as quais revelavam restrições para com os judeus que fugiam do nazismo, e, portanto, o alinhamento ideológico com o partido é claro, no período que compreende a 2ª Grande Guerra, a obra ganhou grande repercussão.

Mais à frente, estudos como *Expressões do Nazismo no Brasil* (Carvalho; Lucas, 2018) organizada por Bruno Leal Pastor de Carvalho e Tais Campelo Lucas (2018) trazem um panorama consistente sobre a adesão desse sentimento importado na política brasileira, dos grupos que a ele aderem e as consequências desse processo trazidos nos capítulos finais e estão no rol das pesquisas que tem dentre outras, explorado questões até então nada ou pouco discutidas e que somam ao leque de possibilidades de estudo sobre o tema, uma historiografia recente, portanto.

Para além dos ganhos no âmbito da escrita da História, esses e outros avanços nas pesquisas que remetem ao nazismo e seus desdobramentos, como é o caso do contexto brasileiro são fundamentais à medida em que as maldades de um passado não muito distante retornam e estendem-se não só a um determinado grupo, mas também a outros, mesclam-se a perversidade de outras e novas ditaduras agora configuradas em novos modelos – pensando sobre os impactos da digitalização nas ditaduras - e formas de censura - basta prestarmos atenção aos meios pelos quais os autocratas empregam várias tecnologias digitais para se manter o poder - disfarçadas por uma falsa sensação de liberdade, democracia, criando uma nova compreensão acerca do Estado democrático de Direito.

A História Pública a serviço do Tempo Presente: “a terceira margem do tempo”

Para os autores Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Trindade Borges (2021), em sua coletânea *História Pública e História do Tempo Presente*,

Fazer **História Pública** e buscar parceria com a história do tempo presente implica manter-se atento aos desvios, aos ritmos e às margens dos tempos do passado que não passa, do presente que ora parece estacionar, ora parece escapar rumo ao futuro incerto, ora, por fim, se vê invadido por correntezas provindas de águas remotas estacionadas em outros afluentes (Rodrigues; Borges. 2021, p. 8, grifo nosso).

em relação aos judeus, mas até que ponto as mesmas interferiram no estabelecimento dessas famílias que para cá seguiram, é o que me parece estaria no cerne da questão.

A nódoa que permanece na história da política brasileira no período varguista, principalmente quando da instalação do Estado Novo e os anos que o antecederam, quando o imaginário criado pelos anticomunistas já vinha sendo gestado e colocado nos trilhos do autoritarismo é um passado inacabado que continua a afetar as veias democráticas por onde correm também as políticas reparatórias.

A própria historiadora e também filha de Olga, Anita Leocádia Benário Prestes, que esteve presente no evento realizado no Centro Cultural Justiça Federal, ao reconhecer o esforço do pedido de reparação do que chamou de “crime terrível” contra sua mãe, alerta para a manutenção de uma estrutura autoritária no país sobre a qual o peso da impunidade se faz sentir não só pelas vítimas do Estado Novo, mas também por aquelas da década de 1960 e 1970 (CCJF, 2022, 31min33s).

É um tema que sobre os mais diversos aspectos e perspectivas, que teve um importante *boom* historiográfico nos anos 2000 e que trouxe uma expressiva produção acadêmica, amplamente discutida e debatida, não deixando dúvidas quanto ao contexto sombrio⁵ que culminou tanto na prisão de Luís Carlos Prestes quanto de Olga Benário, a qual já estava casada com o jornalista e grávida dele.

Fora dos círculos acadêmicos, a história da revolucionária alemã, militante do partido comunista e de origem judia, foi aberta ao público nos anos 1990, por meio da biografia “Olga”, escrita por Fernando Moraes e que acabou inspirando alguns documentários e algumas produções teatrais e literárias. Mas foi com o filme “OLGA: Muitas paixões numa só vida”, dirigido por Jayme Monjardim, que Olga deixou de ser uma estranha ao cenário político nacional.

Ainda que polêmico e envolto em fortes críticas⁶, entre a beleza e o terror, a película produzida pela Globo Filmes e que ganhou as telas de cinema no Brasil, atraindo

⁵ Referimo-nos aqui aos antecedentes do golpe de 1937, como o decreto da Lei de Segurança Nacional e, pouco tempo depois, a criação do Tribunal de Segurança Nacional (BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Lei de Segurança Nacional de 1935. Define crimes contra a ordem política e social (BRASIL, 1935).

⁶ Destaque para aquelas relacionadas ao uso de uma linguagem estética televisiva e um certo distanciamento da realidade, haja vista que o período da Ditadura no país é raramente retratado, assim como o próprio nazismo alemão e o Holocausto, desdobramento trágico do regime.

milhares de espectadores⁷, acabou sendo indicada como candidata ao Oscar no ano de 2005⁸, o que lhe conferiu destaque também na esfera internacional.

Ao ser introduzida na televisão brasileira anos depois (Globo.com, 2016), houve uma ampliação e diversificação ainda maior do público, já afeito às grandes produções da TV Globo, especialmente aquelas com um viés histórico, a exemplo de inúmeras novelas e minisséries, o que se tornou um fator determinante para a audiência de sua programação.

Na esfera pública e acadêmica, ora como protagonista ou apenas referendada, a escrita da história em torno de Olga nunca cessou. Continua a ser alimentada, como se pode conferir na nova edição de sua biografia, agora em alemão, lançada em Berlim no início de 2023, pela historiadora e filha, Anita Leocádia Benário Prestes.

Arquivos inéditos da *Gestapo* revelam

[...] detalhes até então desconhecidos dos últimos anos de vida de Olga na Alemanha – como os maus-tratos, castigos e sucessivos interrogatórios a que foi submetida, e o trabalho forçado que ela e outras prisioneiras do campo de concentração em Ravensbrück, quase 100 quilômetros ao norte de Berlim, prestavam para a Siemens.⁹

A história que continua a ecoar tem sido usada por determinados grupos sobre os quais, a depender da agenda política do país, trabalham no sentido de ocultar, quando não promover, “defeitos na memória” (Albuquerque Júnior, 2012), configurando assim uma “arena vigorosa” de disputas de narrativas.¹⁰

Há, no entanto, aquelas que, ao contrário, corroboram não só para a legitimação do repertório historiográfico, mas também em prol de uma memória que, sem cessar, buscase obliterar, amordaçar e corromper.

Uma noite, chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo: àquela hora tentavam arrancá-las da sala 4. As mulheres resistiam, e perto os homens se desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido aviso, e daí o furioso protesto, embora a polícia jurasse que haveria apenas mudança de prisão. [...] Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de

⁷ Aproximadamente 3 milhões de espectadores brasileiros.

⁸ Na época, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood convidou cerca de 50 países a apresentar seus candidatos e apenas cinco filmes foram escolhidos para disputar a estatueta, um deles Olga.

⁹ Foi o maior campo de concentração nazista para mulheres (Azevedo, 2023).

¹⁰ É o que se pode encontrar na coluna publicada no *Jornal Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo*, por Mário Augusto Jakobskind (2017).

gases. Iriam a semelhante miséria? A exaltação dominava os espíritos em redor de mim. Brados lamentosos, gestos desvairados, raiva impotente, desespero, rostos convulsos na indignação. Um pequeno tenente soluçava, em tremura espasmódica: – Vão levar Olga Prestes. [...] Olga Prestes e Elisa Berger nunca mais foram vistas. Soubemos depois que tinham sido assassinadas num campo de concentração na Alemanha (Ramos, 2020, p. 1032, 1040).

A narrativa da dor e do trauma¹¹ testemunhados e escritos pelo aclamado escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) (Brandão, 2022) se encontra ao final do 4º volume da obra *Memórias do cárcere*, no capítulo intitulado: “Casa de Correção”. Nela, Graciliano relata os momentos de angústia e aflição vividos por ele quando levado para o mesmo complexo prisional de Olga, no Rio de Janeiro. O burburinho, ou a “manifestação ruidosa”, que no dia 23 de setembro de 1936 tomou conta do Complexo Penitenciário da Frei Caneca, é evocado pelo “ator-personagem” ao presenciar o dia em que Olga Benário, acusada de representar um “perigo à segurança nacional”, e a revolucionária Elisa Berger, também conhecida por Elza Soborovisky ou “Sabo”, foram levadas e nunca mais retornaram.

A obra publicada em quatro volumes por editora de grande circulação na época, a José Olympio, fundada na década de 1930, já ultrapassa a quinquagésima edição e é há muitos anos tema de vestibulares e também de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ao leitor desavisado, o poder do testemunho, esse “que se inquieta no tempo” (Pierron, 2010, p. 24), transmitido na narrativa de Graciliano Ramos, “conjuga estranhamente a dialética da proximidade e da distância” (Estés, 1998, p. 26). Enquanto historiadores/as, precisamos fazer um apontamento importante acerca da retomada de memória de Graciliano Ramos ao dia de detenção de Olga e Elisa. Para isso, vamos dialogar com Marcelo Ridenti (2014), que escreveu sobre as cicatrizes percebidas na narrativa do autor. Se toda escrita memorialística seleciona aspectos do passado com base nas vivências do presente (Assmann, 2011), acreditamos que, embora sejamos cientes de que o tempo passado é reconstruído a partir do momento atual, Graciliano Ramos se esforçou para narrar com objetividade cada detalhe de sua prisão, como se ainda estivesse ali. Mesmo demonstrando uma memória prodigiosa, com o passar dos anos, não poderia

¹¹ Gênero discursivo que remonta a “fragmentos, ou cacos esmagados pela força de ocorrências” e sobre os quais “nunca chegam a se cristalizar em compreensão ou lembrança” (Netroviski; Seligmann-Silva, 2000, p. 10).

evitar certos anacronismos (Ridenti, 2014, p. 484). Por exemplo, ao recordar a agitação na cadeia durante a entrega de Olga Benário Prestes e Elisa Berger à Gestapo, Graciliano escreveu: “Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria?” (Ramos 2020, p. 1032). Embora o autor provavelmente temesse pelo destino das duas nas mãos dos alemães, não poderia ter pensado em câmaras de gás e fornos crematórios em 1936, pois o programa de extermínio nazista só foi criado em 1939.

No balé da memória, a narrativa que conta o passado também conta o presente. Rememoração e reminiscência dão o tom da narrativa presente naquela Sala 4 de Detenção e que remonta aos dias em que Ramos esteve no mesmo espaço carcerário de Olga.

Para Oakeshott (2003, p. 62), “toda sociedade tem uma herança, rica ou exígua” do passado. Num trabalho anterior (Granado, 2022, p. 82) compreendemos que para o Brasil o fenômeno do Holocausto não é um “passado encapsulado” (Lee, 2011) como ocorre na Alemanha; no entanto, é um passado que se entrelaça com o nosso, seja pela chegada dos judeus fugindo das perseguições nazistas e dos campos da morte, pelas *circulares secretas* que restringiram a entrada de judeus no país (Accioly, 1937), pela deportação de Olga para a Alemanha de Hitler, pelos nazistas que vieram se esconder aqui, pela participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados ou pelo marco recente da criação do museu do Holocausto em 2011, na cidade de Curitiba, o primeiro do país.

Trazendo para a atualidade, outros fatores nos conectam à *Shoah* e de forma pouco animadora. Referimo-nos aqui ao aumento exponencial do número células neonazistas no país algo, às quais a pesquisadora Adriana Magalhães Dias (2018) já vinha alertando em seus estudos¹² e a “instrumentalização do Holocausto para fins políticos” (Schurster, 2024, p. 1), promovendo narrativas que potencializam negacionismos e discursos de ódio.

Quando nos deparamos com a notícia sobre o pedido de reparação e justiça por Olga Benário, no início de 2023, a atualidade de Benjamin nos veio quase que imediatamente, uma delas em particular e que aqui parece muito pertinente: a de que “em qualquer época, os vivos descobrem-se no meio-dia da história. Espera-se deles que

¹² Por quase duas décadas, Adriana Magalhães Dias dedicou-se a investigar e denunciar o crescimento do neonazismo e do antissemitismo no Brasil.

preparem um banquete para o passado. O historiador é o arauto que convida os defuntos à mesa” (Benjamin, 2009, p. 523).

A nossa disposição em respeitar ou depreciar o passado, ou as pessoas que o fizeram, declaram “nossas próprias disposições” (Oakeshott, 2003, p. 65). O intuito deste texto, dentre outros, é trazer à baila a resposta dada por Hebe Mattos (2018, p. 261) quando questionada se a História Pública deveria se comprometer com a democracia e ela responde que sim: “se a prática da História Pública se coloca como um imperativo ético para o historiador” e no que toca às questões colocadas por esse texto, pensamos que

O caso Olga Benário – como têm demonstrado dezenas de estudos publicados por pesquisadores nas áreas do Direito, da História Social e Política do Brasil Contemporâneo – deve ser interpretado como a ponta de um iceberg, simbolicamente identificado como um monumento frio que se mantém amparado pela “memória da injustiça”. Essa imagem, além de nos alertar para os perigos de um programa de Estado calcado na intolerância, serve também como um antídoto à repetição da barbárie (Carneiro, 2022, p. 1).

Revisitar historicamente o processo de extradição de Olga Benário Prestes e seu subsequente assassinato em um campo de concentração nazista nos obriga a uma reflexão profunda sobre as responsabilidades do Estado na preservação da justiça e na reparação de erros históricos. Esse episódio não apenas evidencia a cumplicidade do Estado brasileiro com o regime nazista, mas também sublinha a dimensão do crime cometido não só contra Olga, Elisa e seus familiares, mas contra os Direitos Humanos em si. Ao entregar Olga e Elisa à Gestapo, o Brasil não apenas violou direitos individuais, mas também desrespeitou princípios fundamentais da dignidade humana, reforçando a necessidade de que o Estado reconheça e repare essas atrocidades. Isso pode ser feito tanto por meio de um reconhecimento jurídico formal dos erros cometidos quanto pela reconfiguração das narrativas históricas, garantindo que esses eventos sejam lembrados e que as lições aprendidas sejam incorporadas na construção de uma sociedade mais justa e consciente.

O pedido formal de desculpas a Olga Benário Prestes pelo Estado Nacional, recomendado pelo Supremo Tribunal Federal, é um exemplo emblemático que permite refletir sobre o papel da História Pública na produção e na conquista de reparações históricas.

É a História Pública “em movimento”, edificante, vigilante, a serviço da democracia no combate ao esquecimento, ao negacionismo que expõe o “pecado original da sociedade

e da ordem jurídica brasileira” (Alencastro, 2021, p. 43). A ausência de uma política eficaz de enfrentamento desse passado contribui para a permanência de discursos autoritários e práticas discriminatórias na sociedade contemporânea.

O crescimento dos movimentos neonazistas no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, consideradas as proporções históricas, pode ser percebido como um reflexo dessa ausência de responsabilização histórica e da fragilidade das políticas de memória. Adriana Magalhães Dias (2018), em suas pesquisas sobre grupos de extrema-direita, demonstra como o Brasil, mesmo sem um histórico de um regime nazista próprio, tornou-se um terreno fértil para a proliferação de células neonazistas. Essa disseminação se deu, em grande parte, pela utilização da internet como espaço de radicalização e pela apropriação de narrativas revisionistas que minimizam ou relativizam as atrocidades cometidas pelo nazismo. O negacionismo histórico, nesse sentido, não apenas distorce o passado, mas também permite a continuidade de discursos de ódio e intolerância.

Além disso, a falta de reconhecimento oficial das responsabilidades do Estado brasileiro na deportação de Olga Benário fortalece a ideia de que crimes cometidos pelo Estado podem ser esquecidos ou relativizados. Walter Benjamin (1987) alerta para o perigo do esquecimento histórico, argumentando que a luta contra a barbárie passa necessariamente pela preservação da memória dos vencidos.

A memória, de várias maneiras, clama por uma discussão dos limites entre realidade e imaginário, entre existente e possível. [...] A influência do imaginário não pode ser confundida com a demência nem com o privilégio de representações que meramente suplanta. No princípio de realidade. Pelo contrário, A confusão de imagens reais e sonhadas tem a ver, em grande medida, com a consciência do sujeito (Paserini, 2011, p. 44).

Nesse sentido, a ascensão do neonazismo no Brasil pode ser vista como um indício de uma sociedade que ainda não realizou um acerto de contas com seu próprio passado autoritário. Mesmo tendo, uma experiência indireta com o nazismo através dos círculos que aqui se instalaram por força da Auslands-Organisation (Organização Estrangeira do Partido Nazista) e que foram colocados na clandestinidade por Vargas logo após o golpe do Estado Novo, nos parece que práticas como a intolerância, a crença na meritocracia, a tradição dos costumes e a repressão aos dissidentes, permanecem. Mesmo que apenas alemães natos pudessem se filiar oficialmente ao Partido Nazista durante o Terceiro Reich, a ideologia nazista encontrou espaço no Brasil por meio da adoção de seus

princípios por grupos locais que viam no regime de Hitler um modelo político a ser seguido.

Embora a repressão no Brasil não tenha se voltado oficialmente para a proteção de ideias nazistas, a impunidade histórica em relação a crimes de Estado criou um ambiente permissivo para a circulação de discursos extremistas. Como argumenta Hebe Mattos (2018), a ausência de uma política de memória eficaz permite que discursos autoritários sejam normalizados e até mesmo legitimados por setores da sociedade. Essa complacência institucional contribui para a permanência do neonazismo, que se fortalece à medida que não encontra barreiras significativas em sua difusão.

A negação da violência de Estado e a falta de mecanismos efetivos de reparação criam um ambiente propício para a retomada de ideologias extremistas. Essa complacência institucional contribui para a permanência do neonazismo, que se fortalece à medida que não encontra barreiras significativas em sua difusão.

A conexão entre a impunidade histórica e o fortalecimento de discursos autoritários no presente também é abordada por Hebe Mattos (2018), que defende que a História Pública deve assumir um compromisso ativo com a democracia e os direitos humanos. Para a historiadora, o reconhecimento dos erros do passado não deve se limitar a pedidos simbólicos de desculpas, mas deve resultar em políticas públicas que garantam a não repetição dessas violações. No Brasil, no entanto, observa-se uma resistência a esse tipo de medida, o que permite que grupos neonazistas e revisionistas se fortaleçam e atuem sem um devido enfrentamento institucional.

Outro fator relevante para a permanência desses discursos é o contexto político e social que favorece a reabilitação de ideologias autoritárias. Como apontam Bruno Leal Pastor de Carvalho e Taís Campelo Lucas (2018) o neonazismo no Brasil não se manifesta apenas como um fenômeno importado, mas como uma adaptação local de discursos de extrema-direita que exploram o conservadorismo, o anticomunismo e a xenofobia. A deportação de Olga Benário, que na época foi justificada pelo governo Vargas como uma medida de segurança nacional contra o comunismo, é um exemplo de como esses discursos podem ser instrumentalizados para legitimar perseguições políticas e étnicas.

Diante desse cenário, é fundamental que historiadores e demais profissionais das Ciências Humanas atuem na construção de narrativas que combatam a desinformação e promovam uma memória histórica comprometida com os valores democráticos. A

História Pública tem um papel central nesse processo, pois, como argumenta Jeanne Marie Gagnebin (2009), a luta contra o esquecimento é, ao mesmo tempo, uma luta contra a repetição da violência.

O caso de Olga Benário nos ensina que a omissão diante das injustiças do passado tem consequências no presente e que apenas através da educação, da memória e da justiça histórica será possível evitar a ascensão de novos regimes de opressão. Ao revisitar esse episódio, reconhecemos a tragédia que envolveu não apenas Olga, mas também milhões de judeus durante o Holocausto. Entendemos a importância de manter essa memória viva como uma forma de reparação e como uma possibilidade despertar no presente “as centelhas da esperança” convencidos de que “os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 1994, p. 224).

História Pública e o enfrentamento com o passado: memória e reparação

Todo mundo tem que viver uma grande paixão e uma possibilidade de uma revolução (Chauí, 2010, p. 1).

O encontro realizado pelo Centro Cultural Justiça Federal, em 19 de agosto de 2022, data em que se comemora o Dia do Advogado no Brasil e que levou ao debate público a decisão histórica tomada pelo STF no julgamento do *Habeas Corpus* nº 26.155/1936, fez da memória um ato político e, ao mesmo tempo, reparatório.

O evento ocorreu no mesmo espaço onde se deu a determinação de que Olga fosse expulsa do Brasil e entregue aos alemães nazistas. A sessão transmitida de forma híbrida e também disponibilizada no canal do Centro Cultural Justiça Federal, no *YouTube*, contou com a presença de alguns jornalistas convidados e com a presença da Desembargadora Federal Simone Schreiber, Diretora-Geral do Centro Cultural Justiça Federal e Professora da UNIRIO, como mediadora do evento.

Aos 85 anos de idade e com uma trajetória entrelaçada à história dos movimentos sociais no Brasil, a começar por seus pais, a historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes, foi a convidada principal e considerou o pedido de reparação histórica de suma importância, dada a “tradição da impunidade” que vigora no país (CCJF, 2022, 31min26s).

Ao discorrer a trajetória de sua mãe, Olga, ainda que num breve relato, no entanto, potente, Anita reconhece as versões de uma História Pública já existente sobre o tema e

que em muitos momentos convergem com aquilo que seu pai lhe trazia e com aquilo que os documentos lhe trouxeram. Inclusive, em uma de suas recentes entrevistas acerca dos diferentes espaços por onde circula e se expressa o conhecimento histórico, ela diz:

Acho muito importante teatro, cinema, arte, trabalhos culturais, porque é uma forma de levar para as grandes massas, para juventude, o conhecimento. O conhecimento chega de forma muito mais palatável, muito mais compreensível, através da arte, de um bom filme, do teatro, da música, muito mais do que como nós, historiadores, escrevemos longos tratados. Isso não quer dizer que uma coisa invalida a outra. Mas a forma de chegar ao povo, às grandes massas, que a cultura e a arte permitem, é insubstituível (Estados Gerais da Cultura, 2023, p. 1).

Por outro lado, esclarece aquilo que não corresponde, desacomodando, o passado que não passa e que, uma vez revisitado a partir de evidências históricas, pode aproximar-se do que se pretende como “verdade histórica”. Em diálogo com Walter Benjamin em sua Tese VI do texto Sobre o Conceito de História, compreendemos a necessidade de uma historiografia “militante”, não no sentido partidário, mas que se engaje por uma memória do passado que possibilite ação no presente do historiador.

Cada época deverá novamente enfrentar essa rude tarefa: libertar do conformismo uma tradição que está sendo por ele violada. Lembramos que o Messias não vem somente como redentor, mas como vencedor do Anticristo. Somente um historiador saberá insuflar no coração dos acontecimentos a centelha de uma esperança (Benjamin, 1987, p. 224).

O convite de Walter Benjamin é para que nós sejamos o Messias para fazer o acerto de contas com o passado no presente. Nesse sentido, entendemos que historiadores/as engajados em difundir a História Pública enquanto um movimento de reflexão e ação tem possibilitado a criação de um espaço para o reconhecimento dos erros históricos e para a demanda por justiça, seja por meio de políticas de memória, educação ou reparações formais.

Parece-nos acertado tratar casos como o de Olga dentro de uma perspectiva de imprescritibilidade, uma vez que parece haver uma impressão de que as atrocidades cometidas no passado prescrevem e, por isso, não podem mais ser abordadas historicamente ou juridicamente. No entanto, a ideia de imprescritibilidade não apenas preenche um dever moral, mas também sustenta uma visão da história que desautoriza a noção de um passado irreversível e encerrado (Fareld, 2018).

A reparação histórica é um conceito fundamental no campo dos Direitos Humanos e da Justiça Transicional, referindo-se a medidas formais e simbólicas adotadas por Estados ou instituições para reconhecer, compensar e, na medida do possível, corrigir violações de direitos cometidas no passado. Segundo Paul Ricoeur (2007), a reparação não se limita ao pedido de desculpas oficial, mas deve incluir iniciativas institucionais que garantam a memória dos acontecimentos e impeçam sua repetição. No caso da deportação de Olga Benário Prestes para a Alemanha nazista, o reconhecimento do erro histórico por parte do Estado brasileiro é essencial para fortalecer políticas públicas voltadas à preservação da memória, à democratização da história e à efetivação da justiça social. A ausência de um pedido formal de desculpas, como sugerido por Cármen Lúcia em 2022, demonstra a dificuldade do Brasil em lidar com sua própria história de violações de direitos, o que reforça a necessidade de medidas mais concretas e abrangentes.

Elazar Barkan (2000) enfatiza a importância de um significado abrangente do conceito de reparação histórica, uma vez que, não deve ser vista apenas como um mecanismo jurídico, mas como um processo político e moral que visa transformar as relações entre o Estado e os grupos historicamente marginalizados. No Brasil, a relutância em reconhecer a responsabilidade estatal por crimes do passado reflete uma resistência à construção de uma narrativa oficial que admita a cumplicidade do governo em violações de direitos humanos. O caso de Olga Benário ilustra como a negação da reparação fortalece a perpetuação da impunidade e do revisionismo histórico, permitindo que discursos autoritários se reinstalem na sociedade contemporânea. A reparação, portanto, não se resume a um ato de reconhecimento, mas implica na implementação de medidas institucionais que impeçam a repetição dessas injustiças.

Pensando a partir do viés da História Pública, entendemos que, embora o caso de Olga Benário remonte ao Estado Novo, sua análise pode contribuir para o aperfeiçoamento da justiça transicional¹³ brasileira, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento das responsabilidades institucionais em violações cometidas pelo Estado. A impunidade dos crimes da ditadura militar (1964-1985) e a resistência a

¹³ A Justiça Transicional, conforme definido por Ruti Teitel, envolve um conjunto de mecanismos jurídicos e sociais que permitem a transição de um regime autoritário para um regime democrático, incluindo medidas como comissões da verdade, reparação simbólica e institucional, além de reformas estruturais. Ver: Teitel (2000).

políticas de memória demonstram que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na implementação de mecanismos eficazes de reparação. Entendemos que, para além da produção acadêmica, os historiadores também atuam como mediadores entre o conhecimento especializado e o público, tornando acessíveis as narrativas sobre injustiças históricas.

Isso posto, o historiador deve atuar não apenas como um pesquisador, mas como um agente público que intervém no debate social para garantir que as vozes das vítimas e de seus descendentes sejam ouvidas. No caso de Olga Benário, por exemplo, o trabalho dos historiadores tem sido crucial para reconstituir os detalhes de sua deportação e evidenciar a cumplicidade do Estado brasileiro com o regime nazista, impedindo que essa memória seja apagada ou distorcida. A justiça transicional também exige que o conhecimento histórico se transforme em políticas concretas, e os historiadores podem contribuir fornecendo subsídios para a formulação dessas medidas.

A reparação histórica não apenas visa fazer justiça aos sobreviventes, mas também inscreve o dever de justiça ao próprio passado, reconhecendo que, embora o substrato da violência no tempo histórico seja irrestituível e não prescritível, ele não deve ser esquecido ou ignorado.

A luta política por reparação histórica se recusa a engessar a memória. [...] Essa recusa do passado encerrado remete para a ideia presente em Walter Benjamin de que “foi-nos dada, como a todas as gerações, que nos antecederam, uma frágil força messiânica” (eine schwache messianischen Kraft), a que o passado tem direito. Neste tempo, que emerge como presente, se infiltra o estilhaço de uma força pretérita no interior da qual os mortos do passado fazem valer uma pretensão (Ventura, 2021, p. 18).

As reparações não visam compensações individuais, mas sim o reconhecimento dos abusos e da violência perpetrada pelo Estado e outras instituições ligadas ou não a ele, que se perpetuam ao longo do tempo, afetando coletividades no presente. O panorama da reparação conecta-se profundamente com os dispositivos da política de Direitos Humanos, em que as aspirações histórico-universais herdadas de um passado comum se tornam mais eficazes do que as especificidades identitárias ou as narrativas de vidas particulares.

Embora a expansão da agenda global de Direitos Humanos represente um dos legados mais significativos do século XX, os instrumentos jurídicos, políticos e sociais para

a reparação de violações ainda são insuficientes. Nesse contexto, a ação jurídica implementada por Carmen Lúcia, apesar de parecer limitada e de curto alcance ao se concentrar na família de Olga Benário, deve ser considerada uma conquista significativa. Essa ação representa uma efetivação rara diante dos esforços contínuos dos historiadores para publicizar as violações, tanto do passado quanto do presente.

Embora não esteja intrinsecamente tratando da violência contra os grupos judaicos, a assertiva de Tereza Ventura cabe em nossa interpretação:

A reparação da dívida histórica pretendida não está enraizada no passado, ela atravessa processos de mediações e ressignificações subjetivas, temporais e interculturais por meio dos quais se tece uma contestação política e uma denúncia da raça como um construto histórico ficcional e como ferramenta de subjugação e conflito (Ventura, 2021, p. 47).

A preocupação presente sobre os exageros que levam à possível desqualificação sobre a atuação revolucionária de Olga no Brasil e que poderiam levar a interpretá-la como um indivíduo perigoso é a mesma de qualquer historiador e historiador público que compreende o comprometimento da História com a democracia e que defende a existência de repertórios que legitimem a produção do conhecimento histórico sem torná-lo perverso ou controverso.

Diferentemente do que se espera em atos comemorativos de instituições como essa, os nomes icônicos ou figuras monumentais ficaram de fora e o confronto com o passado criou uma forma particular de História Pública, a qual arriscamos chamar de edificante, pois a “luta contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)” (Gagnebin, 1998, p. 221).

O papel desse passado no presente tem a ver com a História, mas também com a memória pública, essa que “is less defined by how the past determines the present than by how present concerns affect what we remember, how we remember, how we value those memories, and how we deploy their lessons in our lives” (Dennis; Reis-Dennis, 2019, p. 182)¹⁴. E para que haja consciência histórica, devemos garantir a inclusão de ações estruturais que garantam o direito à memória, à verdade e à justiça. Isso envolve,

¹⁴ “É menos definido por como o passado determina o presente do que por como as preocupações presentes afetam o que lembramos, como lembramos, como valorizamos essas memórias e como implantamos suas lições em nossas vidas” (DENNIS; REIS-DENNIS, 2019, p. 182, tradução livre).

por exemplo, a criação de arquivos públicos acessíveis, a inclusão de episódios de violência de Estado nos currículos escolares e a preservação de locais históricos associados a essas violações. O caso Olga Benário evidencia a necessidade de políticas educacionais que combatam o negacionismo e promovam uma consciência crítica sobre o passado autoritário do nosso país. Dessa forma, a construção de políticas públicas eficazes deve levar em conta não apenas o reconhecimento do passado, mas também a criação de mecanismos para impedir novas violações no presente e no futuro.

Conclusão, para quem?

“O Governo, mais benigno, livra-a imediatamente da prisão, concedendo-lhe liberdade, embora além das fronteiras! Não posso tomar conhecimento de um pedido, de que resulte manifesto prejuízo para a liberdade da paciente!” (Manso, 1936, p. 7).

Não resta dúvida de que a decisão tomada pelo STF na época foi um caso de violência jurídica que marca o Direito brasileiro. Mas a vida breve de Olga se deve à assinatura do decreto de expulsão por Getúlio Vargas e pelo então ministro da Justiça, Vicente Ráo, assinado em 27 de agosto de 1936, o qual a classifica como “elemento nocivo aos interesses do país e perigoso à ordem pública” (Conjur, 2022).

Como dito anteriormente, nosso passado não carrega a história do nazismo, não do modo como ocorre com a Alemanha, mas o que dizer sobre o passado escravista, sobre o genocídio indígena ou sobre a Ditadura (1964-1968), os temas sensíveis que não dependem, de forma alguma, de que sejam lembrados? (Granado, 2022, p. 82).

O apelo feito por Carmem Lúcia ao STF, negado por Rosa Weber (Costa Filho, 2023), por isso mesmo reforça a ideia de um passado que de “passadista” não tem nada; ao contrário. Mas é ao historiador a incumbência de promover “um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (Benjamin, 1987, p. 223).

A “memória da injustiça” sobre a qual nos fala Maria Luiza Tucci Carneiro (2022, p. 1) repercute. Na agenda política dos mais conservadores, Olga permanece em julgamento, interpretado como um caso isolado, e assim o é na esfera pública alimentada versão propagandista que insiste na figura de uma terrorista, comunista, amante de um insurgente também comunista, um traidor da pátria.

Mais do que um passado incômodo, a negativa de Rosa Weber nos leva de volta a setembro de 1936, ao dia em que a Suprema Corte – nome atribuído ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Constituição Brasileira de 1934 – ignorou os Direitos Humanos fundamentais a Olga Benário, negando-lhe também o direito à vida, pois, com a sua deportação, seu destino estava selado: dificilmente uma judia comunista, alemã, escaparia de uma ação da Gestapo (Carneiro, 2022, p. 1).

Essa terrível sensação de retorno ao passado nos faz, entre outras coisas, retomar a discussão proposta por Hebe Mattos (2018) acerca do comprometimento da História Pública com a democracia, afinal a instabilidade democrática pela qual passou o país desde o fatídico *impeachment* da presidenta Dilma, agravado pelas eleições de 2018 e o contexto pandêmico, não se encerra ali e pede cautela.

É preciso uma História atenta, forte, ao mesmo tempo vigilante. Estamos diante de uma opinião pública popular que “desafia a tolerância, expansão dos direitos e liberdade”. Essas, conforme ela mesma diz, deveriam ser “as principais ferramentas das democracias contemporâneas”, porém são cada vez mais ameaçadas por um “movimento global, reacionário *stricto sensu*, e que recoloca convicções religiosas, racismo, xenofobia mais uma vez na agenda da política mundial” (Mattos, 2018, p. 165).

É compromisso do historiador público promover debates nas esferas públicas numa reflexão conjunta com os públicos por uma via colaborativa e dialógica (não desprovida de tensões) (Rovai, 2018), com o intuito de combater as estratégias oficiais de esquecimento, diante das atrocidades promovidas pelo Estado brasileiro, mas ao mesmo tempo, compreender que esse movimento de reflexão e ação (Santhiago, 2016) (História Pública), vai além de uma luta coletiva de esclarecimento do passado, mas, sobretudo, de transformação do presente. Um dos caminhos para esse enfrentamento tem sido pela via da memória, em que Benjamin (1994) nos ensina a lutar por uma memória do passado que permita não só salvar a memória dos vencidos, dos sem nome, dos marginalizados, mas também liberar outras formas de luta e de ação no presente para que “algo semelhante” não se repita.

A História Pública como um movimento de reflexão e ação tem sido convocada na construção de uma memória reivindicativa que promova a reparação histórica. A memória reivindicativa é aquela que não se limita a recordar o passado, mas que busca ativamente questionar as narrativas oficiais e hegemônicas, colocando em evidência as

experiências de grupos que foram marginalizados e silenciados (Heymann, 2007; Heymann; Arruti, 2012), sobretudo, devemos pensar num lembrar ativo, de modo que esse ato não seja simplesmente lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. O lembrar ativo para Nietzsche, Freud Adorno e Ricoeur, implica em um trabalho de “perlaboração e “de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também do presente. Um trabalho que certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos” (Gagnebin, 2009, p. 105).

Esse tipo de memória é ferramenta dos movimentos sociais, comunidades ou indivíduos que buscam, por meio da lembrança de eventos traumáticos ou de injustiças, promover a justiça, a reparação e o reconhecimento por parte do Estado ou da sociedade em geral. A memória reivindicativa, portanto, tem um caráter político e coletivo, sendo um meio de reivindicar direitos, denunciar violações e promover mudanças sociais.

Acreditamos que nossas práticas devem ter como objetivo democratizar o acesso ao conhecimento histórico, tornando as narrativas sobre o passado mais inclusivas e acessíveis ao público. Para dialogar com a sociedade na construção dessa memória, é essencial que o trabalho historiográfico se engaje com as demandas sociais e políticas contemporâneas, buscando não apenas compreender, mas também modificar as consequências de injustiças históricas.

Esse diálogo pode ser fomentado por meio da articulação entre história acadêmica, educação pública e movimentos sociais e por que não, debates nas arenas públicas? Não é esse o desafio da História Pública para construir uma história a contrapelo? Ao colocar em diálogo com os grupos marginalizados e trazer à tona os processos de violência e exclusão que marcaram suas trajetórias, os historiadores públicos podem ajudar a construir uma memória coletiva que não apenas recorda o passado, mas também reivindica justiça e reparação no presente. Portanto, o compromisso dos/as historiadores/as com a História Pública deve ser visto como um esforço contínuo e coletivo de mediação entre o passado e as demandas contemporâneas, visando à efetivação de uma memória que contribua para a reparação e a justiça social.

A História Pública desempenha um papel central nesse processo ao promover diálogos interdisciplinares e ao possibilitar que diferentes públicos tenham acesso e voz na reconstrução da memória coletiva. A abordagem do caso Olga Benário como um

paradigma de reparação histórica evidencia a necessidade de uma cultura de responsabilização no Brasil. A falta de reconhecimento das injustiças históricas contribui para a reprodução de violências estruturais, permitindo que o passado autoritário do Brasil permaneça como uma sombra sobre seu presente democrático. Assim, a efetivação de políticas de reparação histórica é fundamental não apenas para a justiça das vítimas do passado, mas também para a construção de um futuro mais democrático e igualitário.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando (Secretário Geral interino do MRE). **[Ofício Confidencial-Urgente]**. Destinatário: Arthur Leite de Barros Junior (Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo). Rio de Janeiro, 11 jun. 1937, Lata 602, março 9458. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos na memória: para que serve o ensino e a escrita da história? *In*: GONÇALVES, Márcia *et al.* (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Historiador no Brasil ultrajado e humilhado. *In*: SCHIMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (org.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021. p. 39-52.

ARQSHOAH – **Holocausto e Antisemitismo**. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/>. Acessado em: 05 jun. 2020.

ASSMANN, Jan. **Cultural memory and early civilization: Writing, remembrance, and political imagination**. London: Cambridge University Press, 2011.

AZEVEDO, Rayanne. Olga Benário é exemplo de resistência contra o fascismo. **DeutscheWelle Brasil**, Brasília - DF, 11 maio 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/olga-benário-é-exemplo-de-resistência-contr-o-fascismo/a-65566863>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BARKAN, Elazar. **The Guilt of Nations: Restitution and Negotiating Historical Injustices**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **História Digital: a historiografia diante dos novos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis: Vozes, 2022.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-234.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Editora José Olympio celebra 90 anos com relançamentos da coleção Rubáiyát. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 abr. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/04/22/interna_pensar,1361560/editora-jose-olympio-celebra-90-anos-com-relançamentos-da-colecao-rubaiyat.shtml. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Lei de Segurança Nacional de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13977, 28 jun. 1935. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cármen Lúcia em MG: “Nenhuma criança deve nascer numa penitenciária”. Brasília - DF: **CNJ**, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/carmen-lucia-em-mg-nenhuma-crianca-deve-nascer- numa-penitenciaria-2/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus** n. 26.155. Relator: Bento de Faria. Julgamento: 17 jun. 1936. Órgão Julgador: Corte Suprema. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/H26155.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas**: fantasmas de uma geração (1930 – 1945). São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O caso Olga Benário Prestes: o simbolismo de um pedido de perdão. **Jornal da USP**, São Paulo, 05 set. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/maria-luiza-tucci-carneiro/o-caso-olga-benario-prestes-o-simbolismo-de-um-pedido-de-perdao/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. **Cadernos de História**, v. 13, n. 18, p. 79-97, maio 2012. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCAS, Taís Campelo (org.). **Expressões do Nazismo no Brasil**: partido, ideias, práticas e reflexos. Salvador: Saga, 2018.

CCJF. Centro Cultural Justiça Federal. O Caso Olga Benário: O Supremo Tribunal Federal e o Habeas Corpus nº 26.155/1936 – registro. **CCJF**, Brasília - DF, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7dSBcO4N8-w>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CHAUÍ, Marilena. [Entrevistada por] Juvenal Savian Filho e Eduardo Socha. **Cult**, São Paulo, 31 mar. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-marilena-chau/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CHIAVENATO, Júlio José. **O inimigo eleito**: os judeus, poder e anti-semitismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CONJUR. Centro Cultural Justiça Federal debate caso Olga Benário em 19/8. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-ago-17/centro-cultural-justica-federal-debate-olga-benario-198/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

COSTA FILHO, Venceslau Tavares. Olga Benário e Clóvis Beviláqua: controvérsia da nacionalidade do nascituro. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-out-30/direito-civil-atualo-olga-clovis-controversia-nacionalidade-nascituro/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, 2002.

DENNIS, Matthew; REIS-DENNIS, Samuel. "What's in a name?" The University of Oregon, De-Naming Controversies, and the Ethics of Public Memory. **Oregon Historical Society**, v. 120, n. 2, p. 176-205, 2019, tradução livre.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. Um mergulho no universo neonazista. [Entrevista cedida a] Luiz Sugimoto. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça as suásticas**: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Política Política. São Paulos: Humanitas, 2007.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso**: a tragédia de Stefan Zweig. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ESTADOS GERAIS DA CULTURA. Filha de Prestes emociona-se ao ler a carta de sua mãe Olga Benario. **Estados Gerais da Cultura**, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://estadosgeraisdacultura.art.br/filha-de-prestes-emociona-se-ao-ler-a-carta-de-sua-mae-olga-benario/>. Acesso em: 15 maio 2025.

ESTÉES, Clarissa Pinkola. **O dom da história**: uma fábula sobre o que é suficiente. Tradução de Waldéa Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 26.

FARELD, Victoria. History, Justice and the Time of the Imprescriptible. In: HELGESSON, Stefan; SVENUNGSSON, Jayne. **The Ethos of History**: Time and Responsibility. Nova Iorque e Oxford: Berghahn Books, 2018. p. 54-69.

FRANCO, Bernardo Mello. STF deve desculpas por deportação de Olga Benário, diz Cármen Lúcia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2022/08/stf-deve-desculpas-por-deportacao-de-olga-benario-diz-carmen-lucia.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e Memória do passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 213-222, nov. 1998.

GLOBO.COM. Corujão: Camila Morgado é 'Olga' na madrugada desta quarta-feira, dia 2. **Globo.com**, São Paulo, 27 out. 2016. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/novidades/filmes/noticia/2016/10/corujao-camila-morgado-e-olga-na-madrugada-desta-quarta-feira-dia-2.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GRANADO, Helena Ragusa. **Representações sobre o judeu na história pública: televisão e cibercultura (2000-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

GRIN, Monica. Reflexões Sobre o Direito ao Ressentimento. *In*: FICO, Carlos, ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 127-141.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. *In*: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-43.

HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. *In*: GONÇALVES, Marcia de Almeida; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Qual o valor da história hoje**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 96-119.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. Olga Benário: mentiras históricas repetidas até virarem verdades absolutas. **Brasil de Fato**, Brasília - DF, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/21/coluna-or-olga-benario-mentiras-historicas-repetidas-ate-viceverdades-absolutas>. Acesso em: 15 abr. 2025.

KLUG, João. Historiador explica por que Santa Catarina tem tantos grupos neonazistas. [Entrevista cedida a] Fernando Pessoa. **Catarinas**. Florianópolis, 05 maio 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a03n42.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

LEER. Laboratório de Estudos - Etnicidade. Racismo. Discriminação. **Quem somos**. São Paulo: USP, 2025. Disponível em: <http://usp.br/leer/quem-somos/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

LEITÃO, Mirian. Cármen Lúcia: ‘Somos uma democracia em que há antidemocratas ainda’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://amaerj.org.br/noticias/carmen-lucia-somos-uma-democracia-em-que-ha-antidemocratas-ainda/>. Acesso: 08 abr. 2025.

LESSER, Jeffrey. Jewish refugee academics and the Brazilian state, 1935-1945. **Ibero-amerikanisches Archiv**, v. 21, n. 1/2, p. 223-239, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43392710>. Acesso em: 08 abr. 2025

LOPES, Luíza. Cármen Lúcia: STF deve pedir perdão pela deportação de Olga Benário. **Diário do Centro do Mundo**, São Paulo, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/carmen-lucia-stf-deve-pedir-perdao-pela-deportacao-de-olga-benario/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

MANSO, Manuel da Costa (Ministro). Voto. In: ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Côrte Suprema. **Habeas corpus** nº 26.155. Relator: Ministro Bento de Faria. Acórdão: Estrangeira – expulsão do território nacional – quando se justifica. Julgamento: 17 jun. 1936. Publicação: 1936. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico&pagina=STFdescricaoHC26155>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MATTOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 261-276.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Olga é deportada e entregue à Gestapo. **Memorial da Democracia**, 2017. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/olga-benario-e-entregue-a-gestapo#>. Acesso em: 08 abr. 2025.

MIGALHAS. CNJ cria cadastro de presas grávidas e lactantes. **Migalhas**, n. 6.038, 09 jun. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/281477/cnj-cria-cadastro-de-presas-gravidas-e-lactantes>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

NETROVISKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios**. Tradução de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Liberty Fund; Topbooks, 2003.

PASERINI, Laura. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PIERRON, Jean-Philippe. **Transmissão**: uma filosofia do testemunho. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2010.

PRSC. Procuradoria da República em Santa Catarina. Quase 30% das 1117 células neonazistas do Brasil estão em SC, afirma procurador Federal dos Direitos do Cidadão em evento na Capital. **JusCatarina**, Florianópolis, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.juscatarina.com.br/2023/09/18/quase-30-das-1117-celulas-neonazistas-do-brasil-estao-em-sc-afirma-procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-em-evento-na-capital/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Graciliano Ramos e suas Memórias do Cárcere: Cicatrizes. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 475-493, 2014.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. **História Pública e História do Tempo Presente**. São Paulo: Letra e voz, 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. *In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sonia (org.). História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: São Paulo; Letra e Voz, 2018. p. 185-196.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. *In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

SCHURSTER, Karl. **O fenômeno nazi e seu impacto na historiografia do tempo presente**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SCHURSTER, Karl. Um evento incomparável? A questão da singularidade do Holocausto e a assimilação do passado. **Café História**, Brasília - DF, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-singularidade-do-holocausto-e-a-assimilacao-do-passado/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TEITEL, Ruti. **Transitional Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VASCONCELOS, Frederico. Como Cármen Lúcia pretende comandar o Supremo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 set. 2016. Disponível em: <https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2016/09/04/como-carmen-lucia-pretende-comandar-o-supremo/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VASCONCELOS, Frederico. Decisão histórica para os “brasileirinhos atrás das grades”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2018/02/20/decisao-historica-para-os-brasileirinhos-atras-das-grades/?utm_source=ifttt. Acesso em: 15 abr, 2025.

VENTURA, Tereza. Reparation struggle: historical debt and post-colonial justice. **Práticas da História – Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, n. 12, p. 13-52, 2021.

Recebido: 13/02/2025

Aprovado: 22/10/2025

O POTENCIAL DOS MANUAIS DE HISTÓRIA NA PREVENÇÃO DA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

THE POTENTIAL OF HISTORY TEXTBOOKS IN PREVENTING THE RISE OF THE FAR
RIGHT

Sara Dias Trindade*
Universidade do Porto

Cláudia Pinto Ribeiro*
Universidade do Porto

Resumo: Este trabalho procura explorar o potencial dos manuais de História no ensino português enquanto recurso que pode auxiliar na prevenção da ascensão da extrema-direita, focando-se na importância de um ensino crítico e contextualizado da História, especialmente em tempos de instabilidade política. Através de uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo, o estudo começa por analisar, de forma breve, o currículo português e em maior detalhe a presença (ou ausência) de conteúdos sobre movimentos de extrema-direita nos manuais escolares, focando-se em como é que esses conteúdos podem ser explorados para desenvolver o pensamento crítico dos alunos. A investigação incluiu entrevistas com alguns autores dos manuais escolares analisados, que enfatizam a necessidade de abordar esses temas de forma transversal e interdisciplinar, integrando-os com a educação para a cidadania e reforçando a ideia de que a História, quando bem ensinada, pode formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de resistir à ascensão de movimentos extremistas.

Palavras-Chave: Portugal; Ensino de História; Pensamento crítico; Extrema direita; documentos normativos.

Abstract: This paper seeks to explore the potential of Portuguese history textbooks to prevent the rise of the far right, focusing on the importance of critical and contextual history teaching, especially in times of political instability. Using a qualitative content analysis methodology, the study begins by briefly analysing the Portuguese curriculum and, in more detail, the presence of content on far-right movements in school textbooks, focusing on how this content can be exploited to develop students' critical thinking. The research also included interviews with some of the authors of the textbooks analysed, who emphasise the need to approach these themes in a cross-curricular and interdisciplinary way, integrating them with citizenship education, reinforcing the idea that History, when taught well, can form critical and aware citizens capable of resisting the rise of extremist movements

Keywords: Portugal; History teaching; Critical thinking; Right-wing extremism; Normative documents.

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, CITCEM, Portugal. E-mail: sdtrindade@letras.up.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5927-3957>. Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Doutora em História, especialidade de Didática, e em Ciências da Educação, especialidade de Formação de Professores, pela Universidade de Coimbra, com investigação nas áreas da Didática da História e da Educação Digital.

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, CITCEM, Portugal. E-mail: cpribeiro@letras.up.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1973-4170>. Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Doutora em História pela Universidade do Porto, com investigação nas áreas da Didática da História e da História da Educação.

Introdução¹

Portugal, 11 de março de 2024. O jornal *Expresso* publica uma notícia intitulada “*Ascensão da extrema-direita e instabilidade*”, na sequência dos resultados das eleições legislativas realizadas no dia anterior. Por coincidência, assinalava-se, nesse mesmo dia, o vigésimo aniversário dos atentados terroristas de Madrid.

A coincidência de datas é mais do que simbólica: a multiplicação de acontecimentos de natureza terrorista e a ascensão política de movimentos extremistas em diferentes partes do mundo tornaram-se fenómenos cada vez mais visíveis e inquietantes. Já não é possível acreditar que a simples memória do passado sirva de garantia para que as feridas abertas pela História – por regimes, ideologias ou povos – jamais se repitam. O conforto ilusório das evidências e a banalização do mal – expressão de Hannah Arendt que ressoa com dolorosa atualidade – deram lugar à urgência de uma vigilância crítica e informada.

Este alerta deve ser social e permanente, sustentado por uma leitura crítica e contextualizada do tempo histórico, que ultrapasse a fugacidade mediática das notícias e as leituras apressadas do presente. Trata-se de uma responsabilidade política e educativa, que deve mobilizar os poderes públicos e a sociedade civil para a formação de cidadãos capazes de compreender e agir sobre o mundo. E esse trabalho começa, inevitavelmente, na escola – espaço privilegiado da educação para a liberdade, para a responsabilidade e para a consciência histórica.

É a partir destas preocupações que se desenvolve o estudo aqui apresentado, cujo objetivo é identificar, no currículo português, a presença de conteúdos relacionados com os movimentos de extrema-direita e compreender como estes são explorados nos manuais escolares. Paralelamente, pretende-se analisar as perspectivas dos autores desses manuais sobre a pertinência e o tratamento destas temáticas no ensino da História, procurando perceber de que modo a disciplina pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a construção de uma cidadania democrática e informada.

¹ Este trabalho resulta de investigação realizada no âmbito do projeto *SOLREM: A Necessary Past: Remembering Solidarity and Resistance against Authoritarianism in Europe*, co-financiado pela União Europeia através do programa Citizens, Equality, Rights and Values (CERV). <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/how-to-participate/org-details/999894916/project/101091335/program/43251589/details>

O tempo de permanência obrigatória na Escola e a presença do currículo centralizado

A publicação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) assinala um momento marcante na história do sistema educativo português. A partir de então, a escolaridade obrigatória passou a ter a duração de nove anos (ou até aos 15 anos de idade), sendo apenas alargada a doze anos de escolaridade (ou até aos 18 anos de idade) com o Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Esta legislação consagrou uma forte centralização do sistema educativo, incluindo, naturalmente, o currículo referente à escolaridade obrigatória. Apenas mais recentemente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, se abriu a possibilidade de uma maior autonomia e flexibilidade curricular das escolas, permitindo-lhes participar no desenvolvimento do currículo, estabelecer prioridades na sua apropriação contextualizada e valorizar a diversidade, encontrando as opções que melhor se adequem ao seu projeto educativo. Apesar dessa abertura, a definição das aprendizagens essenciais e dos referenciais curriculares das diferentes disciplinas continua a ser da responsabilidade central do Ministério da Educação.

Os conteúdos desse currículo foram sendo progressivamente atualizados, tendo os programas das diferentes disciplinas sido revistos no início da década de 1990, acompanhados, mais tarde, pelas Metas de Aprendizagem, integradas na Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional, delineada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2009, e, posteriormente, pelas Metas Curriculares (estas aplicáveis apenas ao Ensino Básico).

Em 2018, foram revogados os Programas e as Metas Curriculares, passando a vigorar, em todas as disciplinas, as Aprendizagens Essenciais (Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho).

As Aprendizagens Essenciais articulam-se com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), que se constitui como um “documento de referência para a organização de todo o sistema educativo” (Martins et al., 2017) e que procura associar ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos o desenvolvimento de princípios, competências e valores transversais a todas as disciplinas.

No que respeita à disciplina de História, de carácter obrigatório, esta autonomiza-se apenas no 2.º ciclo do Ensino Básico (5.º e 6.º anos de escolaridade), ainda que, neste

ciclo, se articule com a Geografia e aborde conteúdos centrados na História de Portugal. Assume-se como disciplina independente e obrigatória apenas no 3.º ciclo do Ensino Básico, integrando conteúdos que se estendem da Pré-História à atualidade, ao longo de três anos de estudos.

No Ensino Secundário, a disciplina é obrigatória apenas para os estudantes que prosseguem estudos no curso de Línguas e Humanidades. Os alunos dos cursos de Ciências Socioeconómicas e de Artes Visuais podem optar por frequentar, respetivamente, História B e História da Cultura e das Artes. No último ano da escolaridade obrigatória (12.º ano), os alunos destes cursos e do curso de Ciências e Tecnologias podem frequentar a disciplina de História, Culturas e Democracia.

Disciplina obrigatória do 7.º ao 9.º ano de escolaridade, as Aprendizagens Essenciais de História procuram dotar os alunos de uma visão global da História de Portugal, da Europa e do Mundo, salientando que esta disciplina deve levar os alunos a “reconhecer a importância dos valores de cidadania para a formação de uma consciência cívica e de uma intervenção responsável na sociedade democrática; promover o respeito pela diferença, reconhecendo e valorizando a diversidade étnica, ideológica, cultural e sexual; valorizar a dignidade humana e os direitos humanos, promovendo a diversidade, as interações entre diferentes culturas, a justiça, a igualdade e a equidade no cumprimento das leis”.

Estas e outras competências devem ser desenvolvidas ao longo do 3.º ciclo do Ensino Básico, de modo que o aluno construa uma consciência histórica crítica e participativa, capaz de compreender o mundo em que vive e de nele intervir de forma informada e responsável.

Presença dos movimentos de Extrema Direita no Currículo Português

O foco deste trabalho incidiu nas faixas etárias entre os 14/15 e os 17/18 anos, correspondentes, respetivamente, ao 9.º e ao 12.º ano de escolaridade (término da escolaridade obrigatória definida legalmente), dado que os conteúdos lecionados no 6.º ano (alunos entre os 11/12 anos) se restringem à História de Portugal. Ainda assim, importa referir que, no 6.º ano, o programa de História e Geografia de Portugal, em vigor entre 1991 e 2021, estabelecia como uma das suas finalidades “contribuir para o desenvolvimento de atitudes e valores que conduzam a uma integração e intervenção

democráticas na sociedade que o rodeia” (Portugal, 1991, p. 81). Relativamente aos conteúdos dedicados ao Estado Novo, o programa sublinhava a importância de promover o espírito crítico e a defesa dos valores democráticos. As Metas Curriculares e, posteriormente, as Aprendizagens Essenciais mantiveram esta orientação, reforçando não apenas o valor da democracia, mas também o respeito pela diferença e pela diversidade.

Como referido, é a partir do 3.º ciclo do Ensino Básico que se observam conteúdos que ultrapassam a dimensão da história nacional e que incluem, concretamente no 9.º ano, referências aos movimentos de extrema-direita nos currículos. O presente estudo centrou-se, por isso, na análise do conteúdo das Aprendizagens Essenciais de História. Estas (Portugal, 2018a) abordam tópicos centrais da história do século XX, privilegiando os fenómenos políticos, económicos e sociais que conduziram ao surgimento e afirmação dos regimes totalitários e à Segunda Guerra Mundial. As Aprendizagens Essenciais propõem uma abordagem pedagógica orientada para o desenvolvimento do pensamento histórico, incentivando a análise crítica, a investigação e a comunicação. Entre os conceitos fundamentais que os alunos devem compreender destacam-se: *superprodução, deflação, depressão económica, fascismo, corporativismo, nazismo, totalitarismo, antisemitismo, Estado Novo, economia planificada, coletivização, culto da personalidade, frente popular, reformismo, genocídio e resistência*.

No Ensino Secundário, na disciplina de História A (12.º ano), as Aprendizagens Essenciais (Portugal, 2018b) dão particular destaque às tensões políticas e sociais do século XX, sobretudo no que se refere aos regimes totalitários europeus e ao Estado Novo em Portugal. No que respeita às áreas de estudo, salienta-se o enquadramento histórico e ideológico do período, com ênfase na propagação de novas ideologias e nas respostas dos Estados democráticos à crise económica de 1929.

Relativamente aos regimes totalitários, o currículo propõe uma caracterização detalhada dos regimes fascista, nazi e estalinista, incluindo a abordagem das perseguições políticas e raciais, com especial incidência no caso do regime nazi. No contexto português, o Estado Novo deve ser analisado à luz dos ideais fascistas, considerando as suas políticas económicas, culturais e os mecanismos de repressão e censura que o sustentaram.

De forma transversal, observa-se um forte incentivo ao desenvolvimento de competências analíticas e críticas, promovendo a reflexão dos alunos sobre os fenómenos

totalitários e as suas consequências históricas. Entre os conceitos centrais a abordar destacam-se: *Totalitarismo, Fascismo, Nazismo, Corporativismo, Antissemitismo, Genocídio e Propaganda*.

As Aprendizagens Essenciais de História B do 11.º ano (Portugal, 2018c) centram-se nas tensões políticas e sociais da década de 1930, com destaque para a Grande Depressão e o surgimento dos regimes totalitários. Aborda-se também a resistência das democracias liberais, sublinhando o papel do intervencionismo estatal e da mobilização cívica.

No que respeita a Portugal, o estudo incide sobre o Estado Novo, a sua inspiração fascista e as políticas autoritárias implementadas. Do ponto de vista pedagógico, o documento enfatiza metodologias centradas no aluno, orientadas para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, bem como para o respeito pela diversidade. O objetivo é promover uma compreensão profunda dos acontecimentos do século XX, capacitando os alunos para uma análise crítica e contextualizada. As Aprendizagens Essenciais sugerem ainda a realização de atividades diversificadas, como o visionamento de filmes ou visitas a museus, de modo a proporcionar uma abordagem multidimensional aos temas. Entre os conceitos-chave propostos destacam-se: *Totalitarismo, Fascismo, Nazismo, Corporativismo, Antissemitismo, Genocídio e Propaganda*.

As Aprendizagens Essenciais de História da Cultura e das Artes do 11.º ano (Portugal, 2018d) oferecem uma visão abrangente da produção artística no contexto das transformações e avanços do século XX. Embora o foco principal não recaia sobre os regimes totalitários, são várias as referências à arte em contextos autoritários, o que favorece a reflexão sobre a interação entre política e arte.

Para além da componente teórica, destaca-se um incentivo ao desenvolvimento de competências expressivas, comunicativas e interpretativas. Espera-se que os alunos sejam capazes de questionar, comunicar e expressar-se através de múltiplas linguagens e suportes.

Identifica-se, de forma clara, a presença de temáticas associadas a governos totalitários e de extrema-direita. Entre os exemplos propostos, sobressai a referência à *Guernica*, de Pablo Picasso, obra emblemática que denuncia o bombardeamento da cidade basca durante a Guerra Civil de Espanha, um ato brutal apoiado por forças fascistas. Aborda-se também o conceito de “arte degenerada”, categoria criada pelo regime nazi

para marginalizar e condenar a arte moderna. Em contrapartida, o documento menciona a “arte oficial dos regimes totalitários”, designando a produção artística promovida e sancionada por regimes autoritários, como o nazi na Alemanha ou o fascista em Itália.

A secção dedicada a “Ruturas, Autoritarismos e Nacionalismos” incentiva ainda uma reflexão sobre o surgimento dos movimentos autoritários e nacionalistas europeus entre as duas guerras mundiais, bem como sobre os seus impactos culturais e artísticos. De forma global, evidencia-se a preocupação em analisar criticamente a influência dos regimes totalitários e da extrema-direita na cultura e nas artes do século XX.

As Aprendizagens Essenciais de História, Culturas e Democracia, do 12.º ano (Portugal, 2018e), enfatizam o tema “História e Tempo Presente”, sublinhando a importância de analisar o passado para compreender criticamente o presente. As ideias-chave reforçam a necessidade de pensamento crítico e de uma metodologia de trabalho rigorosa, orientada para a construção de interpretações fundamentadas. Entre as competências a desenvolver destacam-se a capacidade analítica, a reflexão crítica e o discernimento na seleção e interpretação de fontes históricas. As estratégias sugeridas promovem o aprofundamento dessas competências, estimulando os alunos a questionar, interpretar e comunicar com autonomia sobre os desafios do mundo contemporâneo.

Algumas das atividades propostas incluem a análise da evolução do conceito de cidadania, desde a Grécia Clássica até à atualidade, e o estudo do tráfico humano, com particular enfoque nas práticas portuguesas. De modo geral, as Aprendizagens Essenciais constituem uma ferramenta pedagógica essencial para a formação de cidadãos globais, críticos e informados, capazes de interpretar o presente através de uma lente histórica e empática.

Embora não exista referência direta aos movimentos de extrema-direita, o carácter aberto e não sujeição a exame nacional desta disciplina permite uma grande liberdade de abordagem, possibilitando o tratamento de temas atuais cuja pertinência emerge do debate público. Neste contexto, a ascensão contemporânea da extrema-direita, frequentemente analisada nos meios de comunicação social, pode e deve ser explorada em sala de aula como objeto de reflexão histórica e cívica.

O documento das Aprendizagens Essenciais organiza-se em quatro grandes temas, entre os quais o dos “Passados Dolorosos”, estreitamente relacionado com a problemática dos movimentos de extrema-direita. Com frequência, tais movimentos procuram

reconfigurar, negar ou glorificar episódios traumáticos da História, reinterpretando-os de modo a alinhar o passado com narrativas identitárias exclusivistas ou nacionalistas.

A análise do tema “Passados Dolorosos” parte da definição de objetivos de ensino e aprendizagem, prossegue com estratégias pedagógicas recomendadas e culmina com sugestões de trabalho específicas. A relevância deste eixo temático é indiscutível: o desconhecimento ou a desvalorização dos episódios dolorosos da História pode conduzir à sua distorção ou instrumentalização política, com impactos persistentes na sociedade contemporânea. Ao trazer estes temas para o primeiro plano, as Aprendizagens Essenciais promovem uma interpretação crítica, empática e responsável da História, estimulando a consciência histórica e a cidadania democrática.

O estudo: percursos e discursos dos manuais escolares sobre a extrema-direita

A análise de contexto anteriormente apresentada, que evidencia a presença de conteúdos relativos aos movimentos de extrema-direita nas aulas de História, de forma transversal ao longo da escolaridade obrigatória, demonstra o potencial do ensino da disciplina para promover valores de cidadania democrática e de respeito pelo outro (vejam-se, a esse propósito, os textos introdutórios das Aprendizagens Essenciais do 3.º Ciclo e do Ensino Secundário). Estes valores articulam-se, de forma integrada, com o desenvolvimento do espírito crítico, objetivo que perpassa os diferentes níveis de ensino.

Destaca-se, em particular, a relevância atribuída a estas temáticas no 12.º ano de escolaridade, enquanto oportunidade para consolidar uma consciência crítica, interventiva e participativa, em estreita articulação com o PASEO, que preconiza, entre os seus princípios orientadores, “saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar” (Martins, 2017, p. 13).

Com base nestes pressupostos, procedeu-se à aplicação de uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo (Bardin, 1977; Vala, 1986). Numa primeira fase, identificaram-se os manuais escolares mais utilizados em cada um dos anos de escolaridade que integram, nos respetivos currículos, conteúdos relacionados com a temática em estudo.

Numa segunda fase, analisaram-se os manuais selecionados (ver Tabela 1), considerando-se, em particular, o tratamento dado ao tema, as fontes utilizadas e os

conceitos apresentados². Esta análise teve como objetivo compreender, de forma global, o destaque atribuído ao tratamento destas temáticas e identificar potenciais abordagens pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico dos adolescentes e jovens – entendido como uma competência essencial para a formação cívica e para a prevenção do crescimento dos movimentos de extrema-direita na atualidade.

No que respeita à disciplina História, Culturas e Democracia, não existe manual didático oficialmente adotado, cabendo aos docentes a conceção, seleção e organização dos materiais de apoio, em função dos objetivos de aprendizagem e do projeto educativo de cada escola.

A Tabela 1 sintetiza os manuais escolares analisados, discriminando o ano de escolaridade, a disciplina e o manual correspondente, de acordo com as edições mais recentes disponíveis no mercado editorial português.

² Foram selecionados dois manuais do 9.º ano de História, um do 11.º ano de História B, um de História da Cultura e das Artes e um do 12.º ano de História A. No caso do ensino secundário, a oferta editorial é mais limitada, razão pela qual se optou por analisar apenas os manuais mais utilizados em cada disciplina. A análise incluiu igualmente os recursos digitais complementares disponibilizados em cada manual, integrados no ecossistema digital “Escola Virtual”, plataforma que congrega as editoras responsáveis pelas obras em estudo.

Tabela 1 – Manuais analisados

Ano de Escolaridade	Disciplina	Manual
9.º Ano	História	<i>Vamos à História 9.</i> Porto Editora, 2023
		<i>História Sob Investigação 9.</i> Porto Editora, 2023
11.º Ano	História B	<i>Contamos com a História – História B – 11.º ano.</i> Porto Editora, 2023
	História da Cultura e das Artes	<i>História da Cultura e das Artes 11.</i> Raiz Editora, 2023
12.º Ano	História A	<i>Entre Tempos 12 – História A – 12.º ano.</i> Porto Editora, 2023
	História, Culturas e Democracia	Não existe manual

Fonte: autoria própria.

Para complementar a análise dos manuais escolares, foram entrevistados alguns dos seus autores, num total de oito participantes, correspondentes a três dos manuais analisados, organizados em três focus groups distintos. As entrevistas, de carácter semiestruturado, tiveram por base um guião de questões previamente definido, concebido como ponto de partida para compreender o pensamento dos autores acerca da pertinência da abordagem da temática da extrema-direita na elaboração dos manuais e a sua articulação com o currículo português.

As perguntas orientadoras foram as seguintes:

1. Considera que a ascensão da extrema-direita é um problema do mundo contemporâneo?
2. Este tema deve ser abordado nos programas de História (3.º ciclo, História A, História B, História da Cultura e das Artes, História, Culturas e Democracia)? Em todos?
3. Que recursos, estratégias e atividades considera mais adequados para o tratamento pedagógico-didático desta temática?
4. Os autores de manuais dispõem de liberdade para incluir o tema da extrema-direita em ascensão?
5. Considera que este é um problema de natureza disciplinar, interdisciplinar ou pertencente a outra área curricular (por exemplo, Educação para a Cidadania)? Por quê?

6. Considera que esta problemática já se encontra inscrita no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória?

A análise de conteúdo foi realizada a partir de uma leitura flutuante do material recolhido – tanto dos manuais escolares como das respostas obtidas nas entrevistas – com o objetivo de identificar temas recorrentes, alinhar padrões de sentido e detectar particularidades relevantes entre as diferentes fontes. Apresentam-se, em seguida, os principais resultados da análise.

Percursos: a presença dos movimentos de Extrema Direita nos Manuais escolares

Como referido anteriormente, o foco da análise dos manuais selecionados centrou-se nos temas abordados, nos documentos escolhidos para o seu tratamento e nos conceitos explicitados, verificando-se que todos os manuais se encontram coerentemente alinhados com o currículo de cada ano de escolaridade (9.º, 11.º e 12.º anos).

Tendo em conta que, como salienta Monteiro (2010), os manuais “permitem compreender a natureza dos saberes validados; conhecer as ideias e os valores que veiculam (e que silenciam); identificar as concepções pedagógicas e didáticas” (p. 347) e que, segundo Chopin (1999), estes “exercem um poder sobre a sociedade” (p. 18), torna-se essencial identificar tanto as presenças como as ausências no seu conteúdo.

Compreender essas dinâmicas permite avaliar de que forma os manuais podem contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico, ajudando os adolescentes e jovens a reconhecerem o valor do conhecimento histórico e a perceber a importância de impedir que a História – mesmo na sua diferença – se repita.

Começando pela disciplina de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico – último nível em que todos os alunos frequentam, de forma obrigatória, esta disciplina, como referido no início deste trabalho —, os dois manuais analisados revelam um enfoque significativo nos movimentos de extrema-direita alemão e italiano, bem como na Segunda Guerra Mundial, oferecendo diversos materiais que permitem uma análise detalhada do Holocausto. É igualmente atribuído particular destaque à História de Portugal, nomeadamente ao período do Estado Novo. A seleção dos temas e dos documentos que os acompanham reflete, em parte, a insuficiente carga horária atribuída à disciplina neste ciclo, conjugada com uma opção predominantemente orientada para uma narrativa local, regional e nacional (Nunes, 2022).

Considera-se que uma contextualização aprofundada e uma abordagem centrada na experiência humana são cruciais para a compreensão plena destes períodos e acontecimentos. É fundamental estabelecer comparações entre os regimes autoritários e de extrema-direita do passado e a ascensão contemporânea de movimentos populistas e autoritários em diferentes países. Tal exercício não apenas evidencia a recorrência de certos padrões históricos, como também permite compreender as causas subjacentes e refletir sobre possíveis respostas a fenômenos semelhantes na atualidade. Uma análise mais completa requer o explorar dos aspetos humanos e pessoais desses períodos, focando-se nas vítimas e nas resistências, e estabelecendo ligações com realidades contemporâneas, de modo a tornar o estudo da História mais relevante e aplicável ao presente.

Destaca-se, contudo, que os recursos digitais associados a estes manuais – nomeadamente infográficos, apresentações, fichas de trabalho e dossiês de atividades – incorporam experiências mais humanizadoras da História, aproximando os alunos das vivências concretas do passado. Rüsen (2012) sublinha a importância de articular passado, presente e futuro e de compreender o conceito de mudança histórica, pois *“it synthesizes the experiences of the past with the sense criteria which are effective in the practical life of today and its action-guiding outlooks into the future”* (Rüsen, 2012, p. 523). As experiências humanas sob regimes totalitários e autoritários foram profundamente traumáticas: milhões de pessoas foram presas, torturadas ou assassinadas por expressarem opiniões divergentes ou simplesmente por pertencerem a grupos considerados “indesejáveis”. Judeus, homossexuais e outros grupos foram vítimas de perseguições sistemáticas, e a vida quotidiana era dominada pelo medo.

Por isso, é essencial abordar a História a partir de uma perspectiva humana. Mais do que aprender História, é importante sentir a História. Analisar o passado à luz do presente é um exercício indispensável. O crescimento do populismo, a erosão da confiança nas instituições democráticas, a disseminação de desinformação e a tentativa de concentração de poder por parte de alguns líderes são tendências contemporâneas com ecos inquietantes dos anos 1920 e 1930. Estudar como os regimes totalitários emergiram e se consolidaram fornece lições fundamentais sobre a necessidade de proteger e fortalecer as democracias atuais. A importância de uma imprensa livre, de sistemas

judiciais independentes e de uma sociedade civil ativa e vigilante são temas constantemente reafirmados pela leitura histórica.

A História ensina também sobre a resiliência humana: em contextos de crise, as pessoas revelam uma notável capacidade de resistência, organização e luta por justiça e direitos. Ao conectar essas lições do passado com os desafios do presente, é possível dotar os jovens de ferramentas críticas para enfrentar e superar as ameaças à liberdade e à democracia no século XXI. Como observa Alves (2016, p. 14), “realçar a comparação, encontrar analogias possíveis e distinções, olhar em perspectiva sobre esse passado é fundamental”.

É precisamente esta visão da História – comparativa, crítica e temporalmente situada – que pode contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento de um pensamento histórico consciente e comprometido com o tempo presente.

No Ensino Secundário, como anteriormente referido, a disciplina de História assume carácter de obrigatoriedade apenas para os alunos do curso de Línguas e Humanidades. No 11.º ano, existem as opções de História B e de História da Cultura e das Artes (HCA), ambas no segundo de dois anos de frequência destas disciplinas.

No caso de História B, são abordados de forma detalhada o fascismo italiano, o nazismo alemão e o Estado Novo português. Contudo, observa-se a ausência de uma análise sobre a evolução dos movimentos de extrema-direita no século XXI, particularmente no que se refere ao impacto da globalização, das crises migratórias e das transformações decorrentes da era digital. Seria igualmente relevante examinar as respostas políticas e legislativas de diferentes governos à ascensão ou ameaça desses movimentos, refletindo sobre as medidas implementadas para proteger as democracias contemporâneas.

Numa perspectiva prospetiva, a discussão das potenciais trajetórias futuras dos movimentos de extrema-direita constituiria uma oportunidade pedagógica de grande valor, permitindo explorar as tensões entre passado e presente. Uma estratégia didática enriquecedora poderia passar pela utilização da literatura distópica, que oferece aos alunos do 9.º, 11.º e 12.º anos visões alternativas e críticas sobre as consequências sociais e políticas da ascensão de regimes autoritários ou de extrema-direita.

No caso de História da Cultura e das Artes (HCA), a abordagem a estas temáticas é breve e sumária, não se aprofundando os princípios ideológicos subjacentes ao nazismo,

para além da referência à supremacia racial. De modo semelhante, ao mencionar a origem do fascismo, o manual não explora de forma consistente os fundamentos ideológicos e políticos que o sustentaram, nem menciona outros movimentos de extrema-direita ou partidos surgidos noutros contextos europeus do mesmo período.

Embora o Tratado de Versalhes seja identificado como um catalisador do nazismo, faltam outros elementos contextuais que ajudem a compreender a ascensão e consolidação da extrema-direita no período entre guerras. O manual também não analisa as consequências de longo prazo do fascismo e do nazismo após a Segunda Guerra Mundial, nem a forma como essas ideologias continuaram a influenciar discursos e práticas políticas posteriores.

Sendo este um manual de História da Cultura e das Artes, nota-se ainda a ausência de uma articulação explícita entre História e Arte. Uma possibilidade didática relevante seria analisar obras de arte produzidas sob regimes totalitários, observando quais foram censuradas e quais promovidas. Tal exercício permitiria aos alunos questionar: *Por que razão algumas obras foram consideradas perigosas e outras celebradas? O que revelam essas escolhas sobre os valores e as estruturas de poder da sociedade?*

Este tipo de abordagem integradora contribuiria para uma compreensão crítica das relações entre cultura, ideologia e poder, e para a formação de um olhar histórico mais reflexivo e sensível ao contexto político e estético do século XX.

De facto, este tipo de questionamento é fundamental para, como refere Nunes (2022), viabilizar “a consolidação de sociedades democráticas, desenvolvidas, integradas e sustentáveis” (p. 180).

Passando à análise do manual de História A do 12.º ano, verifica-se que este retoma e aprofunda muitos dos temas já abordados no 9.º ano de escolaridade, proporcionando uma contextualização abrangente das condições económicas, sociais e políticas da década de 1920 que conduziram ao surgimento de soluções autoritárias.

O texto dos autores destaca acontecimentos determinantes, como a Marcha sobre Roma e o Putsch de Munique, e aprofunda a compreensão da natureza do totalitarismo, evidenciando a sua estreita ligação ao nacionalismo. É atribuída particular atenção ao papel das elites, ao culto da personalidade e às formas de manipulação das massas, bem como ao recurso sistemático à força, à violência e à criação de organizações paramilitares como instrumentos de controlo e repressão.

O manual analisa ainda a promoção de ideologias racistas e eugênicas, sublinhando as perseguições dirigidas a determinados grupos sociais, em especial aos judeus, e reflete sobre o empenho na autarcia e na intervenção estatal nas economias dos regimes totalitários.

Apesar da qualidade e da coerência da abordagem, seria pertinente que o manual estimulasse de forma mais explícita a comparação entre passado e presente, incentivando os alunos a reconhecer as potenciais consequências do ressurgimento de ideologias autoritárias na atualidade. A inclusão de atividades que articulem o estudo histórico com fenômenos contemporâneos – como caricaturas políticas recentes, notícias de imprensa ou debates nas redes sociais sobre líderes e movimentos de extrema-direita – poderia favorecer uma aprendizagem mais crítica, contextualizada e significativa.

Tal estratégia permitiria reforçar a relevância social do conhecimento histórico e contribuir para o desenvolvimento de uma consciência democrática informada e vigilante.

É esta experiência de contacto com um passado “com gente dentro” que confere aos estudantes a possibilidade de desenvolver uma consciência histórica. A compreensão de que o passado foi vivido de modo distinto do presente é essencial, mas, no caso dos temas relacionados com as extremas-direitas, essa percepção adquire um significado ainda mais profundo. Como sublinha Rüsen (2012, p. 534),

the historical experience of inhumanity is a very important provocation for the students to realize the historicity of their deepest conviction about the value inherent in their being human. What they think of being evident turns out to be a result of a long historical development with no fixed guarantee for the future (Rüsen, 2012, p. 534)

Esta perspectiva reforça a importância de uma educação histórica centrada na experiência humana, que leve os alunos a reconhecer que os valores que hoje consideram evidentes – como a dignidade e os direitos humanos – são conquistas históricas, fruto de processos longos, frágeis e reversíveis, e cuja preservação depende da consciência e da ação crítica das novas gerações.

Os estudantes devem ser confrontados com o passado – com as suas especificidades, complexidades e contradições —, desenvolvendo competências de compreensão do outro e de respeito pela diferença (Alves, 2016; Rüsen, 2012). Esse confronto deve ocorrer no passado, através do passado, mas também no presente e

projetado no futuro, numa perspectiva que promova o entendimento histórico como ferramenta de cidadania crítica.

É, em particular, no módulo “Passados Dolorosos na História”, da disciplina História, Culturas e Democracia, que esta consciência histórica pode ser mais plenamente estimulada. Embora, como já referido, não exista manual didático para esta disciplina, as Aprendizagens Essenciais apresentam um grau de aprofundamento superior, oferecendo orientações claras para a planificação docente. A análise deste documento revela estratégias pedagógicas centradas na promoção do pensamento crítico e analítico, bem como na valorização da empatia, da diversidade e do respeito pelo outro – princípios fundamentais para abordar temas sensíveis com maturidade e discernimento.

No que respeita à diversidade de conteúdos, o currículo distingue-se pela amplitude temática, abarcando desde a Guerra Colonial Portuguesa até aos genocídios em escala global e às lutas pelos direitos humanos. Esta abrangência permite uma contextualização global da História, aproximando os estudantes de realidades diversas e potenciando uma aprendizagem mais empática e reflexiva. As Aprendizagens Essenciais constituem, assim, um instrumento fundamental para o desenvolvimento do pensamento histórico crítico, articulando competências analíticas com valores de cidadania democrática. Contudo, o sucesso da sua implementação dependerá, em última instância, da profundidade e qualidade da mediação pedagógica realizada em sala de aula.

Ainda que a estrutura curricular das Aprendizagens Essenciais seja já bastante consistente, podem ser consideradas algumas melhorias. No domínio dos recursos pedagógicos, seria pertinente a integração de tecnologias imersivas, como softwares de simulação histórica, realidade virtual ou jogos educativos, que possibilitem aos alunos “vivenciar” momentos históricos de forma mais envolvente.

Numa abordagem interdisciplinar, poderiam explorar-se as interligações entre os “passados dolorosos” e outras áreas do conhecimento, como a literatura, a arte ou a música, revelando as múltiplas formas através das quais o sofrimento e a resistência foram representados e reinterpretados. Por fim, seria útil a disponibilização de materiais complementares de apoio docente – listas de recursos digitais, documentários, podcasts e plataformas educativas – que enriqueçam o estudo dos temas e compensem a ausência de manual.

Apesar da clareza conceptual e da coerência do currículo prescrito, torna-se evidente a importância dos manuais escolares na concretização das intenções educativas. Daí a pertinência de analisar os manuais mais utilizados (selecionados com base na frequência de adoção e na consulta às editoras) para identificar a articulação entre os conteúdos propostos e as Aprendizagens Essenciais, bem como as presenças e ausências relativas ao tema da ascensão da extrema-direita.

Em todos os documentos analisados, considera-se que seria desejável assumir uma perspectiva mais prospetiva da História, promovendo o diálogo entre problemáticas que persistem e outras que ressurgem em diferentes contextos temporais. Essa abordagem implicaria envolver os alunos na comparação e contextualização de fenómenos históricos semelhantes, analisando as suas consequências à luz do conhecimento científico atual. Para que tal seja possível, é essencial a atualização científica contínua dos professores, uma gestão curricular flexível e consciente, e, sobretudo, o afastamento do estigma associado ao exame nacional, que frequentemente limita o tempo disponível para a exploração de temas socialmente relevantes.

Como sublinha Alves (2016), a transposição didática de temas difíceis – como aqueles aqui analisados – nunca é tarefa simples. Contudo, é indispensável que os estudantes se confrontem com estas questões de forma intelectualmente atualizada, crítica e multiperspetivada, de modo a compreenderem as contradições do passado e do presente e a prepararem-se para o exercício de uma cidadania democrática (Nunes, 2022).

Com efeito, entende-se que só através desta abordagem se pode construir um conhecimento histórico que ultrapasse a memorização e o inventário de factos isolados, favorecendo uma compreensão informada do presente e uma reflexão crítica sobre a História enquanto “forma de consciência social” (Pais, 1999, p. 77).

Discursos: o que pensam os autores de manuais escolares sobre a temática da Extrema Direita?

A elaboração dos manuais escolares assenta, naturalmente, numa abordagem interpretativa por parte dos seus autores relativamente às orientações definidas nos documentos normativos em vigor, nomeadamente as Aprendizagens Essenciais e o

PASEO, continuando a constituir um dos principais recursos de trabalho de professores e alunos (Monteiro, 2010; Solé, 2021).

Reconhecendo, como referem Moreira e Duarte (2020), que o pensamento curricular está intrinsecamente associado à conceção e organização dos manuais escolares, foi analisada a forma como estes se articulam com os documentos oficiais, a sua estrutura temática e as tarefas pedagógicas propostas.

Neste sentido, foram entrevistados diversos autores de manuais com o objetivo de compreender a sua visão sobre as questões relacionadas com a extrema-direita, bem como a sua percepção da relevância destas temáticas e das possibilidades de exploração pedagógica no âmbito dos conteúdos previstos nas Aprendizagens Essenciais.

As perspectivas recolhidas permitem compreender o papel da História como instrumento de prevenção face à ascensão da extrema-direita, reforçando a importância de um ensino que promova consciência histórica, empatia e pensamento crítico. Afinal, como observa Novillo López (2018), “*Los libros de texto son concebidos y diseñados por colectivos con intereses reales*” (p. 10), e é precisamente nessa dimensão de intencionalidade – pedagógica, social e ética – que se joga o potencial transformador do ensino da História na contemporaneidade.

De facto, é consensual que a ascensão da extrema-direita

É um dos problemas principais a nível atual. [...] O populismo está aí. [...] Este é um dos maiores perigos que temos no mundo atual, portanto, o ensino da história é vital para combater um futuro que se avizinha negro, onde se pode repetir os erros do passado. Como professores de história e enquanto autores de manuais escolares temos a obrigação de contribuir para que o trabalho dos conteúdos seja de uma permanente associação entre o passado e o presente (*Focus Group 1*).

A reflexão de alguns dos autores entrevistados associa de forma direta a capacidade de resistência à ascensão da extrema-direita à solidez das instituições democráticas. Como sintetizou um dos participantes:

Nos países onde a democracia é mais sólida é possível dar resposta aos avanços da extrema-direita. [...]. Às vezes pode ser apenas uma situação temporária ou até efémera. O preocupante é quando as democracias não são sólidas o suficiente para lidar com a ascensão destes partidos ao poder (*Focus Group 3*).

Esta observação evidencia a percepção de que a resiliência democrática depende não apenas das estruturas políticas e jurídicas, mas também da formação crítica e ética dos cidadãos, área em que o ensino da História desempenha um papel insubstituível.

Daí decorre a relevância do ensino da História enquanto instrumento de formação cívica e social do cidadão (Martineau, 2010, p. 43) e enquanto forma de os jovens se saberem posicionar no mundo (Albuquerque Júnior, 2012, p. 31).

No que respeita à integração da temática da extrema-direita nos programas e conteúdos de História, os autores convergiram na importância de uma abordagem transversal, adequada ao desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Como refere um dos participantes:

devemos abordar estas questões no 9.º ano porque alguns dos alunos no secundário deixam de ter história e param de estudar estas questões que, infelizmente, parece que se repetem. [...] Estes assuntos devem ser tratados no 9.º ano e depois reforçados no secundário. Devem ser reforçados na disciplina de cidadania, pois os alunos que não têm história precisam de ter um espaço onde abordam e refletem sobre estes assuntos políticos e humanistas (*Focus Group 2*).

Relativamente às metodologias de ensino, os entrevistados enfatizaram o enfoque no questionamento e no desenvolvimento do pensamento crítico. Como sintetizado por um dos participantes:

o principal objetivo é o aluno desenvolver o pensamento crítico, [...] orientá-lo para ele fazer um tratamento da informação e construir o seu próprio conhecimento. A partir de fontes e dos espaços museológicos podemos aprender sobre estas questões. Podemos procurar aproveitar a história oral (*Focus Group 1*).

Verifica-se, assim, um consenso quanto à importância de uma aula de História que vá além da memorização de factos e datas, promovendo a compreensão de processos históricos e a interpretação contextualizada dos acontecimentos. Tal como defende Domínguez Castillo (2015, p. 45), o ensino da História deve preparar os alunos para “compreender procedimentos e interpretá-los à luz do tempo e do espaço em que decorreram”, formando cidadãos capazes de pensar historicamente.

Quando questionados sobre se “os autores de manuais têm liberdade para considerar o conteúdo ‘extrema-direita em ascensão’”, os participantes destacaram tanto a liberdade quanto a responsabilidade de o fazer, partilhada com os professores de

História: “Há liberdade para considerar este conteúdo e também a responsabilidade de o fazer, assim como o professor de História” (*Focus Group 1*). Apesar dessa percepção de autonomia, foi unânime a identificação da carga horária reduzida da disciplina como um constrangimento significativo, especialmente no Ensino Secundário, onde o peso dos exames nacionais tende a condicionar o tempo disponível para o tratamento de temas socialmente vivos e para a discussão crítica de problemáticas contemporâneas.

Nesta perspectiva, foi natural que a resposta à abordagem curricular do tema da extrema-direita fosse, em muitos casos, remetida para uma dimensão interdisciplinar, sem descurar o papel central da História enquanto disciplina com conteúdos privilegiados para articular problemáticas contemporâneas com fenómenos análogos de épocas passadas. O conhecimento histórico permite, assim, ampliar a experiência de compreensão destes fenómenos, favorecendo a análise das suas causas e permanências. Como afirmou um dos participantes:

É uma questão disciplinar e interdisciplinar. Não me parece que diga apenas respeito à história. É disciplinar porque faz parte dos conteúdos programáticos da disciplina, mas também deve ser mobilizado de forma interdisciplinar noutras áreas que podem contribuir para o ensino do tema, por exemplo na área curricular de Cidadania. Em suma, é um tema que pode ser trabalhado em várias áreas (*Focus Group 1*).

O PASEO foi amplamente reconhecido pelos entrevistados como um instrumento orientador fundamental, por permitir focalizar as aprendizagens no desenvolvimento do pensamento crítico, dos valores humanos e da consciência democrática. Como salientou um dos grupos: “As questões ligadas ao desenvolvimento do pensamento crítico e dos valores humanos estão lá bem inscritas. Portanto, trabalhar este conteúdo da extrema-direita é uma excelente oportunidade para desenvolver áreas de competência do perfil do aluno” (*Focus Group 1*).

Alguns participantes foram ainda mais enfáticos, considerando o PASEO “perfeito”, mas sublinhando a necessidade de conceder tempo e espaço às várias disciplinas para que possam trabalhar de forma colaborativa e coerente na concretização desses princípios: “É preciso dar tempo e espaço às várias disciplinas para que em conjunto trabalhem naquele sentido” (*Focus Group 2*).

As entrevistas revelaram também uma forte associação, por parte dos autores e professores participantes, entre a ascensão da extrema-direita e as questões migratórias contemporâneas. Paire, contudo, a percepção de que as ideologias subjacentes a estes movimentos são frequentemente reativadas ou legitimadas por problemas concretos da atualidade, como a imigração, o desemprego ou a insegurança. Neste ponto, torna-se evidente a necessidade de um trabalho científico e pedagógico mais aprofundado, que permita distinguir as causas conjunturais das estruturas ideológicas persistentes, evitando que questões circunstanciais nublem o problema ideológico central que é necessário compreender, desmistificar e combater.

Conclusão

Parece indiscutível a importância da História na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender o passado, interpretá-lo e mobilizar esse conhecimento na leitura do presente (Jackson & Jackson, 1991). Como salienta Monteiro (2010), diversos autores defendem que os manuais escolares apenas cumprem verdadeiramente a sua função quando se adequam às vivências humanas (p. 379). Tornava-se, por isso, pertinente compreender em que medida os manuais escolares se articulam com os princípios orientadores dos documentos normativos, nomeadamente o PASEO – que propõe o desenvolvimento integrado de conhecimentos, competências, atitudes e valores – e as Aprendizagens Essenciais, que operacionalizam esses desígnios no quotidiano pedagógico.

Foi precisamente esta preocupação que conduziu ao desenvolvimento do presente estudo, procurando compreender como os autores de manuais escolares encaram a temática da extrema-direita e de que modo estas questões podem ser trabalhadas nas aulas de História. A questão que norteou a investigação – poderá esta disciplina contribuir para evitar a ascensão de movimentos de extrema-direita? – mantém-se como um desafio crucial para a educação contemporânea.

Com efeito, considera-se que a educação formal desempenha um papel determinante na prevenção da ascensão da extrema-direita, evidenciando-se o papel dos currículos e dos manuais escolares na promoção de uma compreensão crítica da História e dos valores democráticos. Esta perspectiva dialoga com Apple (2019), que entende o currículo como um campo de luta ideológica, onde a educação pode reproduzir ou desafiar

as estruturas de poder. A análise dos documentos normativos confirma a presença expressiva de temas relacionados com os regimes totalitários e a extrema-direita, ainda que se observem diferenças significativas na profundidade e no enquadramento pedagógico com que são tratados.

Tendo em conta que os manuais escolares são mediadores centrais do currículo, verificou-se, entre os analisados, um esforço consistente na contextualização histórica e na explicação das condições que levaram à ascensão dos regimes totalitários no século XX. Todavia, é fundamental superar narrativas lineares e unidimensionais (Torres Santomé, 2020), favorecendo abordagens críticas e comparativas, tal como defendem Barton e Levstik (2004), que sublinham a importância de promover o pensamento histórico e a empatia. Na mesma linha, Wineburg (2018) apela a um ensino de História que prepare os alunos para o questionamento crítico das narrativas históricas, algo que ainda se encontra pouco visível nos manuais, sobretudo no que respeita à análise de fontes primárias e à articulação entre passado e presente.

Da articulação entre a análise dos manuais e as entrevistas realizadas aos seus autores, depreende-se que o tempo letivo reduzido – sobretudo no 3.º ciclo, reconhecido pelos próprios autores como a última oportunidade de muitos alunos contactarem com a disciplina – constitui um obstáculo significativo à abordagem aprofundada destes temas.

Neste contexto, ganha relevo a defesa da interdisciplinaridade e da integração com a Educação para a Cidadania, apontando para um modelo educativo que transcenda os limites disciplinares da História, e que promova uma educação multicultural e para a cidadania, alicerçada em valores de igualdade, justiça social e compreensão intercultural.

Conclui-se, portanto, que a aula de História detém um potencial efetivo para formar cidadãos críticos, reflexivos e responsáveis, capazes de interpretar o passado, compreender o presente e agir conscientemente no mundo. Essa capacidade pode, efetivamente, contribuir para diminuir a força de penetração e ascensão dos movimentos de extrema-direita, não apenas pela transmissão de conhecimento histórico, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de uma consciência histórica ativa e ética.

Este estudo sugere, assim, que a História continua a ser um espaço privilegiado de resistência democrática, e que o reconhecimento, por parte dos autores de manuais, da importância e urgência deste papel, constitui um sinal de esperança e responsabilidade educativa face aos desafios do século XXI.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-39.

ALVES, Luís Alberto. Epistemologia e ensino da História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 9-30, 2016.

AMARAL, Cláudia; ALVES, Bárbara; TADEU, Tiago; VILAÇA, Olanda. **História sob investigação 9**. Porto: Porto Editora, 2023.

AMARAL, Cláudia; JESUS, Elisabete; NEVES, Pedro Almiro; CARVALHO, Maria Manuela. **Contamos com a História – História B – 11.º ano**. Porto: Porto Editora, 2023.

APPLE, Michael W. **Education and power**. Oxfordshire: Routledge, 1995.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: PUF, 1977.

BARTON, Keith C.; LEVSTIK, Linda S. **Teaching history for the common good**. Oxfordshire: Routledge, 2004.

CHOPPIN, Alain. Les manuels scolaires: de la production aux modes de consommation. In: VIEIRA DE CASTRO, Rui et al. (orgs.). **Manuais escolares: estatuto, funções e história**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 3-17.

DOMÍNGUEZ CASTILLO, José. **Pensamiento histórico y evaluación de competencias**. Barcelona: Graó, 2015.

JACKSON, Kenneth T.; JACKSON, Barbara B. Why the time is right to reform the history curriculum. In: GAGNON, Paul A.; THE BRADLEY COMMISSION ON HISTORY IN THE SCHOOLS (eds.). **Historical literacy: the case for history in American education**. Boston: Houghton Mifflin, 1991. p. 3-15.

MAIA, Cristina; MAIA, Ana Margarida; CARAMÉZ, Ana Margarida. **Vamos à História 9**. Porto: Porto Editora, 2023.

MARTINEAU, Robert. **Fondements et pratiques de l'enseignement de l'histoire à l'école**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (coord.). **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**. Lisboa: Ministério da Educação, 2017.

MONTEIRO, Augusto J. A (re)valorização de outras fontes históricas: a problemática dos manuais escolares. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). **Outros combates pela história**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 343-380.

MOREIRA, Ana Isabel; DUARTE, Pedro. Pelos manuais escolares, (um)a história contada: entre o currículo e a educação histórica. **CEM – Cultura, Espaço e Memória**, Porto, v. 12, p. 113-133, 2020.

NOVILLO LÓPEZ, Miguel Angel. Usos y abusos de la historia antigua como elemento identitario en los manuales escolares. In: RIBEIRO, Cláudia Pinto; ALVES, Luís Alberto; HENRIQUES, Raquel Pereira (coords.). **Manuais escolares: presenças e ausências**. Porto: CITCEM, 2018. p. 9-18.

NUNES, João Paulo Avelãs. O ensino da História e a formação para uma cidadania democrática: uma abordagem historiográfica e de didática da História numa época de crise. **Estudos do Século XX**, Coimbra, v. 22, p. 177-194, 2022.

NUNES, Paulo Simões. *História da Cultura e das Artes 11*. Porto: Raiz Editora, 2023.

PAIS, José Machado. **Consciência histórica e identidade**: os jovens portugueses num contexto europeu. Oeiras: Celta Editora, 1999.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **Programa de História e Geografia de Portugal: 6.º ano**. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **Aprendizagens essenciais: 9.º ano**. Lisboa: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/historia_3c_9a_ff.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **Aprendizagens essenciais: 12.º ano**. Lisboa: Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/ae_hcd_12.o.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **Aprendizagens essenciais: História B**. Lisboa: Ministério da Educação, 2018c. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Cursos_Cientifico_Humanisticos/historia_b_11.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **Aprendizagens essenciais: História da Cultura e das Artes**. Lisboa: Ministério da Educação, 2018d. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_hca.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PORTUGAL. Ministério da Educação – Direção-Geral de Educação. **História, Culturas e Democracia**. Lisboa: Ministério da Educação, 2018e. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/ae_hc_d_12.o.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

ROSAS, Maria Antónia M.; COUTO, Célia P.; COSTA, Alfredo; SANTOS, Ana Cristina. **Entre Tempos 12 – História A – 12.º ano**. Porto: Porto Editora, 2023.

RÜSEN, Jörn. Forming historical consciousness: towards a humanistic history didactics. **Antíteses**, Londrina, v. 5, n. 10, p. 519-536, jul./dez. 2012.

SOLÉ, Glória. Ensino da História em Portugal: o currículo, programas, manuais escolares e formação docente. **El Futuro del Pasado**, Salamanca, v. 12, p. 21-59, 2021.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Globalización e interdisciplinariedad**: el curriculum integrado. Madrid: Morata, 2006.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto; PINTO, José Madureira (orgs.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

WINEBURG, Sam. **Why learn history** (when it's already on your phone). Chicago: University of Chicago Press, 2018.

Recebido: 04/11/2024

Aprovado: 24/10/2025

ARTIGOS LIVRES



A EXCEÇÃO E A REGRA? PANAMÁ E HAITI DESDE O FIM DA GUERRA FRIA

THE EXCEPTION AND THE RULE? PANAMA AND HAITI SINCE THE END OF THE COLD WAR

Fabio Luis Barbosa dos Santos*
Universidade Federal de São Paulo

Resumo: Este artigo analisa a evolução política e econômica recente de Panamá e Haiti em perspectiva comparada, investigando o modo como intervenções militares lideradas pelos Estados Unidos em 1989 e 1994 remodelaram a institucionalidade destes países. Indaga-se o sentido das transformações operadas e o que elas revelam sobre as vias de desenvolvimento na região nos marcos da globalização. Minha hipótese é que estas intervenções militares constituíram eventos traumáticos que assentaram as condições para um reordenamento social totalizante de orientação neoliberal e globalizante, configurando o que Naomi Klein descreveu como “capitalismo de desastre”. No entanto, este “choque” produziu efeitos contrastantes, de modo que o êxito econômico e a estabilidade política do Panamá, contrasta com o baixo dinamismo econômico e a instabilidade crônica que caracterizam o Haiti. Ao contrário de ser uma condição fortuita, estes extremos ilustram a natureza concorrencial e assimétrica da ordem global.

Palavras-chave: Haiti; Panamá; invasão.

Abstract: This article analyses the recent political and economic evolution of Panama and Haiti from a comparative perspective, investigating how military interventions led by the United States in 1989 and 1994 reshaped the institutionalality of these countries. It asks the question of the meaning of these transformations and what they reveal about the paths of development in the region within the framework of globalisation. My hypothesis is that these military interventions were traumatic events that laid the groundwork for a totalising social reordering with a neoliberal and globalising orientation, configuring what Naomi Klein described as ‘disaster capitalism’. However, this ‘shock’ has produced contrasting effects, so that Panama’s economic success and political stability contrast with the low economic dynamism and chronic instability that characterise Haiti. Rather than being a fortuitous condition, these extremes illustrate the competitive and asymmetrical nature of the global order.

Keywords: Haiti; Panama; invasion

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina (Prolam-USP). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>

Introdução

O Haiti foi o primeiro país a se emancipar e abolir a escravidão nas Américas, enquanto o Panamá foi o último a se constituir como estado independente. O primeiro surgiu da revolução anticolonial mais radical da história do continente, enquanto a origem do segundo está nas antípodas deste processo, já que a incidência dos Estados Unidos em uma guerra civil colombiana foi decisiva para a secção que conformou o Panamá (Araúz, 2004; Dubois, 2009). No início do século XX ambos os países viveram ocupações estadunidenses, embora de natureza e extensão distintas. E no final daquele século, sofrera, as últimas intervenções militares da potência norte-americana na região (Araúz; Pizzurno, 1996; Castor, 1988). No entanto, o sentido destas últimas invasões discrepou de operações anteriores. Se em outros momentos do século XX a intervenção estadunidense favoreceu, de modo direto ou indireto, a constituição de regimes militares antidemocráticos, as ocupações do Panamá em 1989-90 e do Haiti em 1994 removeram o comando militar sobre a política, afirmando a democracia liberal como paradigma institucional. Mais do que uma mudança na direção política, ou mesmo do regime político, ambas intervenções assentaram as bases para uma reorientação da economia e da atuação do Estado em consonância com a agenda neoliberal e a globalização (Manduley; Valenzuela, 2009; Pierre-Charles, 2020).

No entanto, esta inflexão produziu resultados contrastantes: o Panamá é o país latino-americano que mais cresceu desde o fim da Guerra Fria, ostentando a renda *per capita* mais elevada da região, enquanto o Haiti está na posição contrária, como país que menos cresceu e que possui a renda per capita mais baixa das Américas. Com uma população quase três vezes menor, o PIB panamenho é três vezes maior do que o haitiano, e o PIB per capita é 8 vezes maior. O Panamá atrai imigrantes enquanto o Haiti, tem uma das taxas de emigração mais altas do continente, e sua economia depende das remessas dos haitianos no exterior, que correspondem a 1/ 5 do PIB. O Panamá tem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano da América Central e Caribe, enquanto o Haiti é o único país da região considerado como um País Menos Adiantado (PMA) pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e também o único classificado como baixo Índice de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Enquanto a política no primeiro país foi dominada por

dois partidos e não sofreu rupturas institucionais desde a invasão em 1989, o Haiti voltou a ser ocupado em 2004, e no momento em que este projeto está sendo escrito, sequer tem um presidente (Banco Mundial, 2025; CIA, 2024; UN, 2020; UNDP, 2022).

Este artigo discute o sentido das intervenções militares dos Estados Unidos no Panamá e no Haiti ocaso da Guerra Fria. A partir de entrevistas, análise de documentos e livros, examinamos as transformações institucionais, políticas e econômicas produzidas em ambos os países sob a ocupação estrangeira. Argumenta-se que estas intervenções constituíram eventos traumáticos que assentaram as condições para um reordenamento social totalizante de orientação neoliberal, configurando o que Naomi Klein (2007) descreveu como “capitalismo de desastre”, ou seja: a produção do choque (que pode ser pela via econômica, política, militar ou subjetiva, mas que frequentemente articula todas estas dimensões) como estratégia para desencadear crises em larga escala, que criam condições favoráveis para um reordenamento social que abrange todas as esferas da existência.

No entanto, a evolução posterior de ambos os países sugere que o efeito do choque foi diverso. Enquanto no Panamá operou-se um reordenamento social e econômico exitoso em seus próprios termos, o choque no Haiti comprometeu a própria viabilidade do ordenamento institucional que se pretendia modernizar. Indagamos até que ponto este efeito diverso está relacionado a particularidades da formação histórica de cada país; às diferenças nas características e na agenda das respectivas ocupações; ou ainda, remete às oportunidades singulares que se abriram para o Panamá no contexto da globalização e que não são replicáveis no Haiti ou em qualquer outro país da região. Com este objetivo, o texto inicialmente aborda o contexto, a dinâmica e as consequências da invasão do Panamá, para em seguida abordar o caso haitiano. A apresentação não é homogênea, mas reflete o movimento da própria pesquisa, em que diferentes dimensões da experiência se sobressaíram em cada um dos casos. Ao final, indaga-se o que a comparação entre a evolução recente destes dois países sugere sobre a globalização neoliberal na região.

Panamá: de Torrijos a Noriega

O nacionalismo panamenho é marcado por um paradoxo: as origens do país remetem à ingerência estadunidense no conflito que resultou na cisão territorial da

Colômbia em 1903. Ao mesmo tempo, a independência favoreceu a construção do canal interoceânico sob a égide estadunidense, estabelecendo um enclave estrangeiro que se tornou alvo da causa nacionalista no século XX. Em outras palavras, o nacionalismo panamenho se conformou em oposição ao enclave canaleiro que está na sua origem como país (Soler, 1989).

Objeto de múltiplos conflitos desde a sua construção, as negociações para transferir a administração do canal e os territórios adjacentes deslancharam sob um controverso regime militar. A corporação comandou a política panamenha por 21 anos, entre 1968 e 1989, período que pode ser dividido em três etapas. Os anos imediatamente depois do golpe militar de outubro de 1968, foram marcados por uma orientação abertamente repressiva e antipopular. No entanto, o período entre 1971 e 1977 sob o comando de Omar Torrijos, pode ser caracterizado como “populista, nacionalista e keynesiano”, comparável ao regime de Velasco Alvarado no Peru (Beluche, 2001). Em 1977, o militar panamenho negociou com Jimmy Carter uma série de acordos relativos ao estatuto e ao funcionamento do canal, além da restituição da soberania panamenha sobre a Zona do Canal. Este conjunto de documentos, conhecidos como Tratado Torrijos-Carter, anulou o tratado anterior e estipulou a devolução do canal ao Panamá ao meio-dia do último dia do século XX (Soler, 1984).

A última etapa do regime militar tem como ponto de inflexão a morte não esclarecida do general Torrijos em 1981. Dois anos antes, conformara-se o Partido Revolucionário Democrático (PRD) como uma espécie de braço político dos militares, visando responder às pressões estadunidenses por uma abertura democrática, como ocorria em outros países da América Central (Robinson, 2011). A princípio, o governo dos Estados Unidos e o regime comandado por Manuel Noriega trabalharam de forma concertada, e a lei que criou as Forças de Defesa foi financiada pelo Pentágono até 1988. Como em outros países da América Central, houve eleições em 1984, sem que a dominação dos militares sobre a política fosse comprometida. No caso panamenho, a candidatura do ex-funcionário do Banco Mundial, Nicolás Barletta, foi imposta ao PRD e depois ao país por meio de uma fraude eleitoral. A posição do presidente se tornou ainda mais frágil quando as medidas neoliberais que decretou, desencadearam intensos protestos e uma greve geral dos servidores públicos. Barletta renunciou e a presidência foi assumida pelo

vice Eric Delvalle, enquanto a agenda do ajuste estrutural, foi postergada – o mesmo ocorreu com investigações sobre Noriega e o narcotráfico (Gandásogui Hijo, 1989; 2017).

As relações dos Estados Unidos com Noriega, um militar formado na Escola das Américas que trabalhou para a Central Intelligence Agency (CIA), se deterioraram a partir de 1987. O ascenso das lutas populares nos marcos de um regime sem credibilidade, incitaram os Estados Unidos apoiar uma alternativa política dirigida por empresários: a Cruzada Civilista, ostensivamente inspirada no movimento que derrubou Ferdinando Marcos nas Filipinas no ano anterior. De fato, o caso panamenho não tinha similares na América Central, onde o principal serviço dos militares era conter e não mobilizar a população. A inspiração filipina não era acidental. Refletindo uma inflexão na abordagem estadunidense da questão panamenha, o *National Endowment for Democracy* criado em 1983 pelo governo de Ronald Reagan levou lideranças panamenhas para conhecer e eventualmente replicar a experiência do *National Citizens Movement for Free Elections* (NAMFREL) (Dinges, 1990).

A Cruzada Civilista atraiu um segmento expressivo das classes médias e também dos trabalhadores, tendência acelerada com a deterioração econômica decorrente de sanções impostas pelos Estados Unidos. Em fevereiro de 1988, o presidente Delvalle destituiu Noriega do comando das Forças de Defesa, uma medida que ninguém poderia cumprir e que resultou na sua própria destituição (Dinges, 1990). Washington, que apoiara Delvalle, respondeu com severas sanções que tiveram um efeito devastador em uma economia aberta, dolarizada e dependente de importações. O PIB caiu 17%, pequenos negócios quebraram e bancos também, o desemprego disparou, houve fuga de capitais e o país entrou em moratória, embora não declarada (Beluche, 2001).

Naquele mesmo mês, Noriega tornou-se o primeiro chefe de Estado indiciado em uma corte dos Estados Unidos, acusado de tráfico de drogas e associação ilícita. As sanções econômicas e o processo judicial foram retratados por Noriega como uma agressão imperialista motivada pela iminente devolução do canal aos panamenhos. Foi neste contexto que se formaram os Batalhões de Dignidade, oferecendo treinamento militar a civis com o intuito defender o país de uma agressão estadunidense. Apesar da impopularidade do regime agravada pela crise e

as sanções, panamenhos de sensibilidade nacionalista aderiram à proposta, sobretudo em bairros populares. Ao mesmo tempo, manifestações convocadas pela Cruzada Civilista evidenciavam que o descontentamento com o regime crescia (Arauz; Pizzurno: 1996; Beluche: 2001).

A crise se acelerou com a fraude às eleições presidenciais em maio de 1989. A oposição se unificou em torno do advogado Guillermo Endara, que tinha raízes políticas no panameñismo arnulfista. Dada a situação do país era previsível a derrota do candidato norieguista, mas a dimensão do revés surpreendeu o governo e inviabilizou qualquer fraude disfarçada. Um impasse se instalou, já que a oficialidade declarou vencedor o candidato norieguista, mas ninguém reconheceu o resultado e não houve posse. Paradoxalmente, as mobilizações da Cruzada Civilista não tiveram a potência do ano anterior: o comando civilista contava cada vez mais com os Estados Unidos e cada vez menos com as massas para derrubar o militar (Bushnell, 1989). Na frente diplomática, diversas missões da Organização dos Estados Americanos (OEA) falharam em construir uma saída para a crise. Noriega se mostrava disposto a conviver com um presidente da oposição, mas não aceitava colocar uma data para a sua aposentadoria. Como Pinochet, desejava manter-se à frente desta Força de Defesa, preservando de forma velada um poder de veto sobre o destino do país. Acima de tudo, não abria mão do projeto de construir um exército que substituísse o estadunidense na defesa do canal (informação verbal)².

No dia 3 de outubro, o major Moisés Giroldi e seus aliados capturaram Noriega, oferecendo aos Estados Unidos uma oportunidade de virar a página do regime. No entanto, os militares ianques estacionados no Panamá não responderam aos golpistas a quem tinham acenado apoio. Com isso, permitiram a reação do campo norieguista que, naquela noite, matou os onze líderes da intentona no chamado “massacre de Albrook” (Dinges, 1990). É provável que, naquelas alturas, o desenlace da crise já estivesse definido na Casa Branca e ele previa o aniquilamento da instituição militar.

Segundo o jornalista Bob Woodward (1991), a administração de George Bush começou a planejar a invasão militar quando as eleições de maio foram anuladas. O documento Santa Fé II (1989) já indicava que a derrubada de Noriega dificilmente resolveria a situação do Panamá: exigia-se reformar as forças de defesa e a constituição. Era preciso reorganizar o país sob a tutela dos invasores e Bush elegeu

Endara para esta missão. Documentos desclassificados pelo governo dos Estados Unidos revelam que Bush telefonou para Endara uma semana depois das eleições para apoiá-lo “você é o verdadeiro vencedor”. Daí em diante, mantiveram contato telefônico sistemático (Panama Files, 2019). É difícil saber a extensão do diálogo, pois como o próprio Bush comentou depois de perguntar se havia alguma novidade no cenário político, “a linha que estavam usando provavelmente não era muito boa para falar disso” (Memorandum, 1989).

Em suma, no final de 1991 a invasão era uma “decisão em busca de um pretexto” (Dinges, 1990, p. 306). O comportamento provocador dos militares ianques nos meses seguintes foi notório. Eventualmente, um oficial foi morto em um bloqueio policial quando tentou fugir. Mas Noriega já tinha se convertido no pretexto.

Destruir um país para salvá-lo

Poucas semanas depois da queda do muro de Berlim, 24 mil soldados estadunidenses invadiram o Panamá. A operação desencadeada em 20 de dezembro de 1989 só tem comparação com a invasão da República Dominicana em 1965, que mobilizou 22 mil tropas para impedir a posse do presidente eleito Juan Bosch. A partir daquela meia-noite, o sismógrafo da Universidade do Panamá registrou 417 bombas nas 14 horas seguintes, até que o aparelho deixou de funcionar. Destas bombas, 66 explodiram nos primeiros 4 minutos (Grandin, 2014). Segundo um oficial estadunidense, foi a maior mobilização na história da força aérea do país até então (Fishel, 1992).

O recurso à força excessiva foi parte da estratégia militar. Além do poder aéreo, os invasores eram numericamente superiores às Forças de Defesa panamenhas, estimadas em 15 mil soldados, e empregaram armas de última geração que espantaram os panamenhos: “a inclusão de aviões caros era simplesmente para “chocar as tropas panamenhas” (McCall: 1991, p. 23) Futuramente, esta produção do medo associada ao choque e ao espetáculo seria formulada como a estratégia de “choque e pavor” (*shock and awe*) que informaria a invasão do Iraque de 2003 e as imagens que então circularam. Em muitos sentidos, o Panamá serviu como campo de provas para agressões que seguiriam, começando com a Guerra do Golfo contra o Iraque meses depois (D’Haeseleer, 2008).

Inicialmente, a invasão se estruturou em torno de 26 alvos considerados de interesse militar. O principal quartel das Forças de Defesa panamenhas localizava-se no populoso bairro popular de El Chorrillo. Na manhã seguinte à invasão, uma significativa parte do bairro estava destruída e 18 mil pessoas se tornaram sem-teto, a maioria das quais foi deslocada para uma escola na zona do Canal. Oficiais estadunidenses alegam que os Batalhões da Dignidade iniciaram o incêndio que se alastrou entre as casas de madeira (Administration's View, 1991; Panama Files: 2019), mas há evidências conclusivas da responsabilidade dos invasores que queimaram as casas para evitar que servissem de refúgio ao inimigo que resistia. Outros focos de combate também sofreram uma violência desproporcional (Informe 121/18: 2019). No conjunto, o país não estava preparado para a invasão e não houve comando centralizado da resistência. É provável que Noriega contasse em ser informado pelas redes de espionagem em que se enfronhou, inclusive com Israel (Murillo, 1995). À esquerda, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores descartou a possibilidade de uma invasão em uma reunião encerrado pouco antes do bombardeio. Neste quadro, a resistência foi episódica e descentralizada (Beluche, 2001).

A brutalidade da invasão marcou a vida de milhares de panamenhos, deixando feridas abertas em múltiplos níveis que tardam em cicatrizar. Embora não haja números oficiais, as vítimas fatais certamente ultrapassam quinhentas já que o próprio Pentágono reconhece 513 mortos. Em apenas uma noite, as tropas estadunidenses assassinaram muito mais panamenhos do que 21 anos de regime militar – a Comissão da Verdade que posteriormente investigou os crimes de Noriega contabilizou 70 mortos e 40 desaparecidos (Comisión, 2002). Todos os mortos na invasão pertenciam aos setores populares, e registraram-se apenas seis vítimas fatais entre oficiais e suboficiais do exército. No empenho de invisibilizar a violência perpetrada, os invasores submeteram os jornalistas ao seu controle, guiando e supervisionando o acesso às zonas de conflito em uma prática que ficaria conhecida no Iraque como “embedded journalism”. A supressão da independência de imprensa e a negação da destruição foi acompanhada pela distribuição de camisetas e adesivos respaldando o nome com que se batizou a invasão: “justa causa” (Sol; Budasoff, 2019).

Nas ruas se amontoaram cadáveres, embalados sem identificação em sacos do exército invasor e despejados em fossas clandestinas, cuja existência foi negada por autoridades estadunidenses (ver Panama Files, 2019; Informe 121/18, 2019). Os invasores ocuparam veículos de imprensa, hospitais e morgues, constringendo a assistência humanitária prestada por médicos e enfermeiros, bem como o seu registro. Milhares de pessoas foram detidas como “prisioneiros de guerra” incluindo dirigentes sindicais, jornalistas e líderes culturais, enquanto servidores do governo norieguista passaram à clandestinidade. Nos dias seguintes, os próprios invasores limpavam corpos e vestígios da agressão com escavadoras em ruas patrulhadas por tanques que amassaram carros, em alguns casos com pessoas dentro. Soldados controlavam a circulação de pessoas e se envolveram em múltiplos episódios de assédio e assassinatos (informação verbal)³.

A “justa causa” foi vaga. A decisão de invadir foi influenciada por questões domésticas fora da alçada panamenha, como o desejo de Bush livrar-se da imagem de “frouxo” (*wimpy*) que o assombrou nas eleições (Cramer, 2006, p. 24). O presidente falou em defesa do canal e de vidas estadunidenses (aludindo ao oficial morto dias antes), em defesa da democracia e em combate às drogas. Como observou um ex-diretor da CIA, os Estados Unidos teriam um trabalhão se decidissem impor a democracia em um mundo com mais de cem regimes não-democráticos, muitos deles aliados. Em relação à captura de Noriega, comentou que “24 mil militares é mais do que normalmente empregamos para parar um traficante de drogas” (Pfeiffer, 1989).

Noriega se refugiou na nunciatura apostólica, já que tropas rodeavam embaixadas que poderiam acolhê-lo, como Cuba e Nicarágua. A nunciatura também foi cercada e formas de tortura psicológica foram empregadas até o ditador se entregar, incluindo alto-falantes tocando rock no último volume (“I fought the law” do The Clash, “Panama” de Van Halen entre outras) e um atirador postado ostensivamente em frente a janela do quarto onde Noriega dormia. O coronel a serviço da Mossad Mike Harari aliado de Noriega teve mais sorte: preso pelo exército estadunidense, terminou enviado para Israel em lugar de ser julgado por seus crimes. Como outras possíveis testemunhas que poderiam comprometer os Estados Unidos e suas agências, não foi convocado a depor no julgamento que condenou Noriega a 40 anos de prisão (Murillo, 1995, 822, 831).

Os Estados Unidos não esperaram a captura de Noriega para empossar novas autoridades para o país. No próprio dia 20 de dezembro na base militar de Clayton na Zona do Canal, Miguel Endara e seus dois vice-presidentes foram juramentados⁴. O advogado José Manuel Faúndes, secretário do Comitê Panamenho de Direitos Humanos e uma das únicas testemunhas panamenhas da posse, avaliou que não estava em curso uma invasão, mas uma legítima defesa do direito de terceiros respaldada pelo direito internacional (Beluche, 2004, p. 85). Porém, como observou um analista estadunidense, “três pessoas, um presidente e dois vice-presidentes não constituem um governo” (Fishel, 1992, p. 33) e o perfil da invasão foi se modificando segundo um planejamento de três etapas. As operações táticas até 31 janeiro de 1990 seriam seguidas por uma fase de “lei e ordem” até junho daquele ano e depois, por uma fase de estabilidade socioeconômica e política até dezembro de 1999 – data da entrega do canal. Os manuais militares descrevem este gênero como uma intervenção de construção da nação (*nation-building*) destrinchada em três momentos: 1) derrotar e prender a resistência armada; 2) retornar à autoridade eleita ao poder; 3) apoiar a transição, substanciando a “construção nacional” (Fishel, 1992; Haas, 1994).

Na medida em que o perfil da invasão se orientava para a construção da nação, a força-tarefa estadunidense se deu conta de que “não tinha opção além de liderar o governo do Panamá, apresentando as suas ações na forma de sugestões e recomendações ao ‘governo’” (aspas no original). O documento registra que essa foi uma relação harmoniosa (Fishel, 1992, p. 34). Funcionários estadunidenses acompanhavam a atuação de cada ministro e o coronel Jim Steele se juntava ao embaixador Deane Hinton, que serviu em El Salvador nos anos 1980, no café-da-manhã das quintas-feiras com o ‘presidente’ Endara (aspas minhas).

Os paradoxos da situação se explicitaram quando lojas foram saqueadas nos dias que sucederam a invasão. Como pretendiam, os Estados Unidos cumpriram a tarefa de dismantelar as Forças de Defesa panamenhas. Em pouco tempo, havia cerca de 5000 soldados presos, além dos mortos. Porém, como a ocupação estava orientada por objetivos militares, a propriedade privada ficou momentaneamente desguarnecida. Logo, a formação de uma polícia se impôs como prioridade. Neste cenário, a Polícia Nacional forjada pelos invasores incorporou membros da Força de Defesa panamenha que pretendiam extinguir. Por outro lado, vozes conservadoras

dos Estados Unidos não tardaram em reivindicar a revisão dos tratados em torno do canal. Argumentavam que, com a abolição das Forças de Defesa panamenhas provocada pela própria invasão, a nova força militar não seria capaz de garantir a segurança do canal (Beluche, 2004, p. 124)⁵.

Tampouco garantia o governo: menos de um ano depois da invasão, tropas estadunidenses interviram a pedido de Endara para reprimir um levante militar. Naquele momento, o índice de aprovação de um governo escorado nos invasores e que prendia jornalistas e opositores, rondava 20%. Esta reprise de um regime antipopular dependente dos Estados Unidos, revelava que a elite deslocada pelos militares em 1968 reapropriava-se do poder (Gandásegui Hijo, 2017). Aproveitando a circunstância, o governo impôs no Natal de 1990 uma lei despedindo milhares de servidores públicos acusados de conspiração golpista, porque convocaram uma greve que coincidiu com a intentona militar. No final do governo Endara ainda se viam rondas conjuntas da nova polícia panamenha com os militares invasores.

Assim como em outros países centroamericanos, o crime organizado se tornou um fenômeno relevante no Panamá pós-Guerra Fria. Parece implausível que o desbaratamento das Forças de Defesa tenha impulsionado essas atividades, já que o país convivia com o narcotráfico ao menos desde os tempos da triangulação entre Noriega, a CIA e a Contra nicaraguense (Insight Crime, 2021). Porém, a constituição de gangues urbanas é um fenômeno posterior. Como observam dois marginais no filme “Invasión” de Abner Benaim, o que era briga de facas se transformou, depois da invasão, em disputas entre bandos com armas de fogo.

Mas o crime não se limita às periferias e também circula entre os arranha-céus espelhados na orla da capital. Antes da invasão e de Noriega, a constituição do centro bancário internacional impulsionou o lugar do Panamá como *hub* de atividades ilícitas, inclusive o narcotráfico. E estas redes delitivas atravessavam a elite panamenha, inclusive o novo governo. O vice-presidente Guillermo Ford e seu irmão Henry estavam envolvidos em lavagem de dinheiro, enquanto o próprio presidente Endara dirigiu o Banco Interoceânico do Panamá, notoriamente usado por traficantes de Medellín. Além disso, denúncias revelaram que o presidente e seu sócio Hernán Delgado ajudaram dois notórios traficantes de Miami a lavar lucros do tráfico (Murillo, 1995, p. 838). Como disse o jornalista Miguel Antonio Bernal (2009), os Estados Unidos levaram Ali Babá mas deixaram os 40 ladrões.

Esta realidade colocava um impasse. A elite resistia em modificar as leis de segredo bancário, uma vez que a lavagem de dinheiro se convertera em uma das principais indústrias do país. No entanto, a reconstrução necessária se apoiava na promessa de dinheiro do governo Bush, e o congresso estadunidense exigia maior transparência do setor bancário para aprová-las. Especificamente, impunha-se a assinatura de um abrangente Tratado de Assistência Legal Mutua, facultando desde a investigação de pessoas e contas no Panamá por tribunais estadunidenses, até o patrulhamento do mar territorial panamenho pela marina deste país (Panama Files, 2019; American Embassy, 1990). O tratado sacrificava a soberania no altar da economia, que estava em frangalhos. Durante vinte meses de sanções, o PIB panamenho caiu 28% (20% em 1988 e 8% no ano seguinte). A demora na aprovação dos fundos levou Endara, um homem particularmente gordo, a empreender uma controversa greve de fome interrompida quando Bush renovou a solicitação de U\$ 500 milhões para o país junto ao Congresso. Enquanto isso, o FMI dava um mês para o Panamá recomeçar a pagar sua dívida, sob risco de ser expulso da entidade (Murillo, 1995, p. 856).

Mais do que uma ingerência disfarçada de transparência financeira, os Estados Unidos e as instituições financeiras multilaterais exigiam a implementação de reformas neoliberais. Algumas semanas depois da solicitação de Bush, foi sinalizado que o Panamá receberia U\$ 420 milhões, mas não de uma vez. Inicialmente acessaria U\$ 244 milhões, dos quais U\$ 130 milhões seriam destinados para pagar credores em Nova Iorque, e os demais U\$ 114 milhões investidos na reconstrução do país. Adicionalmente, 84 milhões estavam condicionados à adesão ao “Tratado de Assistência Legal Mútua”, que aconteceria em abril do ano seguinte. O restante dependia da aprovação parlamentar de medidas de austeridade impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI, que incluíam o corte de milhares de servidores públicos em um país em que o desemprego atingia 20% da população em 1989, alcançando 33% no momento mais crítico da ocupação. Os danos causados pela invasão eram estimados em U\$ 2 bilhões ou o dobro quando se adiciona o prejuízo causado pelas sanções, além da fuga de capitais (Murillo, 1995, p. 857).

Neste contexto, os Estados Unidos levaram o governo Endara a assinar em julho de 1990 um “Acordo de Doação”, marco da inflexão neoliberal no Panamá. Segundo o acordo, o país se comprometia a implementar um severo ajuste

econômico incluindo a redução da folha de pagamento do Estado, a privatização de empresas públicas (nomeando as primeiras alvejadas), a redução de tarifas de importação, o fim dos controles de preços e uma nova reforma trabalhista. Até aquele momento, nem um dólar tinha chegado ao país. Meses depois, os compromissos neoliberais foram apresentados como uma estratégia do governo com o nome de “Plano Ford: uma estratégia nacional para o desenvolvimento e a modernização da economia”. A falta de legitimidade de Endara e a situação crítica do país exigiram postergar alguns destes compromissos para o governo seguinte de Ernesto Balladares (1994-99), sobretudo as privatizações. Em um primeiro momento o ajuste foi limitado e priorizou-se o pagamento da dívida, mas o norte estava dado (Beluche, 2001).

Retrospectivamente, o maior feito do governo Endara foi político. Apesar da legitimidade duvidosa de um presidente juramentado pela ocupação estrangeira, o poder militar, econômico e ideológico da aliança com os invasores se impôs. Limitado por sua impopularidade e falta de credibilidade, o primeiro governo pós-invasão não fez o que quis. No entanto, assentou sobre os escombros de uma ditadura impopular, as balizas da ordem que segue vigente. A sobrevivência de um governo contestado neste contexto crítico foi um logro político fundamental para a normalização que viria.

No final daquele mesmo ano, um pacote de reformas constitucionais que incluía a abolição perpétua do exército foi submetida ao voto popular. A proposta governista foi derrotada por 64% dos votos contra 32%, embora 60% dos eleitores se abstivessem. O resultado foi interpretado como um rechaço a Endara e uma vitória do PRD, que liderava a oposição. Paradoxalmente, na medida em que se evidenciou o desgaste do governo, o partido de origem torrijista moderou sua conduta, abandonando a posição inicial que exigia a renúncia de Endara e a antecipação das eleições (Gandásegui Hijo, 2017). Reposicionando-se como oposição leal, o partido legitimou o presidente e o regime instituído pela invasão, enquanto canalizava o descontentamento popular com o governo, credenciando-se para sucedê-lo. Ao se acomodar à nova ordem como o polo político oposto ao arnulfismo, o PRD corroborou para estabilizar a era política que se inaugurava.

Cinco anos depois da invasão que removeu Noriega, o PRD voltou ao poder. As eleições de 1994 foram vencidas pelo financista Ernesto Pérez Balladares, que

superou por estreita margem a viúva de Arnulfo Arias, Mireya Moscoso. Chefe da campanha do candidato norieguista na fraude de 1989, Balladares teria como missão desmontar o que restava do torrijismo. O candidato eleito pelos setores populares vitimados pelo neoliberalismo, se encarregaria de aprofundar o neoliberalismo, enquanto em nome da democracia, reestabelecia-se a política oligárquica (Gandásegui, 2017, p. 13). Em sua versão civil, o PRD colaborou para a oligarquia recuperar a hegemonia perdida sob os militares. Como fração de classe, os rentistas vinculados ao centro bancário internacional, à Zona Franca de Colón, ao canal e mesmo às maquilas, retomavam a condução indisputada do país depois do parêntese torrijista. Mais do que um padrão de dominação política sob a égide neoliberal, a hegemonia oligárquica implica uma naturalização das formas sociais que emanam do trânsito interoceânico e das atividades que dele derivam - o chamado “transitismo” (Castro, 2023) -, como se o Panamá não pudesse existir de outra maneira. O fetiche do canal em um país talhado por sua causa, se renovava.

Haiti: transição sem fim

A particularidade da transição haitiana rumo a uma democracia que nunca existiu foi a vitalidade do movimento popular que corroborou para a implosão da ditadura Duvalier (1957-1986). Em um momento em que o ocaso da Guerra Fria esvaziava o esteio internacional de regimes repressivos, uma onda de resistência camponesa convergiu com redes de protesto urbano, ambas fecundadas pela atuação da Igreja católica que tinha se “criolizado” sob os Duvalier. O desalento rural se converteu em raiva diante da campanha governamental que, seguindo recomendação de agências como a United States Agency for International Development (USAID), matou dois milhões de porcos pretos para conter a febre suína entre 1981 e 1984. No meio urbano, a perspectiva do fim da ditadura foi vivida como a liberação de uma libido há muito reprimida (Saint-Armand, 2021, p. 79). Destamparam-se múltiplas possibilidades de ativismo que inflamaram as ruas a partir de 1984. Confrontada com o fim do regime, é como se a sociedade se voltasse contra o Estado.

No entanto, como em outros países da região, a ditadura caiu por cima e não por baixo. A remoção do ditador foi descrita como “um golpe de Estado de alto nível com conivência internacional” (Rolph-Trouillot, 1990, p. 226). Os primeiros anos

depois da partida de Baby Doc se caracterizaram por altos níveis de turbulência política e social, em que o exército se posicionou como um sujeito político decisivo. As eleições em novembro de 1987 foram interdidas pela violência militar, que massacrava dezenas de eleitores e suspendeu o pleito. A votação realizada pouco depois sob controle militar foi boicotada pela maioria dos candidatos e mais de 90% dos eleitores se abstiveram (Carter, 1990). O vencedor foi o reputado intelectual Leslie Manigat, que manchou sua trajetória associando-se ao neodualismo. À maneira do Panamá, onde o presidente Delvalle era a face civil de um governo comandado por Noriega, Manigat investiu seu prestígio em um governo dominado pelos militares liderados pelo general Henri Namphy. Se havia dúvidas de quem tinha a mão forte, elas foram dissipadas cinco meses depois, quando Manigat foi apeado do poder pelo exército. Só no final de 1990 houve novas eleições no país. Naquele momento o Panamá já tinha sido invadido e os sandinistas tinham entregue o governo na Nicarágua.

A esperança de mudança foi encarnada pelo padre Jean-Bertrand Aristide, que batizou seu partido como *Lavalas* (enxurrada). Influenciado pela teologia da libertação, Aristide construiu sua reputação por meio do trabalho paroquial na comunidade favelada de La Saline na capital. Tributário de uma tradição católica de falar por, para e pelos oprimidos, Aristide e o Lavalas se comunicavam com o povo em crioulo, o que era uma marca de distinção em relação às elites afrancesadas. Ao mesmo tempo, o padre manejava o léxico da esquerda latino-americana, que logo lhe abraçou. Desprezado pelos rivais, Aristide não apresentou um programa político preciso, mas foi o único dos 11 candidatos com uma posição clara contra o passado repressivo encarnado pela milícia do regime, os *Tonton Macoute*. Em um país empobrecido e devastado pela ditadura, a proposta do padre salesiano de “passar da miséria à pobreza digna” arregimentou 67% dos votos no primeiro turno no final de 1990 (Castor, 2008; Deibert, 2017; Wargny, 2008).

A vitória de Aristide foi recebida com entusiasmo no país e no exterior. A brecha aberta pelo movimento popular parecia se alargar, abrindo uma alameda de esperança. O dualismo sofrera uma derrota acachapante, e os militares não teriam voz de comando no novo governo. Fora do país, a esquerda que amargou a derrota de Lula e do sandinismo celebrava o triunfo do Lavalas, enquanto o campo liberal identificava em Aristide uma liderança capaz de conduzir a transição

democrática evitando maior derramamento de sangue, à maneira de Nelson Mandela na África do Sul. Porém, apesar do tom conciliatório e da postura moderada do novo presidente, os militares haitianos acreditaram (ou quiseram acreditar) em uma ameaça revolucionária extemporânea. Sete meses depois de empossado, Aristide foi derrubado em setembro de 1991 por um golpe militar. A reação popular foi enfrentada com uma brutalidade que parecia ultrapassada, incluindo um revival dos *Tonton Macoutes* que tomou forma como o *Front Révolutionnaire Armé pour le Progrès d'Haïti* (FRAPH). Cerca de 5 mil pessoas foram assassinadas, milhares torturadas e outras 300 mil se esconderam ou fugiram (Bellegarde-Smith, 2004). A democracia haitiana morria sem nunca ter vivido.

Invasão 1: Retornando Aristide

Depois de uma passagem por Caracas, Aristide se exilou nos Estados Unidos, o que era em si um sinal de mudança dos tempos. O fim da Guerra Fria tornava anacrônico o regime militar, uma realidade que Noriega e Pinochet foram obrigados a confrontar. Neste contexto, a tentativa de construir um duvalierismo sem Duvalier (Castor, 2008, p.27) não encontrou respaldo na potência norteamericana que liderou um embargo de consequências devastadoras para uma economia que importava quase tudo o que consumia. O Haiti se tornou dependente do contrabando da República Dominicana, a Junta Militar chafurdou no tráfico de drogas e a imigração explodiu (Wargny, 2008, p. 137): entre o final de 1991 e o início de 1992 mais de 35.000 haitianos embarcaram em direção à Florida onde, ao contrário dos cubanos, não eram recebidos como refugiados políticos.

Em função da crise migratória, a pauta haitiana ganhou premência nos Estados Unidos e Bill Clinton se comprometeu a intervir no país na campanha que o levou à presidência em 1993. Em poucos meses, a administração Clinton compeliu Aristide a negociar com a Junta Militar liderada por Raoul Cédras e vice-versa, culminando nos acordos de Governors Island prevendo o retorno de Aristide em outubro daquele ano. Mas não foi uma triangulação simples.

Documentos desclassificados revelam o investimento do governo Clinton em fazer de Aristide um aliado, no qual nunca confiaram plenamente. O paciente esforço de estabelecer uma relação de confiança exigiu diversos encontros pessoais e telefonemas do presidente Clinton. Havia uma preocupação especial em convencer

o líder haitiano a adotar uma postura de reconciliação e anistiar os militares golpistas, restringindo o jogo político à esfera institucional em detrimento da sua base popular: “O seu regresso antecipado também aumentará a nossa influência sobre ele (Aristide) se ele procurar - como é previsível - atuar à margem do constitucional e se apoiar na sua base Lavalas em vez de insistir na reconciliação, e se promover atritos com as nossas forças no Haiti após o seu regresso” (Lake, 1994). O convencimento estava assentado no apoio militar ao seu retorno e na promessa em U\$1 bilhão de ajuda internacional ao longo de cinco anos para reconstruir o país (Clinton, 1993). Por debaixo dos panos, a CIA financiava o esquadrão da morte (FRAPH) que dizimava a base popular do Lavalas.

As autoridades ianques não podiam garantir que “este personagem psicologicamente complexo e politicamente pouco fiável” não torpedeasse o processo (Lake, 1993a). Caso Aristide não mordesse a cenoura, pairavam diversas ameaças: “criticá-lo publicamente; atrasar os pagamentos das suas contas bloqueadas; desassociar-nos e, em última instância, retirar o reconhecimento do seu governo” (Lake, 1993a). O líder haitiano também foi criticado por esperar que a comunidade internacional fizesse o serviço sujo de desbancar os militares e estabilizar o país para que ele pudesse voltar, o que o enviado da ONU e da OEA Dante Caputo chamou de política da “Imaculada Conceição” (Pezzulo, 2006, p. 97). Cenários para intervir sem Aristide foram discutidos, mas não eram vantajosos: “os apoiantes de Aristide nos atacariam por abandonarmos Aristide e abraçarmos um governo ilegítimo” (Lake, 1994). O melhor caminho era “incentivar Aristide a trabalhar com a OEA, a ONU e conosco (Estados Unidos)”. Uma relação de interdependência se desenhou: “A menos que ele (Aristide) possa contar conosco, sabemos que o processo não pode ser bem-sucedido; a menos que possamos contar com a sua total cooperação, o esforço também falhará” (Lake, 1993b).

Se Aristide não era confiável, os militares haitianos se mostraram intransigentes e traiçoeiros. Os estadunidenses pretendiam convencer a junta a ceder o poder por meio de uma combinação entre ameaça militar e sanções, cujo impacto social devastador legitimaria a intervenção armada, retratada como o último recurso disponível: “precisamos tentar usar o potencial destrutivo das sanções para criar uma justificativa convincente para o uso da força, um apelo à ONU para que a força multilateral participe a intervenção ou, na sua falta, apoiar

unilateralmente (uma intervenção) dos Estados Unidos” (Lake, 1994). Outros viram esta posição com ceticismo, uma vez que a agressão colocava o regime na posição de vítima de uma agressão internacional, o que poderia fortalecê-lo.

Em outubro de 1993, quando se aproximava a data acordada em *Governors Island* para o retorno de Aristide, a marinha dos Estados Unidos despachou um navio militar que se deparou com uma manifestação no porto haitiano em que pretendia atracar. Embora os manifestantes fossem poucos e não constituíssem um desafio militar, os Estados Unidos acabavam de perder dezenas de militares na Somália e o navio recebeu ordens para retornar. O episódio foi interpretado como uma vitória para a linha dura do exército e o FRAPH, seu braço paramilitar. Na sequência, o Ministro da Justiça interino nomeado por Aristide foi assassinado e o gabinete do seu Primeiro-Ministro Robert Naval passou para a clandestinidade, enquanto Cédras anunciava que não cumpriria o acordado com o presidente no exílio (Pezzulo, 2006).

Os Estados Unidos responderam ao endurecimento do regime com um bloqueio naval, uma escalada nas sanções e uma investida diplomática visando legitimar uma invasão que, a seus olhos, parecia inevitável. O Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso de força militar para implementar as sanções, cuja adesão internacional aumentou. Na expectativa de demover os militares haitianos, o negociador do governo Clinton no Haiti elevou o tom, aludindo ao desenlace do regime Noriega no Panamá cinco anos antes: “Na verdade, conheci um grupo de caras como você no Panamá (...) Muitos deles eram caras legais, soldados que tinham os interesses de sua instituição no coração. Mas quando ainda tinham a oportunidade de influenciar os eventos, eles paralisaram. Eles bobearam e foram atropelados pelos acontecimentos. Hoje, todos esses panamenhos estão mortos ou presos. Isso é um fato. E é aí que vocês vão acabar se continuarem empacados” (Apud Pezzullo, 2006, p. 67-68).

Como a Junta Militar não se abalou, em julho de 1994 o Conselho de Segurança da ONU autorizou por meio da resolução 940 uma intervenção armada para “restaurar a democracia no Haiti”, que deveria ser sucedida por uma missão de paz. A intervenção armada só foi evitada por uma manobra diplomática de última hora liderada pelo ex-presidente Jimmy Carter. Em um momento em que aviões já se deslocavam para o Haiti, ofereceu-se aos militares golpistas uma aposentadoria

antecipada e honrosa, a promessa de suspensão imediata das sanções e a aprovação de uma lei de anistia geral. O vínculo pessoal do General Colin Powell com o General Cédras, que tinha sido aluno seu na Escola das Américas, foi instrumental na negociação. Porém, a delegação estadunidense não hesitou em recordar as operações da 82ª *Airborne Division* em Granada (1983) e no Panamá (1989) para demover os haitianos (Pezzullo, 2006).

O acordo previa a cooperação do exército e da polícia haitiana com a missão militar estadunidense que decolava. Poucos dias depois, três mil soldados desembarcaram no país. Os oficiais haitianos foram surpreendidos pela natureza e dimensão da ocupação, mas já era tarde. Cédras se exilou no Panamá do recém-empossado Balladares, que fez seu primeiro favor aos Estados Unidos. Em 15 de outubro, Jean-Bertrand Aristide voltou à presidência escoltado por 20 mil soldados movimentando cruzadores, porta-aviões, aviões de combate e helicópteros: começava a segunda ocupação militar estadunidense no Haiti no século XX.

O aparato bélico também desconcertou a população, já que o país não estava em guerra. Meses depois, a operação “Defender a Democracia” (*Uphold Democracy*) cedeu lugar para a uma missão de paz da ONU na qual participaram muitos soldados da intervenção original, além do comandante das tropas estadunidenses, que também chefiou as forças onusianas. Sob nomes de missão diversos, a presença internacional se estendeu até o final do século. Paradoxalmente, as condições do retorno de Aristide corroboraram para aprofundar a influência estrangeira que sempre criticou.

O decênio Lavalas (1994-2004): entre o incendiário e o bombeiro

Aristide foi o primeiro presidente deposto na América Latina restituído ao cargo. Mas chegar à presidência eleito por 2/3 dos votos com um mandato de mudança radical, era muito diferente de ser escoltado por tropas invasoras para reconciliar o país e sintonizá-lo com a globalização neoliberal esposada por seus patronos, que ainda descontaram os 37 meses de exílio do mandato que lhe tocava cumprir. Aristide não era o mesmo, mas o país também não. Naqueles três anos, a corrosão social do período Duvalier foi aprofundada: instituições governamentais se fecharam, a universidade sofreu intervenção e o turismo estancou. O PIB

encolheu em um quinto, 200 mil empregos se perderam e a renda *per capita* diminuiu em 30% (Gibbons; Garfield, 1999).

Apesar da situação crítica do país, a política dos invasores agravou a debilidade das instituições nacionais em lugar de reforçá-las. De um lado, a invasão estadunidense seguida pela missão onusiana abriu as portas para uma outra invasão, protagonizada por organizações não governamentais (ONGs). Embora sua presença não fosse inédita, a visibilidade internacional da situação haitiana atraiu muitas organizações que se escoraram no aparato da ocupação para se estabelecer no país. Frequentemente, a lógica de funcionamento destas organizações compete com as instituições estatais, quando não corrobora para o seu desmantelamento (Thomaz, 2010). Em lugar de reconstituir-se como nação, o Haiti estava em vias de se converter em uma “república das ONGs” (Schuller, 2017).

Por outro lado, o apoio estadunidense e das instituições financeiras multilaterais ao governo estava condicionado à liberalização dos mercados e à implementação de um programa de ajuste estrutural, segundo um acordo assinado em Paris um mês antes do retorno de Aristide. O intelectual Gerard Pierre-Charles (2020, p. 202) descreveu esta política como um “plano de choque”:

Em termos de gestão econômica, a internacionalização é acompanhada dos pacotes correspondentes, em termos de créditos, macroprojetos, mercados, contratos, modelos de crescimento, receitas de política econômica e financeira cunhada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Tudo isso, combinando a assistência internacional com incentivos a investimentos no setor privado, especialmente em maquiladoras, que devem se tornar mais competitivas em decorrência da desvalorização. Este é um plano de choque, inspirado nos modelos de ajuste estrutural (Pierre-Charles: 2020, p. 202)

O governo elevou as tarifas de energia, água e telefone, enquanto a alíquota de importação foi reduzida para 3%, em contraste com a média de 20% na República Dominicana (Étienne, 2007). Particularmente desastrosa foi a liberalização da importação do arroz, cujo imposto se reduziu de 50% para 3%. O Haiti deixou de ser autosuficiente para se tornar um dos principais importadores de arroz subsidiado, notadamente do Arkansas, estado natal de Clinton. Posteriormente, o próprio presidente reconheceu os efeitos devastadores da medida, que considerou um erro (Ninaj, 2016). A agenda antipopular não foi consensual no próprio governo Aristide.

O primeiro-ministro Smarck Michel e a ministra das finanças Marie Michéle Rey eram aliados dos Estados Unidos comprometidos com o programa de privatizações (Office, 1995), mas enfrentaram oposição interna inclusive do presidente e renunciaram um ano mais tarde. Naquele momento já se preparavam as eleições, uma vez que os 15 meses concedidos para Aristide concluir o seu mandato terminavam e as manobras para estendê-lo não tiveram sucesso.

Talvez a medida de maior consequência deste breve mandato foi o desmanche do exército. Os invasores afirmaram em inúmeras ocasiões a necessidade de reformar o sistema judiciário, profissionalizar o exército e separá-lo da polícia (Lake: 1993c). Mas a abolição do corpo armado parece ter sido uma iniciativa de Aristide baseada no precedente panamenho. Desde o primeiro momento, os ianques receavam que o colapso súbito do exército provocasse uma situação insurgente. Por este motivo, negociaram e colaboraram com as detestadas Forças Armadas para manter a ordem e evitar o cenário panamenho, onde a invasão foi seguida por uma onda de saques. E assim como no Panamá (Morales, 2019), os invasores confiscaram arquivos do exército e do FRAPH, que poderiam revelar conexões sombrias com Washington. O arquiteto deste esquadrão da morte, Emmanuel “Toto” Constant, fugiu para os Estados Unidos e revelou na televisão que foi agente da CIA entre 1991 e 1994. Toto refez a vida como corretor de imóveis no Brooklin até ser condenado à prisão por fraude no mercado imobiliário. Em 2020, foi deportado por Trump e preso no Haiti, onde seria liberado porque a justiça não localizou o processo que o condenou *in absentia* em 2001 (The Center for Justice and Accountability, 2009; Défenseus Puls, 2021).

A dissolução do exército em um contexto de corrosão social resultou em uma crescente militarização da sociedade haitiana. É como se o avesso do monopólio da violência consentida – que no Haiti nunca foi realmente monopolizada nem consentida – fosse o seu fracionamento para muitos lados. Em reação aos aparatos paramilitares neo-duvalieristas que continuavam operando, constituíram-se estruturas de autodefesa em bairros populares simpatizantes do Lavalas (The Global Initiative, 2022, p. 5). A aproximação entre organizações comunitárias e o movimento associado ao presidente foi complexa, sendo motivada por uma confluência entre a busca por proteção, interesses econômicos e identidade política. Aristide por sua vez, alimentou esta aliança com o “gueto”, fazendo de bairros

favelados como aquele em que serviu como pároco em Porto Príncipe, a sua base preferencial.

Espaço nuclear da sociabilidade periférica, as bases (*baz* em crioulo) se dedicam às atividades descritas pelos moradores como “política” (relação com o Estado), “desenvolvimento” (projetos do governo ou de ONGs), “cultura” (festas e performances) e “violência” (crime, autodefesa e controle do território) (Braun, 2014, p. 160). No início dos anos 1990 as bases não se caracterizavam por vínculos com atividades delitivas e o armamento que manejavam ainda era precário. Porém, de modo análogo ao que aconteceu em El Salvador, a deportação de marginais haitianos dos Estados Unidos naquela década trouxe consigo uma cultura “gangster” (Braun, 2014, p. 245). Embora o negócio principal das bases nunca tenha sido a droga, a pobreza faz com que a concorrência por oportunidades de acessar dinheiro e trabalho tendam à violência. Por este prisma, as bases podem ser vistas como uma forma de organização da concorrência comunitária na luta por escassas oportunidades de acessar dinheiro originado de projetos junto à cooperação internacional e ao Estado. Evidentemente, trata-se de uma dinâmica violenta e não por acaso, a atuação das bases envolve uma dimensão armada que explode ocasionalmente em conflitos territoriais.

Foi navegando nestes meandros que Aristide renovou sua aliança com setores populares. Porém, a política do líder lavalassiano distanciou-se de um projeto de mudança social para abraçar ambições caudilhescas, arriscando a reincidir traços de um autoritarismo populista que teve na ditadura Duvalier sua encarnação mais recente. Neste quadro, o movimento Lavalas cindiu-se. O ex-presidente criou um novo partido, o *Fanmi Lavalas* (“Família Lavalas”), e deixou definitivamente o sacerdócio. Aristide não conseguiu prolongar o seu curto mandato, mas elegeu como sucessor René Preval (1995-2000), que tinha sido primeiro-ministro do seu governo em 1991.

Aristide chamava Préval de irmão gêmeo, uma figura que tem um estatuto sagrado no vodou (Wilentz, 2017). Gêmeos, mas não por semelhança: estas figuras de temperamento oposto se complementaram na política haitiana pós invasão. Alternando-se no poder, cada um presidiu o país duas vezes. Préval foi o primeiro presidente haitiano eleito a completar o mandato na história, e isso aconteceu duas vezes: em 2000 e 2010. Já Aristide voltou a ser derrubado em 2004. Préval deveu

sua primeira eleição em 1995 ao prestígio da Família Lavalas e do seu líder, que cedeu a presidência contrariado. Este primeiro mandato foi marcado por reformas estruturais e privatizações, além de disputas intestinas que paralisaram o governo. Mas quando se reelegeu em um país novamente ocupado em 2006, Préval se afirmara como uma liderança moderada e confiável para as potências internacionais. Em outras palavras, o contrário de Aristide. E, no entanto, seu prestígio continuava ligado ao seu duplo, ainda que de modo inverso: como disse o diplomata Ricardo Seitenfuss (2024), Aristide era o incendiário e Préval, o bombeiro (informação verbal)⁶.

O país ameaçou pegar fogo na última presidência de Aristide (2001-2004). As eleições de 2000 foram boicotadas por uma oposição apoiada pelo republicanismo estadunidense, e a acusação de fraude nas eleições parlamentares foi endossada por Clinton, que suspendeu a ajuda externa. Aristide tinha caído em desgraça com seu patrono imperial, mas não foi pela esquerda. No plano macroeconômico, a década de domínio do Lavalas (1994-2004) nunca desafiou a agenda do ajuste estrutural e se Aristide questionou as privatizações sob Préval, nunca considerou revertê-las. A abertura comercial e financeira facilitou a inserção em circuitos internacionais mercantis e financeiros de uma economia que produzia cada vez menos aquilo que consumia, dependendo da ajuda internacional, de remessas e de tráficos diversos (Rosny Smart, 2008, p. 30).

Potencialmente explosivo foi o caminho pelo qual Aristide renovou os vínculos de lealdade com setores populares. Enquanto o líder lavassaliano derivava para um projeto de poder pessoal, a crise multidimensional acuava os guetos, que recorreram a estratégias de sobrevivência em que Aristide foi identificado como um aliado. No cruzamento entre um líder em busca de uma base popular e de bases em busca de aliados no poder, engendraram-se vínculos que tendiam a se descolar da adesão ideológica a um projeto societário. Em uma realidade em que o potencial redistributivo do Estado é extremamente limitado, as bases estabeleciam vínculos obscuros com o governo, facilitando uma espécie de redistribuição forçada e violenta de riqueza, recorrendo a extorsões e sequestros. O caudilho popular pretendeu fazer do movimento social que lhe apoiava um instrumento de disputa política e repressão, ao mesmo tempo em que seu governo reproduzia os abusos de poder, o clientelismo e o autoritarismo característico de regimes anteriores

(Hurbon, 2001). Muitos que apoiaram o primeiro governo Aristide, agora estavam na oposição (Concertation pour Haiti, 2004).

Entre dissidências e grupos armados pela oposição, o governo se deparou com uma série de levantes comprometendo o controle do território. Focos armados proliferaram na fronteira com a República Dominicana e o *Front de Resistance de l'Artibonite* armado por ex-militares na região de Gonaives ameaçava marchar até a capital, enquanto Colin Powell agora pressionava o presidente a renunciar.

No bicentenário da revolução em 2004, o Haiti foi invadido novamente pelos Estados Unidos. Como dez anos antes, a defesa dos direitos humanos e da democracia situava o direito de intervenção no terreno moral, referido a valores universais que comandavam aprovação internacional - desta vez, contra Aristide. Na prática, a intervenção se tornara um direito apropriado pelos fortes (Wallerstein, 2007), que reciclavam a ideologia da missão civilizatória com a roupagem da democracia e dos direitos humanos escorada no complexo militar-humanitário que se instaurou à sombra da Minustah.

Reflexões finais

Panamá e Haiti sofreram as duas últimas invasões estadunidenses no continente americano no século XX. Na medida em que se virava a página da Guerra Fria, a violência imperial mudava de direção. Em lugar de sustentar ditaduras escoradas em militares como os Duvalier no Haiti e se aliar a personagens como Manuel Noriega no Panamá, a potência norte-americana empregou a força para demover regimes militares e instaurar governos eleitos. Esta operação teve impacto e consequências muito diferentes em cada um dos países.

No Panamá, a intervenção mobilizou 25 mil tropas que invadiram o país a partir da zona do Canal e de outros lugares visando submeter o exército e capturar Manuel Noriega. Apesar do seu caráter antidemocrático, o regime tinha apoio de setores populares que se armaram nos Batalhões da Dignidade, alguns dos quais enfrentaram os invasores. O resultado foi uma invasão extremamente violenta que causou um número indeterminado de mortes e arrasou partes da capital, notadamente o bairro popular de El Chorrillo. A invasão de 1989 configurou-se como um evento traumático e de modo comparável ao que se observa em relação às ditaduras do Cone Sul, setores da sociedade panamenha se mobilizam em busca de

reconhecimento e reparação, ao mesmo tempo em que se empenham para que a invasão e os seus mortos não sejam esquecidos. Por outro lado, a política dominante milita para invisibilizar a invasão que estabeleceu as condições da sua hegemonia. Como sugeriu Rolph-Trouillot (1995) em outro contexto, silêncios precisam ser ativamente construídos. No limite, o *establishment* panamenho replica a narrativa dos invasores que retratam a agressão como uma libertação, o que é uma forma velada de reconhecer a sua dívida de sangue⁷.

No caso haitiano, testemunhos relatam que o precedente panamenho foi evocado de maneira explícita em negociações de última hora para convencer os militares a deixar o poder e evitar derramamento de sangue. Ainda assim, 20 mil tropas invadiram um país em que o exército estava rendido e não havia uma guerra civil: no Haiti, explicitou-se a dimensão espetacular das intervenções. Diferente do Panamá, a invasão de 1994 não se configurou como um trauma coletivo que originou esforços de memorialização comparáveis. É provável que o seu impacto tenha se diluído à luz do que veio depois, em particular da violência associada à invasão de 2004. Na realidade, em 1994 a violência política precedeu a invasão. Enquanto condenavam o golpe contra Aristide e implementavam um bloqueio econômico similar ao que acometeu o Panamá, os Estados Unidos apoiavam por meio da CIA a repressão aos partidários do Lavalas perpetrada pela FRAPH. No Haiti, a invasão de 1994 foi precedida e sucedida por maior violência, enquanto no Panamá a violência concentrou-se em torno da invasão.

O contraste de forma e extensão da violência pode ser visto como um sintoma da eficácia da invasão como dispositivo geopolítico disciplinador. Em ambos os casos, a invasão teve sucesso no seu objetivo declarado de derrubar o regime vigente e empossar presidentes eleitos. Com o fim da Guerra Fria, a democracia se tornara uma senha modernizadora. Porém, a democracia que se institui pela força (Hippel, 2003) devia corresponder à visão de mundo da potência norte americana que a sustentava, sendo funcional aos seus interesses. Cabia aos governos instituídos remodelar as relações sociais e a atuação estatal segundo os parâmetros do ajuste estrutural neoliberal e da liberalização econômica global. Deste ponto de vista, as invasões operaram como dispositivos de choque que facilitaram um reordenamento econômico, social e político abrangente, em sintonia com o neoliberalismo e a globalização. O resultado contrastante deste reordenamento remete a múltiplos

fatores relacionados à especificidade histórica de cada país. No entanto, a eficácia das invasões do ponto de vista de quem as engendrou também diz respeito às situações políticas diferentes, bem como às possibilidades de inserção de cada país em uma economia globalizada.

Documentos desclassificados revelam que George Bush cultivou uma relação de parceria com Guillermo Endara desde antes da invasão, e essa cumplicidade continuou quando o panamenho se tornou presidente. As diferenças entre os governos se restringiram ao tempo e ao ritmo dos compromissos assumidos. Enquanto o governo Endara ansiava por uma ajuda financeira mais ágil e volumosa, o governo estadunidense e as instituições financeiras multilaterais pressionavam por privatizações e cortes. A convergência entre o interesse dos Estados Unidos e o governo panamenho nunca esteve em questão. Do ponto de vista da estabilidade política, a corrente potencialmente crítica da invasão e que reivindicava o passado torrijista se repaginou como o outro polo da gestão da ordem que se desenhava. Esta gestão foi facilitada pelo acelerado crescimento econômico que acompanhou a inserção relativamente exitosa do Panamá na globalização. A alternância política na prosperidade econômica assegurou continuidade e estabilidade à ordem fundada pela invasão, configurando uma nova hegemonia.

Diferente de Endara, Aristide nunca gozou da confiança do *establishment*. Suas origens políticas remetem à teologia da libertação e à crítica à ditadura, o que o aparentava com a esquerda. Paradoxalmente, a popularidade era seu principal ativo aos olhos da potência norte-americana porque legitimava uma intervenção urgida pela crise migratória, mas que foi apresentada como um imperativo moral. Daí a ambiguidade estadunidense: enquanto a diplomacia aliciava Aristide, a CIA municiaava o FRAPH. Os Estados Unidos precisavam do presidente, mas não da política que ele encarnava aos olhos da sua base popular. Como consequência, embora a invasão do Haiti não fosse sangrenta como a do Panamá, a ocupação que seguiu foi incapaz de produzir uma estabilidade comparável. Face à desconfiança dos invasores, Aristide teve apenas alguns meses para completar o seu mandato, durante os quais desmantelou o exército como no Panamá, mas com consequências muito distintas.

Apesar das diferenças entre os países, o decênio de governos do Famni Lavalas também implementou a agenda do ajuste estrutural e a liberalização

econômica. Mas o Haiti não dispunha dos diferenciais competitivos do Panamá no mundo globalizado. A convergência entre neoliberalismo e globalização agravou a situação da população rural, minando as reservas de vida comunitária que remetem à tradição revolucionária contra a plantation (Casimir, 2020). A precariedade da infraestrutura e a instabilidade social desfavoreceram o turismo, via caribenha por excelência de inserção na globalização e que vingou na vizinha República Dominicana. É certo que cruzeiros não deixaram de atracar em Labadie (*Labadee* segundo a *Royal Caribbean*) nem com o terremoto em 2010, mas seu peso na economia é irrisório (informação verbal)⁸. Tampouco as maquiladoras frearam a corrosão social e a economia depende cada vez mais das remessas de quem emigra. Em uma realidade em que escasseia o trabalho, a reprodução social se tornou cada vez mais violenta e as fronteiras entre economia legal e delitiva se borraram, como na América Central. A particularidade do Haiti foi a sua conversão em alvo preferencial de organizações não-governamentais internacionais que só podem servir como paliativo ao desamparo produzido pela globalização neoliberal.

Neste quadro, em lugar de se tornar uma força estabilizadora, a política de Aristide se metamorfoseou em consonância com a corrosão violenta do país. Sua popularidade se divorciou da missão civilizatória de roupagem democrática daqueles que lhe restituíram à presidência e este papel foi assumido por seu duplo René Préval quando o presidente foi deposto pela segunda vez em 2004. Naquelas alturas, a violência se descolava da política para se misturar com as exigências cotidianas de reprodução da vida. O dispositivo militar humanitário sustentado pela Minustah conteve a corrosão violenta enquanto durou e a cooperação internacional intensificou sua presença depois do terremoto de 2010. Porém, a convergência entre o fim da Minustah em 2017, a redução da cooperação internacional, o fim da Petrocaribe e a queda das remessas no contexto da pandemia resultou em uma aceleração da crise que desde então, só se agravou⁹.

A comparação entre os desdobramentos das invasões estadunidenses no Panamá e no Haiti sugere políticas semelhantes, mas com consequências distintas. Não afirmamos que as invasões foram provocadas pelo ensejo de sintonizar estes países com a globalização neoliberal, mas sim, que esta agenda orientou os governos que então se instalaram. Os resultados díspares remetem a múltiplos fatores, alguns dos quais são discutidos neste texto. Sugere-se que o destino contrastante não pode

ser explicado somente pelas invasões, com suas semelhanças e diferenças, mas remete às possibilidades – ou impossibilidades - de inserção na globalização. Enquanto o Panamá se beneficiou do crescimento dos setores associadas à economia transitista, o que em última instância remete à sua situação geográfica particular, as turbulências vividas pelo Haiti dificultaram que o país engrenasse de modo substantivo nos negócios abertos à América Central e ao Caribe, com todas as suas contradições. Se o PIB do país cresceu depois do terremoto em 2010 foi por causa da cooperação internacional, que ensaiou fazer do país uma república das ONGs (informação verbal)¹⁰.

Sem ter como se valorizar no mundo globalizado, o Haiti se afigura como um posto avançado da corrosão social que atravessa o subcontinente. Expulsos pela falta de oportunidades ou pela violência criminosas, muitos haitianos emigram em um mundo que lhes fecha as fronteiras. Sem poder ficar, mas sem poder ir, compartilham a sorte de milhões de centroamericanos em busca de um lugar em um mundo onde parecem não ter lugar. Visto por este ângulo, o contraste entre Panamá e Haiti sugere que o êxito relativo do reordenamento produzido pela invasão no Panamá é excepcional como a própria condição do canal. A globalização replica na esfera internacional a lógica concorrencial e excludente da sociabilidade neoliberal. Deste ponto de vista, o destino do Haiti aparece como a regra, e o Panamá como a exceção.

Referências

ADMINISTRATION'S VIEW. "**Post-invasion Panama**. The status of democracy and the civilian casualties controversy". 30 Jul 1991. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NU7mwvCsZndq5PqGes4q2Wg-C6szVUBo/view>. Acesso em: 23 mar. 2025.

AMERICAN EMBASSY in Panama to State Department. 'Economy Recovery. Discussion with World Bank'. *Panama Files, Set 1990*.

ARAÚZ, Celestino. Estudio historiográfico sobre las interpretaciones en torno a la separación de Panamá de Colombia en 1903. En libro: **Revista Tareas**, n. 117, mayo-agosto. CELA, Centro de Estudios Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá. 2004. p. 63-96.

ARAÚZ, Celestino; PIZZURNO, Patricia. **Estudios sobre el Panamá republicano: 1903-1989**. Panamá: Manfer: 1996.

BANCO MUNDIAL. **Datos**. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/>. Acesso em 31 jan. 2025.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. **Haiti**. La ciudadela vulnerada. La Habana: Editorial Oriente, 2004.

BELUCHE, Olmedo. **Diez años de luchas políticas y sociales en Panamá: 1980-1990**. Panamá: Articsa, 2001.

BELUCHE, Olmedo. **La verdad sobre la invasión**. Panamá: Manfer, 2004.

BERNAL, Miguel Antonio. 'Un rebelde con causa'. Entrevista. **La Estrella de Panamá** 5 Jul 2009. Disponível em: <https://www.laestrella.com.pa/vida-y-cultura/cultura/causa-rebelde>. Acesso em 25 mar. 2025.

BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe**. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BUSHNELL, John. Telegram, 'Panamanians Hope for a Successful Coup: Noriega Plans for a New Year in Power', 13 Dec. 1989, **Wikileaks**. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/89PANAMA8545_a.html. Acesso em 20 mar 2025.

CARTER, Jimmy. "Haiti's Election Needs Help". **The Carter Center**, 30 Set 1990. Disponível em: <https://www.cartercenter.org/news/documents/doc1379.html>. Acesso em 20 abr. 2025.

CASIMIR, Jean. **The Haitians: A Decolonial History**. University of North Carolina Press: 2020.

CASTOR, Suzy. "La transición haitiana: entre los peligros y la esperanza". Em: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Debates. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Año VIII, n. 23, 2008.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine d'Haiti**. Port-au-Prince: CRESFED, 1988.

CASTRO, Guillermo. 'Transitismo en autofagia'. **IELA**, setembro de 2023. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/panama-transitismo-en-autofagia/>. Acesso em 20 mar 2025.

CIA (Central Intelligence Agency). **The World Fact Book**. 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em 31 mar. 2025.

CLINTON, Bill. Meeting with president Aristide. March 16, 1993, 4:00 - 5:00pm EST COMISIÓN de la Verdad. **Informe de la comisión de la verdad**. Panamá, 2002.

CONCERTATION POUR HAÏTI. **Pour quoi doit-il Aristide partir? Recommandations de la Concertation pour Haïti au gouvernement canadien**.

fev. 2004. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1166>. Acesso 25 abr. 2025.

CRAMER, Jane Kellet, “Just Cause” or Just Politics: US Panama Invasion and Standardizing Qualitative Tests for Diversionary War’, **Armed Forces and Society**, xxxii, jan. 2006, 178–201.

D’HAESELEER, B. “Paving the Way for Baghdad: The US Invasion of Panama, 1989”. **The International History Review**, 41(6), 2008, p. 1194–1215.

DÉFENSEURS PLUS. “**Rapport alternatif de Défenseurs Plus sur la mise en œuvre du Pacte International relatif aux Droits Civils et Politiques suite au rapport additif de l’État haïtien em 2020**” Janvier 2021. Disponível em: https://ccprcentre.org/files/documents/INT_CCPR_CSS_HTI_44584_F.pdf. Acesso em 20 mai. 2025.

DEIBERT, Michael. **Haiti will not perish**. A recent history. London: Zed Books, 2017.

DINGES, John. **Our man in Panama**. New York: Random House, 1990.

DUBOIS, Laurent. **Les vengeurs du nouveau monde**. Histoire de la révolution haïtienne. Port-au-Prince: Les Éditions de l’Université d’État d’Haïti, 2009.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L’énigme haïtienne**. Presses de l’Université de Montréal, 2007.

FISHEL, John. **The fog of peace**: planning and executing the reconstruction of Panama. Strategic Studies. U.S. Army College, 1992.

GANDÁSEGUI HIJO. Marco A. “Dinámica electoral en Panamá de la pos-invasión”. **Tareas** [en línea]. 2017, (157), 5-25 Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=535054292001>. Acesso em 25 mar. 2025.

GANDÁSEGUI HIJO. Marco A. **La democracia en Panamá**. México: Universidad Autónoma Mexicana, 1989.

GIBBONS, E; GARFIELD, R. “The impact of Economic Sanctions on health and Human Rights in Haiti 1991–1994. **American Journal of Public Health**. Oct.1999.

GRANDIN, Greg. ‘How the US Created a “Little Hiroshima” in Central America’, **The Nation**, 22 dec. 2014.

HAAS, Richard. **Intervention**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1994.

HIPPEL, Karen von. **Democracia pela força**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

HURBON, Laënnec. **Pour une sociologie d'Haïti au XXIe siècle**. La démocratie introuvable, Paris, Karthala, 2001.

INFORME No. 121/18. Caso 10573. Informe de Fondo, caso 10573. **Jose Isabel Salas Galindo y otros contra Estados Unidos**. Panamá: Universidad de Panamá: 2019.

INSIGHT CRIME. '**Panama Profile**'. 24 Mar 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/panama-organized-crime-news/panama/>. Acesso em 27 mar. 2025.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**. The rise of disaster capitalism. Knopf, 2007.

LAKE, Anthony. The White House, Washington. **Meeting with president Jean-Bertrand Aristide**. March 15, 1993.

LAKE, Anthony. **Haiti: Refining the Option Involving Possible Use of Force**. 12 April 1994.

LAKE, Anthony. The White House, Washington. **Meeting with president Jean-Bertrand Aristide**. March 15, 1993b.

LAKE, Anthony. **The Role of the UN and OAS** March 15 1993c.

LAKE, Anthony. **Memorandum for the president**, 12 Mar 1993a.

MANDULEY, Julio; VALENZUELA Feijóo, José. **Panamá: estructura-conyuntura. Conflicto, clases y política**. Panamá: CEE, 2009.

McCALL, Noris Lyn 'Assessing the Role of Air Power' in Peter Tsouras and Bruce Watson (ed) **Operation Just Cause the US Intervention in Panama**. Boulder, CO: Westview Press, 1991, p. 115-22, 118.

MEMORANDUM. **Telephone Conversation with Guillermo Endara, President-elect of Panama**. 14 Mar 1990. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1m_s4lh6ovtBYutf74EAq-9wQj4CTkGKB/view. Acesso em 20 mar 2025.

MEMORANDUM. **Telephone Conversation with Guillermo Endara, President-elect of Panama**. 7 Jun 1989. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k1G0mVtEk-0u5_TwGUyZWDXLJlpPfDo/view. Acesso em 20 mar. 2025.

MORALES, Eliana. "Noriega files: la pelea por los archivos de inteligencia". **Concolón**: 16 Dez 2019. Disponível em: <https://panamafiles.revistaconcolon.com/noriega-files-la-pelea-por-los-archivos-de->. Acesso em 20 abr. 2025.

MURILLO, Luis. **The Noriega mess. The drugs, the Canal, and why America invaded**. Berkeley: Videobooks, 1995.

NINAJ, Raoul. "Bill Clinton's Trade Policies Destroyed Haitian Rice Farming, Now Haiti Faces Post-Hurricane Famine". **Democracy now**, 11 Out 2016. Disponível em: https://www.democracynow.org/2016/10/11/bill_clinton_s_trade_policies_destroyed. Acesso em 20 abr. 2025.

OFFICE of the Vice-President. **Meeting with Haitian Prime Minister Michel and Finance Minister Rey**. Washington, Set 1995.

PANAMA FILES. "Los papeles de la Invasión de los Estados Unidos a Panamá" **Revista Concolón**. 16 Dez 2019. Disponível em: <https://panamafiles.revistaconcolon.com/los-papeles-de-la-invasion-de-los-estados-unidos-a-panama/>. Acesso em 23 mar. 2025.

PEZZULLO, Ralph. **Plunging into Haiti: Clinton, Aristide, and the Defeat of Diplomacy**. University Press of Mississippi, 2006.

PFEIFFER, Bryan, "Former CIA Director Turner: 'Panama invasion a mistake'". **Barre Times-Argus**, 3 Fev 1989.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **Haiti. Pese a todo, la utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2020.

ROBINSON, William I. **Conflictos transnacionales: Centroamérica, cambio social y globalización**. San Salvador: UCA Editores, 2011.

ROLPH-TROUILLOT, Michel. **Silencing the past**. Boston: Beacon Press, 1995.

ROLPH-TROUILLOT, Michel. **State against nation**. The origins and legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.

SMART, Rosny. "Las desventuras de la democracia en Haiti". Em: Observatorio Social de América Latina (OSAL). Debates. **La construcción democrática en Haití y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.

SAINT-ARMAND, Géraldo. **Politiques de l'insécurité**. Une anthropologie narrative du regime d'existence institué en Haïti. Éditions Étoile Polaire, 2021.

SANTA FE 2. Francis Bouchey, Roger Fontaine, David C. Jordan y Lt. general Gordon Summer, "Una Estrategia para América Latina en los 90: Informe Santa Fe II", **Colombia Internacional** [En línea]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/colombiaint/26523>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Schuller, Mark. "Haiti's 'Republic of NGOs.'" **Current History**, v. 116, n. 787, p. 68–73, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48614231>. Acesso em 23 mar. 2025.

SMART, Rosny. "Las desventuras de la democracia en Haiti". Em: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Debates. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.

SOL, Laura; BUDASOFF, Eliezer. “Perdone que le llame a esta hora. Nos desplegamos en Panamá”: así explicó Bush la invasión a los líderes de América Latina. **Concolón**, 2019. Disponível em: <https://revistaconcolon.com/investigacion/perdone-que-le-llame-a-esta-hora-nos-desplegamos-en-panama-asi-explico-bush-la-invasion-a-los-lideres-de-america-latina/>. Acesso em 23 mar. 2025.

SOLER, Ricaurte. **Panamá**. Historia de una crisis. México: Siglo XXI, 1989.

SOLER, Ricaurte. ‘Nación y oligarquía (1925-1975)’. Em: González Casanova, Pablo. **América Latina: historia de medio siglo**. México: Siglo XXI, 1984.

THE CENTER FOR JUSTICE AND ACCOUNTABILITY, 2009. **Emmanuel Toto Constant. Perfil**. Disponível em: <https://cja.org/francais/nos-affaires/laffaire-emmanuel-toto-constant/profil-demmanuel-toto-constant/>. Acesso em 20 mai. 2025.

THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. **Gangs of Haiti**. Expansion, power and an escalating crisis. Genève, 2022.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o *Lougawou*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100002>. Acesso em 31 mar. 2025.

UNITED NATIONS. **Conferencias: Países menos adelantados**. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/es/conferences/least-developed-countries>. Acesso em: 31 mar. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report** (2021). New York: UNDP, 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARGNY, Christophe. **Haïti n'existe pas**. Paris: Éditions Autrement, 2008.

WILENTZ, Amy. « René Préval: The Unassuming President Who Wanted to Save Haiti ». **Politico Magazine**. 28 Dec 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/12/28/rene-preval-obituary-216191/>. Acesso em 20 abr. 2025.

WOODWARD, Bob. **The Commanders**. New York: Simon & Schuster, 1991.

Recebido: 20/05/2025
Aprovado: 27/10/2025

MODELOS Y DESVÍOS: EL ECO DEL FASCISMO ITALIANO EN ESPAÑA Y GRAN BRETAÑA

MODELS AND DEVIATIONS: THE ECHO OF ITALIAN FASCISM IN SPAIN AND GREAT BRITAIN

Stefano Simini*
Universidade de Lisboa

Resumen: El artículo “Modelos y desvíos: el eco del fascismo italiano en España y Gran Bretaña” propone un análisis comparativo entre la Falange Española, la British Union of Fascists (BUF) y el fascismo italiano de Benito Mussolini, con el propósito de comprender cómo el modelo político e ideológico italiano fue apropiado, reinterpretado y transformado en contextos nacionales diversos. A partir de un enfoque historiográfico y comparativo, el estudio examina las convergencias y divergencias doctrinales, estructurales y simbólicas que caracterizaron la recepción del fascismo en ambos países.
Palabras clave: Falange Española; Union Británica de los Fascistas; Fascismo Italiano.

Abstract: The article “Models and Deviations: The Echo of Italian Fascism in Spain and Great Britain” offers a comparative analysis of Spanish Falangism, the British Union of Fascists (BUF), and Mussolini’s Italian Fascism, aiming to understand how the Italian political and ideological model was appropriated, reinterpreted, and reshaped across different national contexts. Using a historiographical and comparative framework, the study examines the doctrinal, structural, and symbolic convergences and divergences that marked the reception of fascism in both Spain and Britain.

Keywords: Spanish Falange; British Union of Fascists; Italian Fascism.

Introducción

El fascismo ha sido un tema ampliamente investigado en el marco de las historias nacionales. Al margen de los estudios que incluyen un análisis detallado sobre las experiencias políticas de los fascismos a nivel nacional, las investigaciones que proponen un estudio sistemático comparativo sobre los movimientos fascistas no han sido tan numerosas. Los contactos transnacionales, las interacciones económicas, simbólicas e ideológicas entre los varios movimientos fascistas pueden ofrecer una nueva perspectiva histórica (Bauerkämper y Rossolinsky-Liebe, 2017, p. 1-2).

Roger Griffin evidenció que Italia tuvo un papel fundamental en el ascenso de la ideología fascista a nivel europeo, porque fue el primer país en situar el fascismo en el mapa geopolítico continental como un movimiento y un concepto genérico. Además, Griffin (2015, p.105) subrayó que el fascismo italiano representó el primer intento de establecer una forma de gobierno alternativa al sistema liberal-democrático y al comunismo, en el que los nuevos preceptos se fundaban en el “poder regenerativo del nacionalismo orgánico” y en el poder carismático del líder fascista. De esta manera, Ismael Saz (1993, p. 192) señaló que “el fascismo constituyó en el periodo de entreguerras un punto de referencia inexcusable”.

Después de la Marcha sobre Roma, el fascismo italiano tuvo un impacto político en los otros movimientos fascistas europeos. En efecto, el “fascismo” no llegó a ser el nombre de la ideología política asociada a los fascistas italianos, sino que se transformó en un ideal inspirador global para muchos movimientos políticos europeos (y en otras partes del mundo más allá de Europa²), aunque no incluyesen el adjetivo “fascista” en sus denominaciones partidarias, como en el caso del nacionalsocialismo alemán, la Falange Española, la organización de los nacionalistas ucranianos o el partido Ustacha en Croacia (Bauerkämper y Rossolinsky-Liebe, 2017, p. 2-3).³ El análisis del presente artículo proporciona, una comprensión más matizada del fenómeno fascista europeo en su diversidad, más allá de los paradigmas hegemónicos planteados por la experiencia italiana o alemana.

Como afirmó Marc Bloch (1963, p. 15-50), la verdad solo puede ser alcanzada mediante la comparación de dos series de naturaleza análoga tomadas de medios sociales distintos. Es decir, solo a través del método comparativo se pueden revelar regularidades, diferencias o matices ajenos a paradigmas ya establecidos⁴ y, así, es posible comprender

el significado de una ausencia determinada (Burke, 2005) y el esclarecimiento de lógicas de desarrollo mediante el contraste de realidades distintas. De esta manera, no es solo relevante para la historia evaluar cuánto se ha desviado un fenómeno de un determinado modelo conceptual, sino que es relevante “identificar en la diversidad y heterogeneidad de lo real las especificidades y diferencias, la conformación estructural de cada organización en sus diferentes dimensiones” (Bonaudo, Reguera y Zeberio, 2008, p. 9) para, así, comprender el funcionamiento del todo social.

Este artículo tiene como objetivo principal proporcionar un análisis comparativo de la distinta relación que desarrollaron, por un lado, la British Union of Fascists (BUF), fundada en 1932 por Oswald Mosley en el Reino Unido, y, por otro, la Falange Española, fundada en Madrid en 1933 por José Antonio Primo de Rivera— con respecto al fascismo italiano, paradigma originario del fenómeno. La elección de los casos políticos de Falange Española (FE) y de la BUF no es casual. Aunque Gran Bretaña y España fueron dos naciones estructuralmente diferentes en el proceso de aparición y desarrollo de ambos movimientos fascistas, es posible encontrar paralelismos y diferencias que condicionaron su existencia a nivel nacional e internacional. El artículo analizará las convergencias y las divergencias doctrinales, estratégicas y estructurales que determinaron los lazos entre ambos movimientos y el régimen del Benito Mussolini. En este contexto, se considerará la configuración entre un "fascismo nórdico" y un "fascismo latino", categorías que hacen posible problematizar la existencia del único ortodoxo fascista y que expresan las diferencias culturales, geográficas y raciales en cada expresión política fascista a nivel internacional.

El fascismo italiano: “un ejemplo” para otros movimientos fascistas

El fascismo italiano se transformó en un modelo observado, imitado y a veces reinterpretado por otros movimientos en Europa. Emilio Gentile enfatizó que el fascismo se orientó hacia la primacía del Estado. El fascismo italiano creó una dimensión simbólica y mítica que le permitió consolidar un fuerte aparato de movilización social, a través de las ceremonias de masas, la estética uniforme y el culto al líder. Desde esta perspectiva, el fascismo italiano fue el primero en mostrar cómo un movimiento paramilitar podía insertarse en el sistema político, coaligarse con sectores conservadores y monárquicos, y a partir de ahí destruir la democracia desde dentro.⁵

En España y en Gran Bretaña, por ejemplo, el falangismo de José Antonio Primo de Rivera y la Unión Británica de los Fascistas de Oswald Mosley adoptaron muchos elementos del fascismo italiano, desde el culto al líder hasta la simbología uniforme y la retórica del sacrificio. En Rumanía, Corneliu Codreanu se inspiró en la movilización italiana, mientras que, en Hungría, Ferenc Szálasi tomó como referencia la estructura paramilitar fascista. En Austria, el *Heimwehr* adoptó algunos elementos estructurales propios del partido fascista italiano, si bien manteniendo vínculos con el catolicismo político. Según Constantine Iordachi (2010), el fascismo italiano constituyó un ejemplo ideológico y político que fue adaptado según los preceptos de las diferentes tradiciones nacionales.

Aunque Mussolini fue observado como pionero, cada movimiento fascista europeo reconfiguró sus bases en función de su contexto específico. En última instancia, el fascismo italiano se convirtió en el ejemplo inaugural de una dictadura de partido único que hizo del nacionalismo radical y de la movilización total de masas su fundamento, abriendo un camino que otros movimientos imitaron en parte, adaptaron a sus circunstancias o superaron en radicalidad, como ocurrió en el caso del nazismo alemán.⁶ El fascismo mussoliniano, a través de la exaltación de un pasado glorioso y la voluntad de construir un “nuevo imperio”, consiguió ofrecer un lenguaje de legitimación que otros regímenes emularon, aunque con mitos nacionales propios. La dimensión simbólica y estética del régimen mussoliniano resultó influyente al nivel de su organización política e ideológica.⁷

A diferencia del nacionalsocialismo alemán, el “fascismo latino” o mediterráneo, encarnado por aquellos movimientos fascistas o fascitizados surgidos en Italia, España, Portugal y, en menor parte, Francia, se caracterizó por su menor aproximación al antisemitismo y por su relación con las tradiciones católicas. En el caso de la Falange Española, su discurso defendía la superación del conflicto de clases mediante el sindicalismo vertical y adoptaba una liturgia política inspirada en el fascismo mussoliniano. Joan María Thomàs (2001, p. 53-56) señaló que la Falange incorporó de Italia la estética fascista y el mito de la revolución nacional regeneradora, pero haciendo referencia al nacionalismo español tradicional y al catolicismo político. Tras la victoria franquista en la Guerra Civil, el papel de la Falange fue subordinado al régimen de Franco,

que logró unir falangismo, tradicionalismo y autoritarismo militar en una única entidad política (Payne, 1995, p. 278-281).

En relación al Estado Novo portugués de António de Oliveira Salazar, Fernando Rosas sostuvo que su corporativismo fue más un instrumento de control social y de legitimación ideológica que un proyecto de transformación totalitaria, es decir se trataba de consolidar un régimen conservador y clerical, más que de construir una civilización fascista.⁸ Si, por un lado, el fascismo italiano se concebía como una religión política capaz de sustituir a la religión tradicional, en Portugal el catolicismo fue pilar del Estado Novo, lo que marcó una diferencia esencial con la sacralización política que caracterizó al fascismo italiano (Gentile, 1996, p. 213-215).

El “fascismo nórdico” hace referencia a la categoría de los movimientos de inspiración fascista que se desarrollaron en el norte de Europa, incluyendo también, en parte, el partido fascista británico. A diferencia del fascismo italiano, por lo menos hasta las leyes racistas de 1938, los movimientos fascistas nórdicos adoptaron desde el principio las teorías de superioridad de la “raza aria o nórdica” (Griffin, 1994, p. 187-190). El fascismo nórdico se caracterizó por su falta de autonomía política. En Dinamarca y Suecia los movimientos fascistas fueron marginales, aunque muy activos en propaganda y en la importación de símbolos nazis (Paxton, 2004, p. 113). El fascismo nórdico mantuvo como nota distintiva la conexión ideológica con el mito de la homogeneidad étnica y cultural, un elemento que reforzaba la idea de que las sociedades escandinavas eran depositarias de la “raza pura”. Esa exaltación racial actuaba como sustituto de otras narrativas propias del fascismo latino, como la regeneración católica o el retorno a la tradición imperial romana. En Gran Bretaña, la BUF se aproximó ideológicamente al fascismo italiano, sobre todo en relación a asuntos económicos y estéticos. Sin embargo, a partir de 1934, Mosley acogió en su retórica política el antisemitismo a raíz del nacionalismo alemán, aspecto que *de facto* atrajo el partido fascista inglés más hacia la esfera de influencia alemana en detrimento de la Italia fascista.

El modelo fascista italiano de violencia política organizada y paraestatal fue adoptado e adaptado por varios partidos de inspiración fascista, especialmente por el nacionalsocialismo hitleriano, mediante la creación de escuadrones de asalto vinculados al partido como las Sturmabteilung (SA) y posteriormente las Schutzstaffel (SS) (Payne, 1995, p. 115). El nazismo alemán observó con admiración no solo la llegada al poder de

Mussolini, sino también el progresivo dismantelamiento de las instituciones democráticas en Italia. Sin embargo, como señaló Renzo De Felice, una de las diferencias principales entre los dos regímenes fue el enfoque político. Mussolini enfatizaba la grandeza nacional y el expansionismo imperial, Hitler estructuraba su régimen alrededor de “la cuestión racial”.⁹

Según la visión de Roger Griffin (1991, p. 78), el régimen mussoliniano, a través de la implementación de una arquitectura monumental y el uso de un simbolismo vinculado al imperio romano, transmitió una imagen de modernidad anclada en la tradición imperial. La estética del fascismo italiano fue reproducida, aunque con las especificadas de cada contexto nacional, tanto en la Alemania nazi como en otros regímenes fascistizados, como lo de Francisco Franco en España, donde el uso de uniformes y desfiles de masas constituyeron un medio político de consolidación de la identidad nacional autoritaria.

El elemento anticomunista constituyó otro rasgo ideológico de cohesión entre el fascismo italiano y los otros movimientos de extrema derecha de la época. Juan Linz (2002, p. 25) observó que, por lo que concernía al fascismo español, el sentimiento anticomunista se convirtió en el eje de la movilización falangista y, posteriormente, en el fundamento de la legitimidad del franquismo. Stanley Payne (1995, p. 96) enfatizó que el elemento anticomunista del movimiento fascista italiano supo atraer las élites conservadoras extranjeras y también los jóvenes radicalizados que buscaban una alternativa revolucionaria distinta al marxismo. El anticomunismo fascista poseía un carácter “ofensivo” contra un enemigo definido como absoluto, lo que le otorgaba la capacidad de proyección internacional y de cohesión política.

El fascismo italiano proporcionó una doctrina política que superaba tanto el liberalismo como el marxismo, proponiendo una “tercera vía” traducida en el ideal de Estado corporativo. Antonio Costa Pinto (2014, p. 17-18) evidenció que el corporativismo constituyó tanto un conjunto de instituciones creadas por la integración forzada de intereses organizados (principalmente sindicatos independientes) en el Estado, como un tipo de representación política “orgánico-estatista” alternativa a la democracia liberal. El corporativismo inspiró a los partidos conservadores, radicales de derecha y fascistas, sin

mencionar a la Iglesia católica romana y las opciones de “tercera vía” de parte de las élites tecnocráticas.

Este modelo corporativista hacia hincapié en la eliminación de la lucha de clase a través de una organización económica basada en el uso de corporaciones estatales bajo el control gubernamental. La formulación teórica de la ideología corporativa del fascismo italiano supo atraer un amplio consenso también en líderes reaccionarios y conservadores como Antonio Salazar en Portugal y también en algunos sectores nacionalistas en América Latina (De Felice, 1977, p. 204). Roger Griffin (1991, p. 128) interpretó el corporativismo como una de las expresiones concretas de la “palingenesia ultranacionalista” propia del fascismo, es decir no representaba únicamente una reforma económica, sino también un intento de regenerar la nación a través de una nueva forma de organización social totalizadora. El corporativismo debía expresar la unidad de la nación en un cuerpo orgánico, subordinando al individuo y a los intereses de clase al bien común definido por el Estado. El corporativismo alcanzó una influencia internacional; partidos y movimientos fascistas en España, Portugal, Gran Bretaña Austria o incluso en América Latina, adoptaron parte de su retórica para presentarse como alternativas políticas concretas frente al conflicto de clases.

Mussolini ofreció un modelo político de partido único, Estado corporativo y un repertorio simbólico, estético y cultural que inspiró tanto a los fascismos latinos como a los nórdicos. Si, por un lado, en España, la Falange llevó a cabo una retórica política basada en la fusión entre el mito de la regeneración nacional, el catolicismo político y el pasado imperial, por el otro, en Gran Bretaña, Mosley incorporó elementos del corporativismo italiano, pero los combinó con el racismo y el antisemitismo de raíz nacionalsocialista. La influencia del fascismo italiano residió en la capacidad de ofrecer un repertorio de prácticas y discursos que otros movimientos adaptaron o resignificaron.

La Falange Española: entre el mito del fascismo italiano y la originalidad ibérica

Pese a su neutralidad en la Primera Guerra Mundial, España experimentó varios tumultos políticos a nivel interno: el colapso de su sistema liberal (1914-1923), la instauración de la dictadura militar de Miguel Antonio Primo de Rivera (1923-1930), el nacimiento de la Segunda República (1931-1936), el comienzo de la Guerra Civil Española

(1936-1939), y la dictadura militar de Francisco Franco (1939-1975) (Del Rey, 2016, p. 430).

La dictadura de Miguel Primo de Rivera y la de otros países europeos como Italia, Hungría, Rumanía y Portugal fueron los primeros ejemplos del abandono del sistema político liberal y democrático en el periodo de entreguerras. El régimen de Miguel Primo de Rivera estuvo marcado por el choque entre las elites de la clase conservadora (junto a una gran parte de la clase media) y los trabajadores, que luchaban por una reforma política y social para mejorar las condiciones laborales y los salarios.¹⁰

Alejandro Quiroga evidenció que, entre 1923 (con el golpe de Estado en Barcelona, y 1930 (año de la dimisión del dictador ante Alfonso XIII), la población española vivió un sistema político autoritario donde España experimentó su primer proceso de nacionalización de las masas, siendo el marqués de Estella la figura política clave. Según el análisis de Quiroga (2022), como en el caso de Mussolini en Italia, Miguel Primo de Rivera se presentó como la alternativa a un sistema corrupto para construir un régimen cada vez más autoritario y antiliberal a través del uso de instrumentos como la propaganda, la censura y la mentira. Primo de Rivera fue un líder que no solo intentó implementar el populismo español de derechas, sino que impulsó un régimen nacionalista, autoritario y proteccionista en la línea del resto de las dictaduras europeas contemporáneas.

Miguel Primo de Rivera implementó una política destinada a reducir el desempleo al favorecer el trabajo público, pero la inversión interna causó una fuerte inflación reforzada por la recesión de 1929. Esto generó una crisis socioeconómica que involucró a todas las clases sociales y que redujo el consenso interno hacia la dictadura de Primo de Rivera. Para justificar la crisis, el dictador enfatizó el concepto de *consciencia nacional*, porque consideraba que la falta de instrucción y la ausencia de un sentimiento patriótico constituían el origen de la gran mayoría de los problemas de la nación. Además de su discurso nacionalista y populista, su experiencia política de Miguel Primo de Rivera estuvo marcada por importantes acciones políticas antidemocráticas: la suspensión de la Constitución, una fuerte censura, el confinamiento de muchos adversarios políticos e intelectuales (como en el caso de Miguel de Unamuno) y la abolición de todos los partidos políticos salvo el suyo propio, la Unión Patriótica Española.¹¹

Las elecciones generales del 19 de noviembre 1933 mostraron cómo las fuerzas del conservadurismo antirrepublicano recuperaron posiciones respecto a las fuerzas políticas de izquierda, que habían gobernado el país desde la proclamación de la Segunda República en 1931. La izquierda sufrió una derrota contra el bloque de los partidos de derechas reunidos en la Confederación Española de las Derechas Autónomas (CEDA), fuerza política de matriz conservadora, monárquica y nacionalista. Como enfatizó Gabriela de Lima Grecco (2018, p. 89), aunque esta formación del catolicismo político fue identificada por los partidos de izquierdas como una manifestación del fascismo español, se trató más bien de una fuerza política de recepción del fascismo. Lo mismo ocurrió con otros movimientos políticos de derechas, como Renovación Española (formación política representante del autoritarismo radical de los grupos monárquicos, el tradicionalismo carlista) o el grupo formado en torno a la revista clerical-corporativa-monárquica Acción Española.

La creación del movimiento fascista en España concluiría con la fundación de la Falange Española y de las Juntas de Ofensiva Nacional-sindicalista (JONS). Las JONS fueron el resultado de la unión ideológica de dos tendencias políticas: la liderada por Ledesma, y la encabezada por Onésimo Redondo, las Juntas Castellanas de Actuación Hispánica. El 29 de octubre 1933 tuvo lugar la fundación del partido falangista de José Antonio Primo de Rivera en el Teatro de la Comedia en la ciudad de Madrid. Según el análisis de Grecco (2018, p. 88-89), este acontecimiento fue el primer paso en la aproximación del movimiento fascista a la vida pública española. Falange Española fue parte de la oleada fascista europea durante el período de entreguerras, en el que España fue el último país que desarrolló un movimiento fascista propio. Unos meses después de la fundación de Falange Española se produjo su fusión con las JONS con la Falange Española, dando lugar a lo que conoció como Falange Española y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (FE de las JONS).

José Luis Jiménez Campo analizó el discurso político de la Falange Española durante los años de la Segunda República. El objetivo era presentarse como un modelo político válido y adaptado para los distintos sectores de la población, del campesinado a la pequeña burguesía urbana. Como evidenció el historiador español, si la Segunda República en sus primeros años había supuesto una serie de esperanzas, su conversión en una república derechista supuso un desencanto para aquellos sectores de la población --

campesinado, burguesía, proletariado, burguesías periféricas— que habían visto en ella una posible solución a sus demandas. Los temas principales del fascismo español se aproximaban a los elementos típicos de otras experiencias políticas fascistas europeas en el molde del fascismo italiano: el antiparlamentarismo, el antimarxismo, el antiliberalismo, el uso de la violencia, el corporativismo, como respuesta al socialismo en su dimensión internacional, el elitismo y el nacionalismo.¹²

El 15 de febrero de 1934, con la unificación de los partidos, los ideales falangistas se fusionaron con el concepto central de los jonsistas: el nacionalsindicalismo. Dicha doctrina estaba constituida por las siguientes ideas claves: la unidad de España, el respecto a la tradición católica y su destino imperial, la apelación a la juventud, la liquidación de las organizaciones marxistas y la revolución socioeconómica mediante la sindicación obligatoria, el control público de la riqueza y la integración de las masas sometidas a un Estado Nuevo (De Lima Grecco, 2018, p. 90).¹³

Según Sheelagh Ellwood (1987, p. 12-13), FE de las JONS proporcionó una visión alternativa al liberalismo, al individualismo y a las luchas entre clases sociales, subrayando que el futuro político de la nación española residía en una nueva forma de política social de matriz revolucionaria de derechas que llevaría a la instauración de un nuevo ordenamiento corporativo de la sociedad, a una superación de la democracia parlamentaria. Sin embargo, FE presentaba también algunos rasgos singulares, como la defensa de un fuerte antiseparatismo, catolicismo e imperialismo utilizando como retórica la nostalgia hacia el glorioso pasado español en la época de la conquista de América.

El 19 de octubre 1933, diez días antes de la fundación de Falange Española, José Antonio fue recibido por el duce en Roma.¹⁴ Tras esta visita se produjeron otros encuentros entre los dos líderes fascistas en la capital italiana, por lo menos, hasta mayo de 1935. Después del encuentro de 1935, en junio de ese mismo año, José Antonio recibió una subvención italiana de 50.000 liras mensuales por parte del agregado de prensa de la embajada italiana en París, Amedeo Landini. Ismael Saz evidenció que la subvención italiana del movimiento fascista español podía explicarse en la voluntad del gobierno italiano de instaurar relaciones políticas y económicas con las fuerzas políticas filofascistas europeas y, sobre todo, en el intento del fascismo italiano de crear una internacional fascista.¹⁵

José Antonio no escondía su admiración por Mussolini y, al mismo tiempo, buscaba que la *paternidad doctrinaria* de FE reflejara los principios del fascismo italiano. La proximidad de FE con la ideología fascista italiana fue evidente desde la fundación del Movimiento en 1933, como lo demuestra el uso de milicias para combatir a los adversarios políticos. Las teorías de José Antonio hacían referencia a la necesidad de derrocar el orden institucional republicano, pero también promovió la idea de un país capaz de identificarse con el concepto de Estado-patria bajo la bandera de la religión católica para restaurar en España las antiguas glorias imperiales (Saz, 2004, p. 126). En el terreno del nacionalismo, la Falange insistió en la “unidad de destino en lo universal”, un principio que pretendía dotar a España de una misión histórica trascendente (Payne, 1999, p. 142). La Falange adoptó una práctica política que convertían la violencia en mito fundacional, equiparable a la función de los *squadristi* en el fascismo italiano contra los adversarios políticos. El componente antiliberal y anticomunista falangista funcionó como elemento ideológico de cohesión para amplios sectores sociales; de hecho, el discurso político de José Antonio se articulaba en torno a la promesa de una revolución nacional, sin connotaciones marxistas, en el marco de un Estado fuerte y centralizado (Thomàs, 2001, p. 55).

El fascismo español defendió, además de la concepción autoritaria del orden social, la doctrina católica como base moral de Estado, aspecto que la distanció ideológicamente de los preceptos seculares del fascismo italiano. El carácter ideológico híbrido del partido fascista español se inscribe en el marco de una tendencia más amplia del así denominado “fascismo latino”, donde los movimientos y los regímenes fascistas del sur de Europa desarrollaron ideales comunes como el antiparlamentarismo, el antiliberalismo, el culto a la violencia, la exaltación del nacionalismo, si bien manteniendo identidades propias. En el contexto del fascismo latino, la Falange, además de su peculiaridad ideológica, se distinguió del fascismo italiano por su relación política con el franquismo. Si, por un lado, en Italia el fascismo fue una ideología que consiguió transformarse en régimen y partido único, por el otro, en España la Falange, tras el comienzo de la Guerra Civil, fue absorbida en el régimen franquista, después del Decreto de Unificación, entrando en el partido único FET de las JONS (Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista) con otras fuerzas políticas nacionalistas, monárquicas y clericales. De hecho, según Paul Preston (1994, p. 301), “la Falange perdió su carácter revolucionario para

convertirse en el aparato ideológico del franquismo, más simbólico que realmente transformador”.

El programa político e ideológico falangista se centró en un proyecto de regeneración nacional basado en la unidad nacional y en el rechazo al liberalismo y al marxismo. La Falange propuso la construcción de un modelo estatal en el que los trabajadores y empresarios se integrarían en corporaciones controladas por el Estado, con la finalidad de sustituir el conflicto social por una organización económica orgánica (Díaz Santos, 1997, p. 214). El corporativismo falangista, sin embargo, no fue una copia del modelo mussoliniano. Javier Tusell (1999) evidenció que José Antonio combinó la exaltación de la juventud y la nación con elementos del pensamiento social católico, lo que confería a su propuesta un carácter híbrido en el que se mezclaban modernidad fascista y tradición española. Mientras en Italia el corporativismo se presentaba como un instrumento del Estado totalitario para controlar la sociedad, en España adquiriría también un matiz de reconciliación nacional. Ismael Saz (2003, p. 91) sostuvo que la Falange presentaba el Estado sindical como el garante de la unidad frente al parlamentarismo fragmentado y frente a la amenaza revolucionaria. La política económica falangista prometía un nuevo orden basado en la comunidad nacional por encima de las divisiones ideológicas.

Como en el caso del fascismo italiano, hasta 1938, el antisemitismo no representó un pilar ideológico del movimiento fascista español. Sin embargo, José Luis Rodríguez Jiménez (2002, p. 89-130) enfatizó que, la “cuestión judía” no constituía para los falangistas un “problema de raza”, sino de un asunto de fe más centrado en la religión que en lo componente racial o biológico. Las teorías antisemitas penetraron en algunos sectores del partido falangista, especialmente en los grupos políticos del reaccionarismo católico, como en el caso del jonsista Onésimo Redondo Ortega. Redondo, católico, admirador de Alemania y marido de Mercedes Sanz Bachiller, había vivido en dicho país un año (entre 1927 y 1928) trabajando como profesor asistente de lengua española en la Universidad de Mannheim. El antisemitismo fue uno de los aspectos claves de su propaganda política ya desde la creación de su primera asociación política llamada (Juntas Castellanas de Acción Hispánica), donde empezó a desarrollar teorías antisemitas relacionadas con una posible conexión entre los judíos, la masonería y el comunismo. Consideraba al judaísmo como un movimiento político y social peligroso para España,

porque lo considera culpable debilitar y llevar al colapso a la monarquía española y preparar el terreno para el surgimiento de la Segunda República.

De hecho, teniendo en cuenta las teorías propias de la doctrina nacionalsindicalista, Giorgia Priorelli (2021, p. 125) mostró que los teóricos falangistas utilizaron la palabra “raza” como sinónimo de “comunidad hispánica” y, por lo tanto, sin ningún elemento distintivo de valor biológico. Según su visión, uno de los dos rasgos principales que diferenciaron la perspectiva de la “raza” FE con otros movimientos fascistas fueron la consciencia de una historia de pluralidad dentro del imperio hispánico y la búsqueda de una “unidad de destino en lo universal”. Estas ideas desempeñaron un papel fundamental en la prevención por parte de FE de actitudes discriminatorias basadas en teorías racistas. A diferencia de las teorías nacionalsocialistas alemanas, según el falangismo la sangre no constituía un elemento identificativo de una nación, pues los aspectos centrales para los ideólogos del partido eran más próximos al espíritu y al alma que al cuerpo (Tusell, 1999, p. 126).

Carmen Molinero (2013, p. 184) destacó que, ante las reivindicaciones sociales, la modernidad “revolucionaria” socialista había situado el concepto de “justicia social” en el centro de la escena pública y ninguna tendencia política podía prescindir de ella. Según Molinero, la peculiaridad del movimiento fascista español, similar a los otros movimientos fascistas europeos, fue la de intentar recoger ese núcleo de la modernidad, eliminando el aspecto teórico de lucha de clases e integrando la justicia en la idea nacional. Molinero señala que, según los preceptos del falangismo, el mito de la comunidad nacional integradora de los individuos en un destino común debía ser capaz de desactivar el conflicto social, para lo que era imprescindible integrar a la población en la política nacional, ofreciendo un modelo de sociedad regido por el orden y la justicia social.

Sin embargo, hasta el comienzo de la Guerra Civil, Falange Española no tuvo una influencia política relevante. Cabe destacar que, en 1935, el movimiento fascista español era una organización política inexpresiva: en un país con cerca de 25 millones de habitantes, FE de las JONS contaba con solamente de 6.000 miembros (De Lima Grecco, 2018, p. 90; Bernecker, 1998, p. 31; Chueca, 1983, p. 130). Queda claro que, hasta el intento de golpe fallido del 18 de julio 1936, el movimiento fascista español no tuvo una posición política de releve en el eje parlamentario español de los primeros años treinta.¹⁶

Según la visión política de FE, el corporativismo, inspirado en el modelo italiano, pero adaptado al ideal nacionalcatólico español, desempeñaba un papel central en la superación del conflicto social. La base ideológica del partido fascista español se centraba en conceptos como el nacionalismo unitario, la violencia política como mito fundacional y un fuerte antiliberalismo y anticomunismo. FE encarnó una versión singular del fascismo latino, que combinó modernidad fascista con elementos tradicionales, convirtiéndose en una fuerza ideológica decisiva en la España de los años treinta y en el primer franquismo.

El fascismo británico: Oswald Mosley y los límites de un modelo importado

El fascismo inglés constituyó una manifestación peculiar del fascismo europeo. Si, por un lado, se inspiró en el modelo italiano de Mussolini, su ideología se desarrolló en función de las especificadas culturales, históricas y sociales del Gran Bretaña: una nación con una sólida tradición parlamentaria, una clase obrera movilizada y un imperio colonial en expansión. Dan Stone (2003, p. 336) enfatizó la idea de que el fascismo fuera una ideología política europea, inadecuada a la vida política británica. La BUF y su líder Oswald Mosley proporcionaron una variedad de estructuras y experiencias a lo largo de su camino político en el país y consiguieron recrear en Gran Bretaña ese espíritu y fervor fascista, casi como si fuera una subcultura, similar a lo de otros movimientos fascistas europeos. Esta subcultura fascista logró modelar las maneras en las que los afiliados al partido vivían y interpretaban las condiciones de sus experiencias (Spurr, 2003, p. 306).

El líder de la BUF, ya a partir de los años veinte, antes en los escaños del partido conservador y después con los laboristas, empezó un largo camino político para obtener un cargo importante en el sistema parlamentario, pero con resultados variables. Este fracaso hizo que Mosley adoptase una visión política que lo aproximara ideológicamente a “un espíritu de control oligárquico” y al militarismo, elementos que reflejaban su pasado de soldado y miembro de la aristocracia terrateniente (Dorril, 2006). Tras su fundación en 1932, la BUF defendió un programa de corporativismo económico, que proponía sustituir el libre mercado y el enfrentamiento de clases por una planificación estatal y un discurso político modernizador, orientado hacia la eficacia gubernamental. Sin embargo, el contacto político creciente con el nacionalsocialismo alemán llevó a una aproximación

del movimiento hacia el antisemitismo, aspecto que consolidó la percepción de la BUF como una amenaza al orden público y a la democracia parlamentaria.

El programa político de la BUF criticó el sistema parlamentario liberal y el modelo capitalista, promoviendo más el proteccionismo económico, el control nacional del crédito, la industrialización nacional y la exclusión del capital extranjero. La propuesta económica de la BUF hacía hincapié en la necesidad de crear una política económica de matriz autárquica y proteccionista dentro del marco imperial británico. Mosley defendía el ideal de un “Impero-economía” para controlar el capital financiero, cerrar sus fronteras comerciales y redistribuir el empleo según las necesidades del Estado. Richard Thurlow (1987, p. 132) señaló que estos conceptos hacían referencia al modelo político y económico del fascismo italiano, pero enraizados en una ideología específicamente británica para hacer frente a la crisis del capitalismo liberal. El partido fascista de Mosley intentó “britanizar” la doctrina política fascista más bien que importar un modelo extranjero (Thurlow, 1987, p. 140). En su obra, *“The Greater Britain”*, Mosley (1932, p. 108-109) declaró que el sistema capitalista actual debía ser reemplazado por un sistema corporativo que organizase la nación para el servicio y no para la especulación.

Como señaló Antonio Costa Pinto (2014, p. 7-8), en el discurso inaugural de los *Fasci di Combattimento*, Mussolini se refirió a la necesidad de una “representación directa de intereses”, que también se señaló en el programa del Partido Nacional Fascista de 1921. En 1929, las elecciones fueron sustituidas por plebiscitos en los que los italianos podían responder “sí” o “no” a una lista de candidatos, elegidos por el Gran Consejo Fascista, de una lista de nombres presentada por el PNF, sindicatos fascistas y organizaciones empresariales. De esta manera, la representación se volvió “orgánica”, acompañada de la agrupación de las organizaciones de interés (como se describe en la *Carta del Lavoro* de 1927) y de la Cámara, esta última dominada por el PNF. Como declaración de principios del corporativismo fascista, la *Carta del Lavoro* no alcanzó las aspiraciones del sindicalismo de esta ideología. Sin embargo, fue el documento más influyente entre las dictaduras que adoptaron el corporativismo social. Mosley consideraba el modelo italiano una inspiración y no un sistema completo. Una de las principales críticas se dirigía al papel del Estado italiano en los asuntos económicos, considerado demasiado burocrático e

intervencionista, mientras que el líder de la BUF defendía más un corporativismo tecnocrático (Thurlow, 1987, p. 140).

Mosley, después de varias visitas a Italia, quedó impresionado por la eficiencia administrativa del régimen mussoliniano y por su capacidad de controlar el conflicto de clase. El primer periodo de la BUF se caracterizó por un proceso de “descubrimiento ideológico” de las dictaduras fascistas europeas, con más atención a la Italia fascista que a la Alemania nazi, para entender cómo funcionaba un Estado corporativo (The Blackshirts, 1933). Es importante señalar que, como en el caso de FE, la fundación de la BUF tuvo lugar en octubre, un mes simbólico importante para el fascismo italiano por ser el de la Marcha sobre Roma (Newsinger, 2001, p. 836). En abril 1933, los fascistas británicos e *Italian Fasci* (la principal organización fascista propagandística italiana en Gran Bretaña) organizaron un viaje en el que 200 profesores británicos fueron recibidos por Mussolini para aprender el funcionamiento del sistema educativo italiano. Si bien, Claudia Baldoli (2004, p. 147) evidenció el fin primario de los *Italian Fasci* fue llevar a cabo una “fascistización” de las comunidades italianas emigradas en Gran Bretaña, esta organización desempeñó un papel fundamental en el desarrollo de acciones propagandísticas para los extranjeros y, sobre todo, en apoyar el desarrollo de organizaciones o movimientos fascistas. El *fascio* de Londres (una de las primeras organizaciones fascistas creadas afuera de Italia, en 1921) mantuvo relaciones políticas estables con la BUF hasta 1935. Mussolini había establecido que *Italian Fasci* no debía interferir con la política nacional del país en cuestión. Aun así, la relación con la BUF de Mosley se extendió más allá de una simple conexión política formal (Thurlow, 1987, p. 148).

Baldoli señaló también que, entre 1933 y 1934, la BUF logró constituir ramas del partido en Italia, en particular en Génova, Torino, Milán, Bordighera, Roma y Florencia. La mayoría de los fascistas ingleses en Italia podían ser definidos como sujetos anglo-italianos, con doble nacionalidad en el primer caso, o nacidos en Gran Bretaña, pero con la residencia en Italia. La particularidad de estos miembros de la BUF fue que, antes de considerarse como fascistas en un país gobernado por el fascismo, se consideraban fascistas británicos, y apoyaban primero la causa de Mosley y después la de Mussolini. El papel principal de los miembros de la BUF en Italia fue el de apoyar la lucha ideológica y

política de sus compañeros en Gran Bretaña a través de una propaganda directa para “fascistizar” a los ciudadanos británicos al extranjero (Thurlow, 1987, p. 150).

La influencia ideológica del fascismo italiano caracterizó la primera parte de la vida política de la BUF. Sin embargo, a partir de 1934, el antisemitismo fue incorporado al centro de la narrativa del partido debido a dos factores fundamentales: el auge político del nazismo hitleriano en Alemania y la influencia de personalidades filo nazistas dentro del partido fascista inglés como William Joyce y John Beckett, antisemitas y fundadores de la Liga Nacional Socialista, un movimiento político de inspiración nazi nacido en contraposición a la BUF. Julie Gottlieb (2004, p. 48) señaló que el antisemitismo de la BUF constituyó una estrategia política implementada más por necesidad que por ideología, pero terminó definiendo políticamente al partido frente a la opinión pública. Mosley (2017, p. 72), en sus escritos posteriores al 1934, adoptó una postura antisemita y conspiradora definiendo la “finanza judía internacional” la única responsable del declive económico de la nación.

La retórica antisemita y la aproximación de la BUF al nacionalsocialismo hitleriano fueron acompañados de gestos simbólicos: encuentros públicos con funcionarios alemanes, participación activa en eventos de la embajada nazi en Londres, y elogios públicos a Hitler y a su capacidad de restaurar el orden social y económico. Sin embargo, Mosley intentó mantener, en sus discursos, una cierta autonomía discursiva del partido nazi alemán (Pugh, 2005, p. 227-229). El supuesto distanciamiento ideológico de Mosley hacia el nazismo tenía la función política, es decir proteger al partido de las acusaciones de dependencias políticas extranjeras.

La marcha fascista de Cable Street, el 4 de octubre 1936, simbolizó el apogeo de la violencia política entre la BUF y sus oponentes y, al mismo tiempo, condicionó el camino político interno del movimiento. Mosley convocó la marcha para celebrar el cuarto aniversario del movimiento, pero las inauguraciones de la sede fascista y las conmemoraciones encubrían la verdadera intención de la BUF de ejercer acciones violentas para aterrorizar aquellas áreas consideradas como hostiles.¹⁷ Mosley reunió a varios miles de militantes uniformados, con el propósito de exhibir disciplina paramilitar y demostrar la fuerza de la BUF en el corazón de Londres. La policía desplegó alrededor de 6.000 agentes para garantizar el paso de la columna fascista. Sin embargo,

manifestantes antifascistas bloquearon las calles con el grito “They shall not pass!”, eslogan importado de la Guerra Civil española.

La Batalla de Cable Street tuvo repercusiones profundas, es decir representó la victoria simbólica del antifascismo, dañó gravemente la imagen de Mosley, tanto que, a partir de ese momento, la BUF fue percibida como un movimiento violento y ajeno a la tradición política británica y, por fin, llevó a la aprobación del Public Order Act (1936), que prohibía los uniformes políticos y limitaba las marchas callejeras, restringiendo severamente la capacidad de acción de la BUF. Thomas Linehan enfatizó que el fracaso de la BUF evidenció los límites del fascismo en un país con instituciones parlamentarias sólidas, una prensa independiente y una sociedad civil organizada.¹⁸

Los ideales de patriotismo y nacionalismo constituían una parte central del programa ideológico del partido de Mosley. Estas ideas se basaban en la voluntad fascista de recrear las relaciones con el imperio para devolverle a Gran Bretaña el antiguo prestigio y esplendor. La BUF no propuso el desmembramiento total de las instituciones políticas tradicionales, sino que deseaba la armonización entre lo viejo y lo nuevo para adecuar los aspectos tradicionales a los cambios indispensables en el ámbito científico, tecnológico, político y económico (Cullen, 1987, p. 122-124). Los elementos tradicionales del fascismo de Mosley no se referían solo a la preservación del imperio británico, sino incluso a la utilización del glorioso pasado de Gran Bretaña para alimentar las ambiciones actuales del país.

Mosley defendía la concentración del poder en sus propias manos mediante la abolición de todos los partidos políticos con un parlamento elegido directamente por el pueblo británico cuyos candidatos habrían sido seleccionados en base a su papel dentro del estado corporativo. Además, el estado fascista solo podría ser desmantelado mediante un plebiscito (Coupland, 1998, p. 258-264). Este ideal de comunión entre el presente y el pasado, que solo se alcanzaría mediante una revolución política liderada por la BUF, acercó a muchos veteranos de guerra al fascismo de Mosley precisamente por su connotación política basada en el patriotismo, el sentido de sacrificio por la nación y la ruptura con el antiguo sistema político (Mosley, 1972, p. 62).

Gerard Webber (1984, p. 575-576) evidenció que, en 1934, también gracias al apoyo del periódico de clase media *The Daily Mail* (dirigido por el conservador Harold

Rothermere), el movimiento de Mosley aumentó su popularidad entre la clase media. Desde la segunda mitad de 1934 y hasta principios de 1935, la BUF vio decaer el consenso a su alrededor y un cambio en sus adhesiones. De hecho, este nuevo consenso derivó del proletariado, ubicado en las fábricas de algodón de la zona norte del país o, en menor medida, en el East End de Londres, un área con una fuerte presencia de comunidades judías y grupos antifascistas. Dolcini (1999) señaló que, a partir de finales de 1935, la adhesión hacia el movimiento se reforzó, mostrando también el aumento del consenso en la zona sur y sureste del país, con fuerte presencia de la clase media. Entre 1936 y 1937, la adhesión al movimiento registró un aumento en el East End, con fuertes connotaciones antisemitas; aun así, este consenso inicial experimentó un decrecimiento, especialmente entre 1938 y 1940, cuando el movimiento fue ilegalizado por Winston Churchill. Julie Gottlieb (2011, p. 118) mostró que el momento de mayor consenso en torno a la BUF (más o menos 50.000 inscritos) se alcanzó en 1934. Tras ese momento, el apoyo disminuyó el mismo año, debido principalmente a un alejamiento de la prensa conservadora después la conducta “demasiado intimidatoria” de la BUF contra sus adversarios políticos en el rally de Olympia. Este declive se mantuvo y se reforzó después de la marcha fascista en Cable Street, aunque hubo un aumento limitado del apoyo de la BUF a finales de los años treinta, debido a la postura antibelicista de los fascistas ingleses.

La ideología de Mosley se basaba también en el concepto de superioridad del fascismo nórdico con respecto al fascismo latino. En su libro, *The Alternative*, escrito en 1947, el líder de la BUF destacó la importancia de crear una Europa unida políticamente bajo una identidad racial y cultura nórdica, capaz de enfrentar a la decadencia moral del liberalismo occidental y al comunismo soviético. Según la visión de Mosley (1947, p. 212), la unidad de los pueblos nórdicos – germánicos, escandinavos y anglosajones – constituía la única barrera posible contra “el declive de la civilización europea”. Mosley interpretaba a la futura Europa como una única comunidad racial-cultural liderada por Gran Bretaña, donde la tradición imperial británica debía ser reinterpretada con el objetivo de crear un nuevo proyecto de regeneración cultural. Este ideal rompía el marco ideológico del nacionalismo británico tradicional y se aproximaba más al pangermanismo nazi más bien que al corporativismo italiano de la primera hora (Pugh 2005, p. 263). Stein Ugelvik

Larsen (2001, p. 102) subrayó que el fascismo nórdico podía definirse un ideal racial y espiritual más bien que un modelo político bien definido.

Mosley, anglicano de formación, consideraba con escepticismo la relación política entre la ideología fascista y el clero porque, como desarrollado en sus escritos, la autoridad del Estado tenía que constituir la única fuente de soberanía y el poder espiritual debía mantenerse al margen del poder político. En *The Greater Britain*, el líder de la BUF evidenció que el Estado moderno debía encarnar “la voluntad científica y racional de la nación” sin someterse a “dogmas heredados” (Mosley, 1932, p. 88). La crítica de Mosley hacia la esfera católica podía ser interpretada como un ataque indirecto a la doctrina fascista italiana, responsable, según los ideales del fascismo inglés, de ofrecer una legitimación a la esfera eclesiástica y de seguir una visión tradicionalista (Griffin, 1991, p. 165). El fascismo inglés, más anclado a una visión secular y científica de la sociedad, se distanció de otras experiencias fascistas europeas, donde, como en el caso del fascismo español o portugués, la relación Estado-Iglesia constituía un pilar ideológico central.

Sin embargo, la BUF, después de su radicalización y su creciente filonazismo, entró en su última etapa, es decir la del declive político. Cabe destacar que, a pesar del esfuerzo propagandístico en favor del movimiento, especialmente llevado a cabo por Lord Rothermere, dueño del periódico Daily Mail y sostenedor de Mosley hasta 1934, no logró obtener un resultado electoral significativo. Las causas que limitaron su expansión fueron varias: la oposición de los partidos mayoritarios, la adopción de una retórica política antisemita y filonazi, la oposición de la prensa y de la opinión pública y la organización de la disidencia de los antifascistas, especialmente la comunidad judía y el partido comunista británico. En 1936, El *Public Order Act* (Ley de Orden Público), implementada después de la derrota fascista en la Marcha de Cable Street, limitó las actividades propagandísticas del partido prohibiendo el uso de las uniformes. Cuando empezó la Segunda Guerra Mundial, Mosley fue arrestado y el partido fue ilegalizado. La herencia ideológica del partido inspiró a los futuros movimientos neofascistas y neonazis del Reino Unido en la posguerra, como el National Front o el British National Party.¹⁹

Mosley, tras la fundación de la BUF, admiró al modelo fascista italiano, pero su evolución política fue marcada por una creciente aproximación ideológica al nacionalsocialismo hitleriano. Las críticas al fascismo italiano, un sistema corporativo

ineficiente, la dependencia del clero y un antisemitismo “tardío”, marcaron la transición política del líder de la BUF hacia una ideología pan-Nórdica, autoritaria y racial, más próxima al modelo de Hitler que a lo de Mussolini. Aunque la BUF intentó mantener una independencia ideológica del nazismo, *de facto* se transformó en una variante británica del partido de Hitler, aspecto que aceleró no solamente su aislamiento político a nivel nacional, sino también la oposición interna de sus detractores.

La Union Británica de los Fascistas representó un intento político de adaptar el modelo fascista continental a la realidad política, económica y social de Gran Bretaña. Su objetivo principal fue intentar ofrecer una respuesta concreta tanto a la crisis del sistema liberal-parlamentario, como al declive económico de los primeros años treinta. Sin embargo, se puede afirmar que más que un movimiento fascista de masa, la BUF fue un fenómeno político marginal que tuvo un impacto más simbólico que cultural y político.

Conclusiones

El estudio comparativo entre el fascismo italiano, la Falange Española y la Union Británica de los Fascistas proporciona la tesis argumentativa que el fascismo fue un fenómeno tanto transnacional, como mutable, es decir capaz de adaptarse y moldearse según los diferentes contextos sociopolíticos.

La exaltación del pasado y, sobre todo, el nacionalcatolicismo fueron elementos ideológicos propios de la tradición española que la Falange incorporó en su doctrina fascista. La BUF, en cambio, intentó adaptar algunos preceptos ideológicos y políticos del fascismo italiano a una sociedad con fuertes tradiciones parlamentarias y democráticas. Sin embargo, el creciente antisemitismo acercó el partido fascista inglés al nacionalsocialismo alemán. Su fracaso interno demuestra cómo la importación del fascismo resultó inviable en un contexto donde el parlamentarismo y las instituciones gozaban de legitimidad y donde no existía una crisis nacional de magnitud comparable a la vivida en Italia o Alemania.

La Falange, en una primera fase, no logró erigirse movimiento fascista autónomo en el ámbito heterogéneo de la derecha española durante la Segunda República, pero gracias al estallido de la Guerra Civil en 1936, se situó en una posición política favorable, transformándose en la primera fuerza política del bando sublevado bajo el liderazgo de Francisco Franco. La BUF, por el contrario, experimentó una fase de crecimiento en los

primeros años tras su fundación en 1932 y consiguió, al menos hasta 1934, convencer a una buena parte de la población británica (de la clase rural a la burguesía) y a una parte de la prensa de encarnar una fuerza política novedosa. Sin embargo, la postura del *establishment* político británico, la capacidad de los grupos antifascistas de organizar contramanifestaciones y la aproximación hacia el nacionalsocialismo alemán constituyeron aquellos elementos que limitaron el ascenso político de la BUF.

Mientras que la estética y el discurso de la regeneración nacional se repiten en distintos contextos, los contenidos concretos, el papel de la religión en España, la centralidad del antisemitismo en Gran Bretaña, la exaltación de la violencia en Italia, marcan diferencias significativas que deben ser comprendidas en su especificidad. La Falange Española y la BUF constituyen, así, dos ejemplos paradigmáticos de cómo un mismo impulso ideológico podía producir trayectorias divergentes: en un caso, la integración en un régimen autoritario de larga duración; en el otro, el fracaso y la marginalidad política.

Referências Bibliográficas

ANTONINI, Silvio. **La Battaglia di Cable Street**. Rome: Red Star Press, 2017.

BALDOLI, Claudia. Anglo-Italian Fascist Solidarity? The Shift from Italophilia to Naziphilia in the BUF. In GOTLLIEB, Julie; LINEHAN, Thomas. (Coord.). **The Culture of Fascism: Visions of the Far Right in Britain**. New York: Tauris and CO Ltd, 2004, p.147-171.

BAUERKÄMPER, Arnd y ROSSOLINSKY-LIEBE, Grzegorz. **Fascism without borders: transnational connections and cooperations between movements and regimes in Europe, 1918-1945**. New York: Berghahn Books, 2017.

BENEWICK, Robert. **The Fascist Movement in Britain**. London: Allen Lane, 1973.

BERNECKER, Walther. El debate sobre el régimen fascista. In MECHTHILD, Albert. (Coord.). **Vencer no es convencer**. Literatura e ideología del fascismo español. Madrid: Iberoamericana Veruvert, 1998.

BLOCH, Marc. Pour une histoire compare des sociétés européennes. In BLOCH, Marc. **Mélanges historiques**. Paris: CNRS, 1963, p. 15-50.

BONAUDO, Marta; REGUERA, Andrea; ZEBERIO, Blanca. **Las escalas de la historia comparada**. Tomo I: Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

BURKE, Peter. **Historia y teoría social**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

CASANOVA, Julián. **Europa contra Europa, 1914-1945**. Barcelona: Crítica, 2011.

CHUECA, Ricardo. **El fascismo en los comienzos del régimen de Franco**. Un estudio sobre FET-JONS. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1983.

COSTA PINTO, António. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. **Varia História**, v. 30, n° 52, p. 17-49, 2014.

COUPLAND, Philip. The Black shirted Utopians. **Journal of Contemporary History**, v. 33, n. 2, p. 255-272, 1998.

COVERDALE, John. **La intervención fascista en la Guerra Civil Española**. Madrid: Alianza, 1979.

CROSS, Cross. **The Fascists in Britain**. Essex: Barrie and Rockliff Ltd, 1961.

CULLEN, Stephen. The Development of the Ideas and Policy of the British Union of Fascists, 1932-1940. **Journal of Contemporary History**, v. 22, n. 1, p. 115-136, 1987.

DE FELICE, Renzo. **Interpretazioni del fascismo**. Roma: Laterza, 1977.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il fascista**. La conquista del potere 1921-1925. Torino: Einaudi, 1966.

DE LIMA GRECCO, Gabriela. **De la pluma como oficio a la pluma oficial. Estado y literatura durante los nuevos estados de Getulio Vargas y Francisco Franco (1936-1945)**. Tesis Doctoral. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2017.

DE LIMA GRECCO, Grecco. Plumas fascistas: los escritores de la Falange Española. **Revista de Historia**. v. 25, n. 1, p. 87-107, 2018.

DE LIMA GRECCO, Grecco y ALBERNAZ, Cássio. Em que pensam os historiadores ao fazer hisotria comparada? **Tempo e argumento**. Florianópolis, v.11, n. 28, p. 240-260, 2019.

DE LIMA GRECCO, Grecco; PEREIRA GONÇALVES, Leandro. **Fascismos iberoamericanos**. Madrid: Alianza, 2022.

DEL REY, Fernando. The Spanish Second Republic and the Political Violence. **Journal of Contemporary History**, v. 52, n. 2, p. 430-435, 2016.

DÍAZ SANTOS, Juliá. **Los socialistas en la política española, 1879-1982**. Madrid: Taurus, 1997.

DOLCINI, Emanuela. **1938: L'opinione pubblica britannica e l'antisemitismo fascista**. Tesi di Laurea. Pavia: Università di Pavia, 1999.

DORRIL, Stephan. **Blackshirt: Sir Oswald Mosley and British Fascism**. New York: Viking, 2006.

ELLWOOD, Sheelagh. **Spanish Fascism in the Franco Era: Falange Española de las JONS, 1936-76**. New York: St. Martin's Press, 1987.

GALLEGO, Ferrán. **El evangelio fascista. La formación de la cultura política del franquismo (1930-1950)**. Barcelona: Crítica, 2015.

GENTILE, Emilio. **Le origini dell'ideologia fascista, 1918-1925**. Bologna: Il Mulino, 1996.

GOTTLIEB, Julie. Body Fascism in Britain: Building the Blackshirt in the interwar period. **Contemporary European History**, v. 20, n. 2, p. 111-136, 2011.

GOTTLIEB, Julie y LINEHAN, Thomas. **The Culture of Fascism: Visions of the Far Right in Britain**. London: I.B. Tauris, 2004.

GRIFFIN, Roger. Decentering comparative fascist studies. **Journal of Comparative Fascist studies**, v. 4, n. 2, p. 103-118, 2015.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. London: Routledge, 1991.

IORDACHI, Constantine. **Comparative Fascist Studies: New Perspectives**. New York: Routledge, 2010.

JIMÉNEZ CAMPO, José Luis. **El fascismo en la crisis de la Segunda República**. Madrid: CIS, 1979.

LARSEN, Stein Ugelvik. Fascism in the Nordic Countries. In LARSEN, Stein Ugelvik et al. **Who Were the Fascists? Social Roots of European Fascism**. Bergen: Universitetsforlaget, 2001.

LEEDEN, Michael. **L'internazionale fascista**. Bari: Laterza, 1973.

LINEHAN, Thomas. **British Fascism, 1918-1939: Parties, Ideology and Culture**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LINZ, Juan. **Fascism, breakdown of democracy, authoritarian and totalitarian regimes: coincidences and distinctions**. Madrid: Centro de estudios avanzados en ciencias sociales, 2002.

MOLINERO, Carmen. Falange y la construcción del régimen, 1939-1945. La búsqueda de unas bases sociales. In RUIZ CARNICER, Miguel Angel (coord.). **Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)**. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2013, p. 181-199.

MOSLEY, Oswald. **The Greater Britain**. London: BUF Publications, 1932.

MOSLEY, Oswald. **The Alternative**. London: Mosley Publications, 1947.

MOSLEY, Oswald. **Il fascismo Inglese**. Milano: Edizioni 1972.

MOSLEY, Oswald. **Fascism: 100 Questions Asked and Answered**. London; Black House Publishing, 2017.

MOSSE, George. **The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2003.

NEWSINGER, John. Blackshirts, Blueshirts and the Spanish Civil War. A Historiographical Review. **The Historical Journal**, v. 44, n. 3, p. 825-844, 2001.

PAXTON, Robert. **The Anatomy of Fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley. Falange. **Historia del fascismo español**. Edición digital ePUBLibre, Ed. original 1965.

PAYNE, Stanley. **A History of Fascism, 1914-1945**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1995.

PAYNE, Stanley. **Fascism in Spain, 1923-1977**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1999.

PRESTON, Paul. **Franco: a Biography**. London: HarperCollins, 1994, p. 301.

PRIORELLI, Giorgia. **Italian Fascism and Spanish Falangism in comparison**. London: Palgrave Macmillan, 2021.

PUGH, Martin. **Hurrah for the Blackshirts! Fascists and Fascism in Britain Between the Wars**. London: Jonathan Cape, 2005.

QUIROGA, Alejandro. **Los orígenes del nacionalcatolicismo. José Pemartín y la Dictadura de Primo de Rivera**. Granada: Comares, 2007.

QUIROGA, Alejandro. **Miguel Primo de Rivera: Dictadura, populismo y nación**. Barcelona: Crítica, 2022.

RODOGNO, Davide. **Fascism's European Empire: Italian Occupation during the Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. El discurso antisemita en el fascismo español. In TUSELL GÓMEZ, Javier. (Coord.). **Los judíos en la Historia de España**. Zaragoza: Diputación Provincial de Zaragoza, p. 89-130, 2002.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder: A Arte de saber durar**. San Paolo: Tinta da China Brasil, 2025.

RUBIN, Bret. **The Rise and Fall of British Fascism: Sir Oswald Mosley an The British Union of Fascists**. Intersections, vol.11, nº2, p. 323- 380, 2010.

SAZ, Ismael. De la conspiración a la intervención: Mussolini y el alzamiento nacional. **Cuadernos de trabajos de la Escuela Española de Arqueología e Historia en Roma**, n. 15, p. 321-358, 1981.

SAZ, Ismael. El franquismo: ¿régimen autoritario o dictadura fascista? In TUSELL GÓMEZ, Javier; SUEIRO, Susana.; MARÍN, José Maria; CASANOVA, Marina. (Coord.). **El régimen de Franco (1936-1975)**. Madrid: UNED, 1993, p. 189-202.

SAZ, Ismael. **España contra España**. Los nacionalismos franquistas. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SAZ, Ismael. **Fascismo y Franquismo**. Valencia: Universitat de Valencia, 2004.

SAZ, Ismael. **Mussolini contra la II República: hostilidad, conspiración, intervención (1931-1936)**. Valencia: Insitució Alfons el Magnànim Centre-Valencià d'Estudis i d' Investigació, 1986.

SPURR, Michael. Living the Blackshirt Life: Culture, Community and the British Union of Fascists, 1932-1940. **Contemporary European History**, v. 12, nº3. p. 305-322, 2003.

STERNHELL, Zeev. **Ni droite ni gauche**. L'idéologie fasciste en France. Paris: Seuil, 1983.

STONE, Dan. The English Mystery, The BUF, and the Dilemmas of British Fascism. **The Journal of Modern History**, v. 75, n. p.336-358, 2003.

THE BLACKSHIRTS, 1 de abril de 1933.

THOMÀS, Joan María. **La Falange de Franco**, El proyecto fascista del Régimen. Barcelona: Plaza y Janès, 2001.

THURLOW, Richard. **Fascism in Britain: From Oswald Mosley's Blackshirts to the National Front**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

TUSELL GÓMEZ, Javier. **Historia de España en el siglo XX**. Madrid, Taurus, 1999.

WEBBER, Gerard. Patterns of Membership and Support for the British Union of Fascists. **Journal of Contemporary History**, v.19, n. 4, p. 575-606, 1984.

Recebido: 28/10/2025

Aprovado: 24/11/2025